

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Curso de Doutorado em Educação**



**A Luta pelo Reconhecimento Intersubjetivo em Axel Honneth e as Políticas  
Sociais de Distribuição de Renda: um estudo do Programa Bolsa Família**

Tese de Doutorado

Por:

**Carline Schröder Arend**

Orientador:

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Jovino Pizzi

Pelotas, abril de 2018

**Carline Schröder Arend**

**A Luta pelo Reconhecimento Intersubjetivo em Axel Honneth e as  
Políticas Sociais de Distribuição de Renda: um estudo do Programa Bolsa  
Família**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Jovino Pizzi

Pelotas, abril de 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

A681l Arend, Carline Schröder

A luta pelo reconhecimento intersubjetivo em Axel Honneth e as políticas sociais de distribuição de renda : um estudo do Programa Bolsa Família / Carline Schröder Arend ; Jovino Pizzi, orientador. — Pelotas, 2018.

155 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Reconhecimento intersubjetivo. 2. Programa Bolsa Família. 3. Justiça social. 4. Políticas sociais. I. Pizzi, Jovino, orient. II. Título.

CDD : 306.3

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Carline Schröder Arend

A Luta pelo Reconhecimento Intersubjetivo em Axel Honneth e as Políticas Sociais de Distribuição de Renda: um estudo do Programa Bolsa Família

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 19 de abril de 2018, 14h00min, sala 245.

Banca Examinadora:

Profº. Drº. Jovino Pizzi (orientador)

Doutor em Ética e Democracia pela Universidade Jaime III

Profª Dra. Júlia Sichieri Moura

Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profª Dra. Flávia Carvalho Chagas

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Marta Nörnberg

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profº Drº Elomar Antonio Callegaro Tambara

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço por terem me feito filha de agricultores familiares, por me ensinarem a simplicidade da vida, mas também ensinarem que a vida é um espaço de luta e que dia após dia necessitamos de força e coragem... Estes ensinamentos sempre me encorajaram a ter a audácia de querer me tornar doutora e, seguir a luta pela classe que, a princípio, sequer deveria ocupar os espaços universitários... A eles muito obrigada!

Às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por aceitarem participar desta pesquisa.

Ao meu orientador Jovino Pizzi, pela partilha dos conhecimentos, reflexões e pelas orientações.

À banca pela leitura e contribuições para melhoria deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação pelos conhecimentos trocados, por possibilitar o contato as mais distintas teorias e temas de pesquisa.

Aos meus amigos de Santa Maria, que tanto me incentivaram a buscar novos horizontes e espaços de estudos, ao Gabriel e à Letícia, muito obrigada, pelo apoio, incentivo, companheirismo, parceria, apoio e discussões filosóficas, sociológicas, históricas e éticas.

Aos colegas do PPGE pelo apoio, por conhecer diferentes perspectivas teóricas, posicionamentos e, por levar algumas destas pessoas para outros espaços que não apenas a vida acadêmica. E aqui também fica o obrigada ao colega de grupo Ricardinho (*in memoriam*), das mentes mais inteligentes e generosas que já conheci, obrigada pelas discussões honnethianas, hegelianas...

À CAPES pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

À UFPel, pela possibilidade de desenvolver minha pesquisa de doutorado em uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

E, ao Claudio, o agradecimento pelo afeto, tão importante neste momento.

*Os dentes afiados da vida  
preferem a carne  
na mais tenra infância  
quando  
as mordidas doem mais  
e deixam cicatrizes indeléveis  
quando  
o sabor da carne  
ainda não foi estragado  
pela salmoura do dia a dia*

*é quando  
ainda se chora  
é quando  
ainda se revolta  
é quando  
ainda*

*Toda poesia – Paulo Leminski*

*“A gente quer ter voz ativa  
no nosso destino mandar...”*

*Roda Viva - Chico Buarque*

## RESUMO

AREND, Carline Schröder. **A luta pelo reconhecimento intersubjetivo em Axel Honneth e as políticas sociais de distribuição de renda:** um estudo do Programa Bolsa Família. 2018. 155f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta pesquisa busca apresentar um estudo a respeito da teoria do reconhecimento em Axel Honneth e das políticas sociais de distribuição de renda, tendo como foco o estudo do Programa Bolsa Família. Buscando averiguar de que modo a teoria do reconhecimento intersubjetivo de Honneth contribui para pensar aspectos relacionados às políticas sociais de distribuição de renda. Desse modo, pretendeu-se demonstrar que o Programa Bolsa Família, compreendido como uma política de reconhecimento apresenta a possibilidade de colaborar na formação de uma sociedade mais justa e solidária, com bases ancoradas em ideais de justiça social. Nesse sentido, a pesquisa partiu da seguinte questão norteadora: Como as políticas de reconhecimento, elaboradas dentro do contexto do “novo capitalismo”, contribuem na consolidação de relações solidárias? A materialidade de análise dessa pesquisa vai decorrer de uma averiguação empírica, com os dados coletados através de uma entrevista parcialmente estruturada. Nesta pesquisa, dar voz as beneficiárias do Programa Bolsa Família representa entrar em contato direto com o mundo da vida dos indivíduos que não são reconhecidos perante a sociedade, escutar a sua versão da história, suas angústias e seus sonhos, buscando analisar as suas produções de sentidos acerca do mundo da vida. Nesse sentido, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, desdobrada em duas esferas entrelaçadas: a) a primeira composta por uma pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura acerca do tema proposto; e b) a segunda ocorreu por meio de uma pesquisa empírica, realizada através de entrevistas estruturadas, em dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Pelotas e Roque Gonzales. Tais cidades possuem modelos de colonização e de formação étnico-cultural distintas, além de diferenças na estrutura econômica e fundiária. Deste modo, afirma-se que a política de reconhecimento, Programa Bolsa Família, além de adquirir um viés alimentar e educacional, também desenvolve relações de solidariedade entre os pares que vivem na mesma situação.

Palavras-chave: Reconhecimento Intersubjetivo; Programa Bolsa Família; Justiça social; Políticas sociais.

## ABSTRACT

AREND, Carline Schröder. **The struggle of the intersubjective recognition in Axel Honneth and the social policies of income distribution: a study of the Bolsa Familia Programm.** 2018. 155f. Doctoral thesis (Doctorate in Education) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

This research aims to present a study about the recognition theory from Axel Honneth and the social policies of income distribution, focusing on the study of the Bolsa Família Programm. Seeking to find out how the theory of intersubjective recognition of Honneth contributes to thinking about aspects related to the social policies of income distribution. In this way, it was trying to demonstrate that the Bolsa Família Programm, understood as a recognition policy presents the possibility of collaborating in the formation of a more just and solidary society, with bases anchored in ideals of social justice. In this sense, the research started from the following guiding question: How do the policies of recognition, elaborated within the context of the "new capitalism", contribute to the consolidation of solidary relations? The materiality of analysis of this research will be derived from an empirical inquiry, with the data collected through a partially structured interview. In this research, giving voice to the beneficiaries of the Bolsa Família Program represents a direct contact with the world of life of individuals who are not recognized by society, listen to their version of history, their anguish and their dreams, seeking to analyze their productions the world of life. In this sense, this research is characterized as qualitative-quantitative, unfolded in two interwoven spheres: a) the first one composed by a bibliographical research, with literature review about the proposed theme; and b) the second occurred through empirical research, conducted through structured interviews, in two cities from the State Rio Grande do Sul: Pelotas and Roque Gonzales. These cities have distinct models of colonization and ethnic-cultural formation, as well as differences in economic and land structure. In this way, it is affirmed that the recognition policy, Programa Bolsa Família, besides acquiring a food and educational bias, also develops relationships of solidarity among the peers who live in the same situation.

Keys-word: Recognition Theory; Bolsa Família Programm; Social justice; Social Politics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios de Pelotas e Roque Gonzales.....	71
Figura 2 Barcos atracados devido à cheia na Laguna dos Patos. ....	90
Figura 3 Mapa de localização do município de Pelotas-RS, com destaque para o distrito da Z-3 e da Colônia de Pescadores da Z-3.....	91
Figura 4 Igreja Evangélica Luterana da Esquina Emanuel.....	92
Figura 5 Mapa de localização do município de Roque Gonzales-RS, com destaque para a localidade de Esquina Emanuel.....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Deslocamentos entre as esferas de reconhecimento .....	37
Tabela 2 Trabalhos com abordagem do Programa Bolsa Família e Educação .....	78
Tabela 3 Número de filhos por famílias entrevistadas em Pelotas e Roque Gonzales com percentual .....	95
Tabela 4 Ocupações das famílias entrevistadas nos municípios de Pelotas e Roque Gonzales .....	102
Tabela 5 Tempo em que as famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família...	106
Tabela 6 Número de famílias e produtos adquiridos .....	112
Tabela 7 Nível de escolaridade das beneficiárias entrevistadas .....	119
Tabela 8 Nível de escolaridade dos filhos das beneficiárias entrevistadas .....	121
Tabela 9 Número e percentual de beneficiários acompanhados pela educação .....	126
Tabela 10 Dados com alteração da base de cálculo .....	128
Tabela 11 Percentual comparativo em relação ao número total de atendidos no Brasil, Rio Grande do Sul, Pelotas e Roque Gonzales .....	129
Tabela 12 Número de alunos entrevistados em relação ao número de alunos atendidos nos municípios .....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: HONNETH E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO OUTRO: DISTINTAS ESFERAS DE UMA CRÍTICA RENOVADA</b> .....	<b>19</b>
1.1 A teoria do reconhecimento do outro.....	<b>21</b>
1.2 As esferas do reconhecimento social do outro .....	<b>24</b>
1.3 Debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth.....	<b>31</b>
1.4 O direito da liberdade: esferas do reconhecimento e o debate entre o âmbito moral e jurídico .....	<b>35</b>
1.5 O direito da liberdade: dos deslocamentos da teoria do reconhecimento à possibilidade da liberdade jurídica e moral .....	<b>35</b>
1.6 Primeiros passos para uma teoria da justiça.....	<b>38</b>
1.7 O desenvolvimento de uma teoria da justiça.....	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 2: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS CONTEXTOS DE RECONHECIMENTO SOCIAL</b> .....	<b>45</b>
2.1 Contextos de reconhecimento .....	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 3: CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>64</b>
3.1 Contextualização histórica, econômica e social dos Municípios.....	<b>70</b>
3.1.1 Pelotas .....	<b>72</b>
3.1.2 Roque Gonzales: pequeno município da região noroeste.....	<b>74</b>
3.2 Sobre o estado da questão .....	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 4: O “NÓS” DA CONSTITUIÇÃO DA SOLIDARIEDADE</b> .....	<b>87</b>
4.1 Os cenários da pesquisa .....	<b>89</b>
4.1.1 A Colônia de Pescadores Z-3 – Pelotas-RS .....	<b>89</b>
4.1.2 Esquina Emanuel – Roque Gonzales-RS.....	<b>92</b>
4.2 Composição e organização das famílias entrevistadas.....	<b>95</b>
4.3 Ocupações das Famílias Beneficiárias .....	<b>102</b>

4.4 Do direito que se tem à solidariedade que se constrói.....	106
4.5 Dos produtos adquiridos ao desenvolvimento de um cuidado nutricional e educacional .....	112
<b>CAPÍTULO 5: INTERRELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese intitulada “A Luta pelo Reconhecimento Intersubjetivo em Axel Honneth e as Políticas Sociais de Distribuição de Renda: um estudo do Programa Bolsa Família” tem como tema o estudo teórico da teoria do reconhecimento intersubjetivo de Axel Honneth. Esse é referencial teórico de sustentação para a análise das políticas distributivas, especialmente do programa do governo brasileiro Bolsa Família. O objetivo não é confrontar as duas questões, mas averiguar de que modo a teoria de Honneth pode contribuir na análise dos dados levantados durante a pesquisa empírica.

Em Honneth buscou-se apresentar o desenvolvimento evolutivo da teoria de Honneth, desde a obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003) até a teoria da justiça desenvolvida em *O Direito da liberdade* (2015), ao mesmo tempo em que buscou realizar uma averiguação da política social de redistribuição de renda para famílias pobres no Brasil, o Programa Bolsa Família.

Com isso, pretendeu-se demonstrar que o Programa Bolsa Família, enquanto uma política de reconhecimento tem a possibilidade de gerar a formação de uma sociedade mais solidária e uma educação ancorada em bases voltadas para a justiça social. Ao mesmo tempo, buscou também encontrar possíveis traços de insolidariedade do Programa Bolsa Família, à medida que os sujeitos podem se mover por interesses egoístas. Nesta pesquisa, designa-se como insolidariedade o movimento desencadeado no convívio social, que gera a degradação e a ofensa dos sujeitos não encontrando a autorrealização prática da autoestima no mundo da vida.

Acredita-se na potencialidade do desenvolvimento de uma sociedade mais justa, pois, a partir do momento em que os indivíduos possuam as

condições mínimas de sobrevivência, aumentam as possibilidades de almejar e buscar melhores condições de vida. Por outro lado, gera um sentimento de insolidariedade, pois ainda existe muito preconceito em relação aos beneficiários do programa, justamente por uma parcela da sociedade ainda acreditar que ele não desenvolve a autonomia, pelo contrário, estimula o desemprego, a “vagabundagem”. Em geral, essas pessoas acreditam que os beneficiários não querem trabalhar.

A partir da pesquisa apresentada, tem-se a seguinte indagação: Como as políticas de reconhecimento, elaboradas dentro do contexto do “novo capitalismo”, estão contribuindo na consolidação de relações solidárias? Este questionamento emerge frente à possibilidade de insolidariedade. Por isso, a motivação em ouvir as beneficiárias do Programa Bolsa Família e auferir se esse Programa realmente apresenta as características de reconhecimento intersubjetivo nos moldes da teoria de Axel Honneth. Ao mesmo tempo, desejou-se identificar se ele não se resume apenas ao repasse de renda, sem, portanto, construir laços de solidariedade social entre os participantes e os demais atores sociais.

Tendo como referencial teórico a política de reconhecimento de Axel Honneth e sua perspectiva de justiça social, o objetivo desta tese se centra em delinear as possíveis contribuições das políticas sociais de redistribuição de renda – no caso, o Programa Bolsa Família – a fim de pensar aspectos educacionais voltados para a formação de uma sociedade mais solidária. Para tal, é fundamental compreender os desdobramentos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth e, então, interpretar as políticas distributivas brasileiras. Trata-se, pois, de entender a percepção dos próprios contemplados pelo Programa Bolsa Família e ver como eles interpretam as políticas sociais e o programa como tal. Para, então, delinear novas pautas para a educação, pensando em uma formação que se proponha a discutir as patologias sociais, pensando em possibilidades para abordar novas formas de solidariedade.

Essa linha de investigação acompanha as incursões de Honneth. Sua perspectiva teórica da política de reconhecimento apresenta também um enlace com a realidade concreta. Em outras palavras, qualquer teoria necessita de uma concatenação com a realidade vivencial. Daí, então, a pesquisa a

respeito da forma como o Programa Bolsa Família é interpretado pelos contemplados. Para explicar essa questão, a tese desenvolveu uma verificação empírica, confrontando duas realidades específicas: a) um grupo de agricultores familiares – pescadores artesanais do município de Pelotas-RS; b) um grupo de agricultores familiares do município de Roque Gonzales-RS. Essa pesquisa empírica, por assim dizer, desejou contrastar modelos de colonização distintos e, ao mesmo tempo, a estrutura econômica e fundiária diferenciadas. Esses dois municípios possuem diferenças significativas em termos populacionais, bem como na formação étnico-cultural e nas bases socioeconômicas. Com isso, pretendeu-se não apenas expor a teoria de Honneth, mas também averiguar como as políticas sociais brasileiras, no caso o Programa Bolsa Família, pode ser considerado como um vetor que encontra respaldo nas relações sociais de reconhecimento intersubjetivo, nos moldes apresentados na teoria do reconhecimento de Axel Honneth.

O Programa Bolsa Família tem por objetivo não apenas ofertar o mínimo de condições materiais possíveis de sobrevivência para famílias que vivem em situação de extrema pobreza, mas também possibilitar que as crianças das famílias beneficiárias frequentem regularmente a escola, bem como tenham acompanhamento de sua saúde. Esse programa foi instituído pela Lei nº 10.836 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, sendo um programa descentralizado e compartilhado entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2004a; 2004b). É um programa de transferência direta de renda, que integra o Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2011). Ele busca atender milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, buscando garantir renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. As famílias beneficiárias possuem renda *per capita* de até R\$ 85,00 (BRASIL, 2016), sendo assim, consideradas na faixa da extrema pobreza. Já as famílias que possuem renda *per capita* compreendida entre R\$ 85,01 a R\$ 170,00 são consideradas na faixa da pobreza (BRASIL, 2016).

A manutenção do benefício do programa exige a frequência e a permanência dos filhos dos beneficiários na escola. Segundo a Lei nº 10.836 de 2004, as crianças e os adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar

matriculadas na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas. Os jovens de 16 e 17 anos também devem estar matriculados e sua frequência mínima é de 75%. Com esta condicionalidade, o programa almeja quebrar o conhecido “círculo vicioso” da pobreza, o qual se caracteriza pelo abandono escolar, provocado pela necessidade das crianças trabalharem para prover uma fonte de renda adicional para a família e, assim, acabam perpetuando a situação de miséria.

A simples análise do Programa Bolsa Família enquanto transferência de renda, com um viés assistencialista, nega, em boa medida, a necessidade de recursos alimentares e oportunidades de consumo que viabilizam aspectos relacionados ao bem viver, isto é, à vida saudável. Sem dúvidas, as políticas redistributivas podem reforçar e/ou criar estigmas sociais. Os beneficiários podem ser considerados como, financeiramente, dependentes do Estado. Eles podem ser considerados como privilegiados ou, de outro modo, como incapazes de prover seu sustento por conta própria. Desse modo, a política de redistribuição de renda pode provocar a marginalização dos beneficiários de programas de distribuição de renda, criando e desenvolvendo um círculo vicioso de discriminação.

Em seu diálogo com Fraser, Honneth (2006) define que as políticas distributivas não são apenas políticas de redistribuição de renda, mas também são políticas de reconhecimento. Para o autor, não se trata apenas de suprir as necessidades materiais, mas também de possibilitar a conquista da dignidade e maneiras de serem estimadas no meio social. No caso, a autoestima é um dos fatores ligados à humanização do sujeito.

Nesse sentido, a mudança ocasionada pelo contato com o diferente é que instiga as lutas por reconhecimento, percebendo que o conflito e o reconhecimento se condicionam um ao outro, impulsionando as lutas por um bem viver. Nesse processo, há uma espécie de coautoria entre os sujeitos, pois a intersubjetividade comunicativa promove mudanças tanto em relação ao próprio sujeito, como também em relação ao ponto de vista e, inclusive, na compreensão dos fatos e fenômenos.

Diante disso, vale ressaltar o conceito de reconhecimento recíproco, que está imbricado no reconhecimento do outro e se manifesta em três esferas

sociais, segundo Honneth (2003a): nas relações afetivas ou no amor (família), nas relações jurídicas ou de direito (Estado) e na estima social ou na solidariedade (sociedade). Na primeira esfera, o reconhecimento recíproco ocorre entre a pessoa de referência e a criança, o que possibilita o desenvolvimento da autoconfiança. Já na segunda esfera, também conhecida como esfera do direito, esse reconhecimento ocorre quando o sujeito sai de seu contexto particular e ingressa em um contexto social ou universal. Desta forma, os sujeitos se reconhecem portadores de posse, percebem-se como proprietários e, principalmente, enquanto portadores de igualdade, possuindo, portanto, direitos iguais perante a sociedade. Na terceira esfera, a da estima social, as relações que ocorrem mediadas pela solidariedade, além de possibilitarem um respeito universal, possibilitam alguém se perceber como ser possuidor de suas particularidades a serem socializadas com os demais membros de determinada comunidade. Posteriormente, estas categorias de reconhecimento serão discutidas no capítulo referente à teoria do reconhecimento.

Honneth (2003a) aponta o conflito como inerente à interação. Ele constitui a gramática moral das relações sociais, sendo a luta por reconhecimento a chave do entendimento de como se processa a interação social, especialmente ao que concerne à constituição e à autocompreensão dos indivíduos em sociedade. Ele constrói a hipótese da vivência do desrespeito, considerando ser o não reconhecimento “a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” (HONNETH, 2003a, p. 227).

Essa é a visão do ponto de partida e, ao mesmo tempo, do diagnóstico de déficit sociológico da teoria crítica de Honneth, ou seja, seu ponto de partida é o caráter negativo da noção de justiça presente na consciência dos menosprezados e dos excluídos. Por isso, sua insistência no debate público e democrático, cujas motivações se vinculam às esferas estruturais da sociedade e, ainda, diante da própria natureza da consciência de injustiça (HONNETH, 2011b).

Honneth (2015) salienta que nas sociedades liberais os indivíduos apenas se compreendem como pessoas detentoras de vontade própria quando

possuidoras de direitos subjetivos, direitos estes concedidos pelo Estado para explorarem suas preferências, constituindo, deste modo, uma autonomia privada garantida juridicamente. Porém, estes direitos passaram a ser questionados por organizações e movimentos sociais, num sentido de buscar o reconhecimento intersubjetivo e a busca de direitos que atendam a todos os indivíduos.

Corroborando com este posicionamento de Honneth, sobre a influência das mudanças ocorridas no âmbito econômico, o pensamento de Sennett (2006; 2009), que afirma que, no contexto do novo capitalismo, prevalece uma organização voltada cada vez mais para o individualismo, pois as relações, bem como o trabalho, são organizadas de modo que não se crie expectativas de longo prazo. O que ilusoriamente conduz os indivíduos a se verem como pessoas independentes, com vontade própria, gerando uma grande confiança no próprio indivíduo. Essa excessiva responsabilização do sujeito pelos seus atos pode vir a gerar a sensação de que não possui nenhum compromisso com os demais sujeitos.

A tese de Honneth (2015) de que a sociedade passa por uma prevalência do individualismo, também passa pelas discussões que contemplam o conceito de autonomia. Este conceito foi amplamente discutido não só no campo filosófico, como também no educacional, sendo que este último campo não contemplou a discussão sobre as vulnerabilidades sociais. Segundo Honneth (2015), esse conceito voltou seu entendimento e discussão para um aspecto individualista. Esta concepção também adentrou em alguns aspectos das discussões sobre justiça social, mas, principalmente, desenvolveu-se um ideal de sociedade justa, que “passou a ser compreendida como a de permitir que as pessoas que sejam dependentes o mínimo possível de outros” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 83).

Essa ideia de que o social está sendo envolvido por aspectos egoístas também é compartilhada por outros autores. Conforme Macpherson (2005), as sociedades envolvidas por políticas liberais salientam uma concepção de indivíduo como proprietário de sua pessoa e de suas capacidades, não sendo percebido como um integrante de um todo social, nos direcionando, assim, a um individualismo possessivo.

Assim, Honneth (2015) enfatiza a ideia de que apenas a autorregulação do mercado consegue equilibrar o jogo de interesses individuais. De acordo com este pensamento, os direitos coletivos, possibilitados pelo Estado como uma alternativa para diminuir as desigualdades sociais, causam grande estranheza e diversas críticas pelas partes que não podem utilizar desses direitos, tratando aos dependentes de benefícios provindos do Estado como desvalidos e “parasitas sociais”. Este estado de desconfiança entre os indivíduos sociais deixa aberto um caminho para o desenvolvimento cada vez maior para o individualismo, de modo que a solidariedade torna-se um elemento raro entre alguns indivíduos que ainda reconhecem o outro e buscam por justiça social para os menos favorecidos.

Na tentativa de melhorar e tornar prevalentes os direitos subjetivos, acredita-se que a sociedade acabe manifestando cada vez mais um sintoma de insolidariedade, reforçando as patologias sociais constituídas ao longo do tempo. Assim, como uma possibilidade de superação do individualismo possessivo, busca-se através desta pesquisa a ampliação do debate sobre discriminação, justiça social e, principalmente, possibilidades de reconhecimento social das crianças e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Assim, tem-se como hipótese de tese de que as políticas distributivas sofrem da apatia devido à cultura do novo capitalismo, que tem uma marca do individualismo que estimula a insolidariedade. Por fim, nosso esforço é buscar, no pensamento de Axel Honneth, elementos teóricos que subsidiem uma leitura da implementação da política social de distribuição de benefício financeiro no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese é:

- Compreender as potencialidades que a política de reconhecimento Programa Bolsa Família possui para a formação de uma sociedade mais solidária e uma educação ancorada em bases voltadas para a justiça social.

E apresenta como objetivos específicos os que seguem:

- Compreender a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e seus desdobramentos frente às políticas distributivas brasileiras, especificamente o Programa Bolsa Família;

- Averiguar a compreensão que os próprios contemplados possuem sobre o Programa Bolsa Família;
- Identificar como o recebimento do benefício é absorvido e articulado em duas diferentes cidades do Rio Grande do Sul;
- Situar a teoria do reconhecimento e as políticas sociais no horizonte das novas exigências de uma educação para a justiça social brasileira.

Desta forma, apresenta-se o desenvolvimento desta tese, com a apresentação e reflexão a respeito dos desdobramentos da teoria do reconhecimento de Honneth, desde a obra *A luta por reconhecimento* até os deslocamentos nas esferas de reconhecimento, bem como o desenvolvimento de uma teoria da justiça em *O direito da liberdade*. Logo após, apresenta-se o Programa Bolsa Família, bem como os contextos de reconhecimento, em que se tornam visíveis as dificuldades enfrentadas tanto pelos beneficiários do Programa Bolsa Família e os demais indivíduos que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os encaminhamentos metodológicos apresentam-se no quarto capítulo, no qual ficam claros os cenários em que a pesquisa desenvolveu-se. As análises são apresentadas no quinto e sexto capítulos. Sendo o quinto capítulo muito mais voltado a apresentação dos dados relacionados às famílias, organização e composição familiar, produtos adquiridos, ocupação e quem administra o dinheiro do benefício. E o sexto capítulo, as análises concentram-se sobre os dados relacionados à educação – escolaridade dos filhos das beneficiárias, nível de escolaridade e percepções sobre o Programa Bolsa Família, seguido das considerações finais.

## **CAPÍTULO 1: HONNETH E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO OUTRO: DISTINTAS ESFERAS DE UMA CRÍTICA RENOVADA**

Axel Honneth é considerado herdeiro dos pressupostos da teoria crítica desenvolvida pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Assim, neste capítulo, buscamos situar o pensamento de Honneth, teórico que embasa as discussões desta tese. Logo após, iniciamos a apresentação e a reflexão sobre a teoria do reconhecimento do outro, apresentando a relação com o pensamento do jovem Hegel para, então, apresentar as categorias de reconhecimento e sua relação com a sociedade, tendo como principal obra de discussão o livro que representa a primeira fase do pensamento de Honneth, isto é, *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*.

A Escola de Frankfurt dedicou-se, em sua quase totalidade, a discutir temas como a razão iluminista, a crítica à ciência, a indústria cultural e as legitimações do Estado perante a modernidade. No ano de 1922, com a realização da Semana de Estudos Marxistas (*Erste Marxistische Arbeitswoche*), surge a ideia para a fundação do Instituto de Pesquisa Social, cujo diretor ocuparia uma cátedra na universidade, sendo a Universidade de Johann Wolfgang von Goethe, em Frankfurt am Main, a escolhida para sediar o instituto (ASSOUN, 1991).

O primeiro diretor do *Institut* foi Carl Grünberg. A partir de 1930, Max Horkheimer assume a direção, fazendo parte da primeira geração, juntamente com Adorno, Marcuse, Benjamin e Pollock. A segunda geração, tendo como principal representante Jürgen Habermas, tem entre seus representantes Karl Otto Apel, Franz Neumann, Albrecht Wellmer, dentre outros. Já a terceira geração da Escola de Frankfurt tem como seus principais representantes os filósofos Axel Honneth e Rainer Forst.

Habermas (1990) propõe a compreensão da sociedade através de duas esferas: o sistema e o mundo da vida. O sistema, regido pela lógica instrumental, manifesta-se nas relações de poder e de capital; enquanto o mundo da vida, sendo a esfera na qual a linguagem se apresenta, manifesta concepções de mundo, sociedade e relações subjetivas. Assim, Habermas (1990) sugere o abandono da filosofia da consciência como possibilidade de redenção da teoria crítica, por meio de uma filosofia da linguagem intersubjetiva ou teoria da ação comunicativa.

Após 1945, a filosofia passa a reconfigurar-se e lança o olhar para o mundo cotidiano. Do mesmo modo, pontua-se que tal movimento vem acompanhado do giro linguístico que ocorre no século XX, redirecionando as reflexões do viés essencialista para o viés do mundo da vida ou da vida cotidiana. Axel Honneth, seguindo os passos de Habermas, dá continuidade às reflexões filosóficas voltadas para um viés mais prático, social e político. Porém, destacamos que a filosofia social, segundo reflexões apresentadas por Honneth no ensaio *Patologías de lo social: tradición y actualidad de la filosofía social*, também encontra-se em situação precária, pois ela é compreendida como uma subárea da filosofia política, dentro do contexto anglo-saxão, e, não estando totalmente definida no contexto alemão, defendendo, assim, a tese “de que a filosofia social trata, sobretudo, da identificação e discussão sobre os processos de desenvolvimentos deficientes ou perturbações da sociedade, ou seja, como ‘patologias sociais’<sup>1</sup>” (HONNETH, 2011a, p. 76 – tradução nossa).

A inclusão de Axel Honneth dentro da perspectiva dos teóricos críticos ocorre pelo fato dele fazer a recuperação dos principais conceitos amplamente discutidos e debatidos pelos maiores representantes da Teoria Crítica, como Marx, Horkheimer, Marcuse, Adorno e Habermas, dentre outros, em sua obra *Kritik der Macht* (Crítica do Poder). Os teóricos da Escola de Frankfurt, partindo da percepção de certa deficiência na racionalidade social, a qual poderia desencadear patologias sociais e, vivenciando momentos de grande tensão com a ascensão do nacional-socialismo e a supervalorização da ciência e da técnica na sociedade e, conseqüentemente, o crescimento do capitalismo e a busca por poder e dominação, desenvolveram reflexões sobre conceitos como “colonização do mundo da vida”, “sociedade

---

<sup>1</sup>“de que la filosofía social trata sobre todo de la identificación y discusión de aquellos procesos de desarrollo de la sociedad que se pueden entender como desarrollos deficientes o perturbaciones, es decir, como ‘patologías de lo social’”

administrada” e “sociedade unidimensional”. Ao pensar sobre temas que refletem as deficiências da racionalidade social, porém, sobre aspectos diversificados, Honneth (2008a) explicita que tais deficiências sociais apontadas pelos frankfurtianos são “patologias sociais”, as quais ocasionaram conflitos e o diagnóstico do não reconhecimento do outro (HONNETH, 2008a, p. 389 - 394).

Honneth (2003) propõe a teoria do reconhecimento do outro, como possibilidade de dar continuidade ao legado da Teoria Crítica e, também, como forma de expandir sua teoria com a finalidade de formar identidades que se reconhecem a si, entre si e ao outro. Esse reconhecimento entre os sujeitos da sociedade acarreta a possibilidade de melhor perceber e entender as patologias sociais.

A partir do desenvolvimento da Teoria do reconhecimento, Honneth busca, não somente apresentar o déficit sociológico da Teoria Crítica, mas também apresentar uma ideia de “reconstrução” da teoria crítica a partir do social, buscando realizar um diagnóstico da realidade. De acordo com Nobre (2013, p. 13) “examinar em separado a categoria de ‘reconstrução’ permite vincular Honneth não apenas à tradição da teoria crítica de maneira mais ampla, mas, em especial, ao paradigma crítico inaugurado por Habermas, que pode ser denominado de ‘reconstrutivo’”.

Honneth (2009a) afirma que há um déficit sociológico na teoria crítica. Esse déficit sociológico está relacionado com o ponto a partir do qual a sociedade deveria ser interpretada. Para tal, ele recorre ao conceito de luta por reconhecimento já pensado originalmente por Hegel, no período em que este ainda permanecia na Universidade de Jena. Desse modo, no próximo tópico passamos a apresentar e refletir sobre a teoria do reconhecimento do outro de Axel Honneth.

### **1.1 A teoria do reconhecimento do outro**

A ideia do reconhecimento intersubjetivo é constituída por uma filosofia idealista<sup>2</sup> de Hegel, a partir das reflexões apresentadas na dialética do senhor e do escravo. Assim, Honneth (2003a) dá prosseguimento a essa reflexão sob a luz da teoria crítica dos frankfurtianos. Raulet (2009, p. 319) fala de uma terceira geração

---

<sup>2</sup> Por idealismo compreende-se a realidade como algo não material, para Hegel – o espírito.

da Escola de Frankfurt, na qual se encontram Axel Honneth, Mattias Lutz-Bachmann, Gunzelin Schmid-Noerr e Martin Seel. Nos anos 80, Honneth indica a “abertura” preparada por Habermas contra o pós-estruturalismo e, dessa forma, traz a tona o déficit da Teoria Crítica em relação ao social. Esse redescobrimiento do social “se deve buscar em Habermas e em Foucault<sup>3</sup>” (RAULET, 2009, p. 319 – tradução nossa).

Nesse contexto, o reconhecimento social “permite explicar fenômenos reativos e contraproducentes, como se tornou conveniente chamar ultimamente ‘voto contestatório’ e, evidentemente, pregando as identidades de bandas ou guetos<sup>4</sup>” (RAULET, 2009, p. 323 – tradução nossa). Para Honneth, há uma progressiva discrepância entre as representações do direito e a justiça entre aqueles que participam do sistema e aqueles que são relegados e considerados à sua margem ou, então, são rotundamente expulsos do próprio sistema. Daí, então, em vez de partir de uma teoria da justiça, é preciso começar desde uma consciência de injustiça, “uma consciência fortemente marcada por traumas que correspondem ao domínio do mundo vivido e que pela mesma razão está vinculada às situações individuais ou particulares<sup>5</sup>” (RAULET, 2009, p. 323 – tradução nossa).

Honneth parte da ideia de que a interação entre os sujeitos da sociedade ocorre através do conflito, travando, assim, uma luta por reconhecimento, ou seja, os sujeitos têm a possibilidade de se reconhecerem mutuamente pelo fato de interagirem e pelo fato de, nessa interação, se deparar com particularidades e semelhanças, permitindo que haja esse encontro com o outro, que é diferente de si mesmo. Nas palavras de Honneth, essa complexa aproximação com o outro, mediante um processo que não é de todo pacífico, implica nada mais do que “fazer de si o outro de si mesmo e retornar para si mesmo” (HONNETH, 2003a, p. 69). É nesse retorno que ocorre uma mudança no “si mesmo”, pois ao entrar em contato com o outro e o reconhecê-lo como tal, ao retornar a si, já não é mais o mesmo. Em outras palavras, o indivíduo deixa um pouco de si no outro, assim como traz um pouco do outro para a constituição de sua identidade.

---

<sup>3</sup>“se debe buscar en Habermas y en Foucault”.

<sup>4</sup>“permite explicar fenómenos reactivos y contraproducentes, como lo que se ha convenido en llamar últimamente ‘voto contestatario’ y, por supuesto, los repliegues en las identidades de bandas o guetos”

<sup>5</sup>“una conciencia fuertemente marcada por traumatismos que corresponden al dominio del mundo vivido y que por la misma razón está vinculada a situaciones individuales o particulares”

O contato com o outro e a vivência da injustiça e do desprezo instiga as lutas por reconhecimento, condicionando conflito e reconhecimento, de modo que possam ocorrer as mudanças e as transformações sociais tão almeçadas pelos indivíduos. Conforme já foi dito anteriormente, o conceito de reconhecimento ocorre a partir de três esferas sociais: nas relações afetivas ou no amor (família, amizade), nas relações jurídicas ou de direito (Estado) e na estima social ou na solidariedade (sociedade). Essas esferas também são descritas por Werle e Melo (2007), ao dizerem que:

Honneth encontra em Hegel três dimensões do reconhecimento distintas, mas interligadas. A primeira dimensão consiste nas relações primárias baseadas no “amor” e na “amizade”, e diz respeito à esfera emotiva, em que é permitido ao indivíduo desenvolver uma confiança em si mesmo, indispensável para seus projetos de autorrealização pessoal. A segunda dimensão consiste em relações jurídicas baseadas em “direitos”. Trata-se da esfera jurídico-moral, em que a pessoa é reconhecida como autônoma e moralmente imputável e desenvolve sentimentos de autorrespeito. A terceira e última dimensão é aquela que concerne à comunidade de valores baseada na “solidariedade social”. Honneth está pensando, neste caso, na esfera da estima social, onde os projetos de autorrealização pessoal podem ser objeto de respeito solidário numa comunidade de valores.” (WERLE e MELO, 2007, p. 15).

Na primeira categoria, o reconhecimento ocorre na esfera familiar, na qual o indivíduo tem a possibilidade de vivenciar e perceber-se como objeto de cuidado, desenvolvendo, assim, um sentimento de autoconfiança. Na segunda, do direito, esse reconhecimento ocorre quando o sujeito sai de seu contexto particular e ingressa no contexto social. Os sujeitos se reconhecem portadores de posse, percebem-se como proprietários e, principalmente, enquanto portadores de igualdade, possuindo, portanto, direitos iguais perante à sociedade. Na terceira esfera, a da estima social, as relações ocorrem mediadas pela solidariedade, além de possibilitarem um respeito universal, possibilitam alguém se perceber como ser possuidor de suas particularidades a serem socializadas com os demais membros de determinada comunidade.

À filosofia política cabe, pois, o debate político-democrático de preservar a memória das vítimas e incluir nos debates públicos os “jogos linguísticos que estão, na prática, estruturalmente excluídos” (RAULET, 2009, p. 325 – tradução nossa). Nesse sentido, é preciso enfrentar uma retórica político-midiática que, de forma apriorística, renega a própria noção de injustiça. A unilateralidade desse discurso

impede que esses grupos não sejam apenas cerceados na sua oportunidade de manifestar-se e de encontrar eco para seus reclamos, mas ratifica também a rejeição à possibilidade de os injustiçados acederem à esfera pública política, para garantirem seus direitos e assegurarem-se dos benefícios do sistema.

O discurso padronizado rejeita, portanto, a noção de injustiça. Isso acaba convertendo-se em uma patologia social que se expressa através de um “registro infra-discursivo ou de um modo que não tenha cabimento o registro comunicativo dominante<sup>6</sup>” (RAULET, 2009, p. 324, tradução nossa). Daí, então, o reconhecimento necessita relocar âmbito econômico e garantir-lhe um enfoque político. Não se trata, portanto, de negar a economia, mas de opor-se a uma concepção voltada a “naturalizar a desigualdade econômica e, portanto, legitimar uma dominação<sup>7</sup>” que sustenta e fortalece o liberalismo econômico e a concepção biológico-etnicista da sociedade (RAULET, 2009, p. 326).

A fim de compreender como se desenvolve o processo de luta pelo reconhecimento abordado por Honneth apresentamos, no próximo subcapítulo, as três esferas de reconhecimento.

## 1.2 As esferas do reconhecimento social do outro

Honneth propõe a explicação de sua teoria, apresentando três esferas ou formas de reconhecimento, que são: o amor, o direito e a solidariedade. Para definir a primeira esfera, do amor, Honneth (2003a) parte de categorias defendidas por Winnicott para elaborar suas ideias. Num primeiro momento, Honneth (2003a) reflete sobre a relação simbiótica existente entre mãe e filho<sup>8</sup>, relação essa que inicia ainda nos primeiros meses de vida do bebê. Nesta etapa, mãe e filho vivem uma relação de dependência absoluta, é como se eles vivessem um para o outro. Quando a mãe passa a retomar sua rotina diária, ela e o bebê percebem que conseguem viver sem

---

<sup>6</sup>“registro infra-discursivo o de un modo que no tiene cabida en el registro comunicativo dominante”.

<sup>7</sup>“naturalizar la desigualdad económica y, por tanto, legitimar una dominación”.

<sup>8</sup>Conforme já mencionado, Honneth refere-se à relação entre mãe e filho. Utilizamos e reproduzimos aqui o pensamento deste estudioso, porém, ressaltamos que a composição familiar pode ocorrer dos mais diversos modos: avó, avô, tia, tio ou qualquer outra pessoa que a criança tenha como principal referência.

o outro, então eles passam para uma relação de dependência relativa (HONNETH, 2003a).

A criança passa a ter uma relação mais agressiva com a mãe nessa fase, pelo fato dela se ausentar em alguns momentos. São exatamente esses movimentos de agressão da criança ou, como Honneth mesmo afirma, “só na tentativa de destruição de sua mãe, ou seja, na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independente dela” (HONNETH, 2003a, p. 170). Do mesmo modo, a mãe também precisa compreender a independência da criança e seus ataques agressivos, de forma que “a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra” (Ibidem., p.170). Honneth percebe que há, nesse momento, o reconhecimento recíproco, pois mãe e filho possuem um enorme amor um pelo outro, mas, ao mesmo tempo, percebem que conseguem viver longe um do outro. Esse movimento de confiança entre ambos que Honneth considera como sendo uma autorrelação prática que desenvolve na criança o sentimento de autoconfiança.

Ainda na esfera do amor, Winnicott (1975) afirma que a criança precisa desenvolver dois mecanismos psíquicos: a destruição e os objetos transacionais. O mecanismo da destruição desenvolve-se quando o bebê percebe que a mãe é independente, então passa a agredi-la, mordendo, batendo, etc. Esse momento de destruição é muito importante para o desenvolvimento da autoconfiança e da dependência da criança em relação à mãe. Já os objetos transacionais auxiliarão nesse processo de independência da criança, pois aos poucos a criança transfere a ausência da mãe para esses objetos, como travesseiros, brinquedos, chupetas, etc.

Vale ressaltar que quando a mãe desenvolve esse momento de separação com a criança de forma satisfatória, ela está contribuindo para o desenvolvimento da autoconfiança da criança, o que poderá influenciar positivamente na relação de autonomia que ela poderá estabelecer mais tarde. Isso é de fundamental importância para que, no futuro, a criança possa garantir projetos de autorrealização pessoal, bem como conservar ou conquistar a sua identidade. É essa autoconfiança que possibilitará ao ser humano ter maior autonomia para participar ativamente na vida pública. A assistência com que a mãe mantém o bebê em vida não se conecta ao comportamento infantil como algo secundário, mas está fundida com ele de uma

maneira que torna plausível supor, para o começo de toda a vida humana, uma fase de intersubjetividade indiferenciada, de simbiose, portanto (HONNETH, 2003a).

Para Honneth (2003a), a criança só consegue reconhecer o outro quando houver o amor e esse outro ser independente. No caso, em relação à mãe, isso acontece quando já ultrapassaram a fase de simbiose em que viviam. Sendo assim, o amor é a forma mais elementar de ocorrência do reconhecimento.

Nesta primeira forma de reconhecimento, o sujeito é objeto de cuidado, tanto nas relações familiares, como nas relações de amizade. São estas relações que possibilitam ao indivíduo sentir-se amado e, assim, desenvolver o sentimento de autoconfiança em si mesmo. Nas palavras de Honneth (2003a):

Essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (HONNETH, 2003a, p. 177).

A segunda esfera de reconhecimento apontada por Honneth é a do direito ou do reconhecimento jurídico. Do mesmo modo que o reconhecimento recíproco, esta esfera acontece na relação entre mãe e filho, ou seja, nas relações que envolvem a esfera amorosa primária, sendo que também se manifesta na esfera do direito.

Segundo Honneth, tanto Hegel quanto Mead apontaram que nós percebemos o direito que o outro possui a partir do conhecimento que possuímos de nossos direitos, ou seja, “todo sujeito humano poder ser considerado portador de alguns direitos, quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade” (HONNETH, 2003a, p. 180). No direito, o reconhecimento é possível porque há respeito e, tanto no amor, como no direito, a autonomia manifesta-se quando a liberdade do outro é reconhecida, do contrário não há tal autonomia. Na esfera do direito predomina o autorrespeito.

Nas sociedades tradicionais, o reconhecimento jurídico se dava através do status ou estima social. O indivíduo só estaria habilitado a adquirir o reconhecimento jurídico, caso possuísse uma boa posição na sociedade, ou então pelas atividades que desenvolvia na sua comunidade.

Com a modernidade, Honneth (2003a) afirma que há uma mudança na sociedade, ocasionando, assim, uma transformação também nas relações jurídicas. O reconhecimento jurídico deixa de valorizar única e exclusivamente o status da pessoa perante a sociedade, para se tornar algo mais geral, considerando os interesses de todos os integrantes da sociedade. Ao considerar os interesses de todos, segue uma visão que parte do princípio de igualdade universal.

Segundo Honneth (2003a), a igualdade universal permite compreender que o indivíduo, como cidadão de uma sociedade, possui valor igual ao dos demais membros da coletividade. O fato de reconhecer-se juridicamente contempla também a questão moral do ser humano, a possibilidade de viver de forma digna, considerando as particularidades de cada ser. Assim, na esfera jurídica, o indivíduo é reconhecido como autônomo e moralmente imputável, desenvolvendo uma relação de respeito consigo e com a sociedade. “É o caráter público que os direitos possuem porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito” (HONNETH, 2003a, p. 197).

É desta forma que possibilita a força para o indivíduo reclamar pelos seus direitos e encontrar o reconhecimento universal. Desse modo, podemos concluir que o sujeito é capaz de compartilhar com os demais sujeitos sociais sua vontade e participação, nas palavras de Honneth (2003a, p. 197) "a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de 'autorrespeito'".

Honneth defende que para os sujeitos “poderem chegar a autorrelação infrangível” (HONNETH, 2003a, p. 198), eles “precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas”. (HONNETH, 2003a, p. 198). Portanto, a terceira esfera de reconhecimento sugerida por Honneth é a solidariedade. O reconhecimento se efetiva quando existe aceitação recíproca das individualidades, as quais são julgadas segundo os valores que a comunidade possui. Nessa esfera é gerada a autoestima, isto é, a pessoa acredita no seu potencial e nas suas qualidades e, ao se deparar com outras pessoas, ela é reconhecida enquanto possuidora dessas características, pela comunidade em que está inserida.

Nessa esfera da solidariedade, o indivíduo demonstra suas singularidades de forma intersubjetiva e universal, dentro de um meio social (SAAVEDRA;

SOBOTTKA, 2008). Se as mudanças ocorridas ao longo da história também deixam suas marcas, a valoração social que havia através do status abre espaço para as manifestações individuais de valorização. Porém, Honneth assinala que tais manifestações individuais entram em atrito com a valorização coletiva: “o sujeito entra no disputado campo da estima social como uma grandeza biograficamente individuada” (HONNETH, 2003a, p. 204). Portanto, nesse aspecto, a pessoa é reconhecida como digna de estima social e tal estima ocorre em ambiente coletivo, assim:

[...] vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar a essa espécie de autorrealização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor”, de “autoestima”, em paralelo categorial com os conceitos empregados até aqui de “autoconfiança” e de “autorrespeito”. (HONNETH, 2003a, p. 210).

Nas palavras de Honneth “uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais”. (HONNETH, 2003a, p. 204). O autor adverte que a estrutura vivenciada de um ambiente coletivo e plural com seres singulares desencadeia um sentimento de tensão, de luta, pois estão todos em busca de autorrealização, e, assim, se identificam com seus pares e desencadeiam um processo de reconhecimento de suas particularidades.

Cada uma das categorias de reconhecimento possui seu aspecto negativo. Portanto, os indivíduos não vivenciam apenas o reconhecimento, mas, antes, o não-reconhecimento ou o desrespeito. Assim, “é do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento [...] que resulta aquela vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de ‘desrespeito’” (HONNETH, 2003a, p. 213). A cada um dos três padrões de reconhecimento intersubjetivo correspondem três maneiras de desrespeito: a violação, correspondendo ao desrespeito na esfera do amor; a privação de direitos, sendo o desrespeito na categoria do direito; e a degradação, correspondendo à categoria da solidariedade. Consoante Honneth (2003a):

[...] reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos

com base nos quais um sujeito capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação à experiência do reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas. (HONNETH, 2003a, p. 220).

A distinção que Honneth realiza para as três formas de desrespeito abre a possibilidade de perceber e compreender muitas outras formas de não-reconhecimento, assim, “suas diferenças devem se medir pelos graus diversos em que podem abalar a autorrelação prática de uma pessoa” (HONNETH, 2003a, p. 214).

Os maus-tratos e a violação representam uma lesão moral da autorrelação prática do indivíduo, pois a tentativa “de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra sua vontade” (HONNETH, 2003a, p. 215) desencadeia um sentimento de humilhação social, de desprezo e vergonha. Tais violações interferem significativamente no sentimento de autoconfiança que o sujeito tem para consigo. Autoconfiança esta que foi construída e desenvolvida por meio das relações afetivas, do amor, “na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo” (HONNETH, 2003a, p. 215). Esse sentimento de autoconfiança ferido não apenas desencadeia “a perda de confiança em si” (HONNETH, 2003a, p. 215), mas também no mundo, “que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social” (HONNETH, 2003a, p. 215). Por isso, a autoconfiança é a qualidade psíquica mais elementar de autorrelação prática.

Já a forma de desrespeito que está atrelada à categoria do reconhecimento jurídico afeta o autorrespeito moral: “para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (Ibid., p. 216). Trata-se, portanto, de um desrespeito pessoal que está associado à ideia de um indivíduo pertencente a uma coletividade que não possui a possibilidade de participação em pé de igualdade com os demais membros da sociedade.

Esse indivíduo não possui “um status de um parceiro de interação com igual valor” (HONNETH, 2003a, p. 216), ou seja, os direitos lhe são negados, deixando implícita a “afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade” (HONNETH, 2003a, p. 216). Por isso, ao sentir-se privado de seus direitos, o indivíduo perde o autorrespeito, não se percebendo como alguém que pode “se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (HONNETH, 2003a, p. 217).

Por fim, a terceira forma de desrespeito, relacionado à solidariedade, refere-se ao valor social que os indivíduos e grupos possuem perante a sociedade. Esse desrespeito atinge o sentimento de estima social do indivíduo, pois ele não se percebe tendo suas capacidades e características estimadas, sendo assim desvalorizado socialmente, portanto, “o sujeito, que se envergonha de si mesmo na experiência do rechaço de sua ação, sabe-se como alguém de valor social menor do que havia suposto previamente” (HONNETH, 2003a, p. 223).

E o autor continua:

na autodescrição dos que se veem maltratados por outros, desempenham até hoje um papel dominante categorias morais que, como as de ‘ofensa’ ou de ‘rebaixamento’, se referem às formas de desrespeito, ou seja, às formas de reconhecimento recusado (2003a, p. 213).

Em resistência a essas formas de não reconhecimento é que se manifestam os conflitos sociais, tendo por resultado sua paulatina superação. Desse modo, Honneth entende por luta social:

o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (2003a, p. 257).

É nesse sentido que as lutas por reconhecimento passam a fundamentar os avanços normativos sociais. Em síntese, cada uma das esferas do reconhecimento possui uma autorrelação prática do sujeito (nas relações amorosas há a autoconfiança, nas relações jurídicas há o autorrespeito, e na comunidade de valores há a autoestima). A partir do momento em que ocorre o desrespeito em alguma das esferas, gera-se o conflito ou o sentimento de luta, gestando-se, assim, as lutas sociais.

Quando o desrespeito ocorre na esfera do amor, ele ameaça a integridade física e psíquica, pois se manifesta por meio de maus-tratos e violação. Na esfera do direito, o desrespeito atinge a integridade social da pessoa, pois ela é privada de seus direitos e excluída do convívio social. Na esfera da solidariedade, são as ofensas e infâmias que geram o desrespeito, afetando a dignidade da pessoa enquanto inserida em uma comunidade de valores. Logo, podemos compreender as mudanças sociais como resultado de lutas ocasionadas pelo desrespeito às esferas do reconhecimento. É a partir do conceito de eticidade que se torna possível identificar as patologias sociais, ou seja, o pressuposto de um ideal de vida boa, que compreende valores éticos e morais, possibilita perceber a violação cometida contra a liberdade pessoal e os valores comunitários.

Tendo isso em vista, Nancy Fraser (2006) problematiza alguns aspectos da teoria do reconhecimento do outro de Honneth. Ao pensar nas injustiças sociais, Fraser (2006) enfatiza a necessidade de também refletir sobre os aspectos da redistribuição de renda e não somente de reconhecimento. Alguns pontos deste debate são o foco da discussão apresentada no próximo subcapítulo.

### **1.3 Debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth**

Nancy Fraser e Axel Honneth travaram um debate a respeito da redistribuição e do reconhecimento. Fraser (2006b) enfatiza a necessidade de não apenas focar o aspecto do reconhecimento, mas também o aspecto da redistribuição. Já Honneth (2006b) defende que, ao apresentar uma política de reconhecimento, o aspecto da redistribuição é inerente, pois não há reconhecimento sem distribuição de renda. Portanto, neste capítulo realizaremos uma breve incursão neste debate, apresentando alguns pontos discutidos na obra "*Redistribución o reconocimiento*".

A teoria do reconhecimento de Honneth promove uma mudança de perspectiva na teoria crítica, ao trazer as experiências de desrespeito vivenciadas pelos sujeitos, as quais mobilizam um saber moral que permite compreender o sujeito ofendido. Para Honneth, a questão chave não é o consenso, mas a conflitividade. Essa mudança de perspectiva só ocorre em vistas ao mundo da vida, o qual é composto por movimentos e grupos sociais cuja luta por reconhecimento

reivindica a superação da injustiça. Essa luta pelo reconhecimento suscita desafios importantes, cujo debate abarca os aspectos moral, político, social e filosófico.

A luta para reduzir as desigualdades sociais pautou-se, histórica e majoritariamente, pela partilha de bens e riquezas. Atualmente, a mudança nas reivindicações dos grupos minoritários amplia o leque de reivindicações: as lutas passaram a reivindicar o reconhecimento de suas diferenças, que podem ser de cunho étnico, racial, sexual, de gênero, dentre outros.

Segundo Fraser (2006a), não se trata apenas de um problema que abarque única e exclusivamente a ordem econômica, como era até alguns anos atrás, o que nos remete à luta de classes, mas também se trata de um problema de ordem etnocultural. De acordo com a autora, essa separação é, todavia, falsa, fazendo-se necessário refletir sobre o reconhecimento cultural de igualdade social, almejando, assim, pensar um conceito de justiça social que agregue a teorização sobre os aspectos culturais. Nesse sentido, Fraser distingue duas maneiras distintas de injustiça, a econômica e a cultural: a econômica “se radica na estrutura econômico-política da sociedade. Seus exemplos incluem a exploração; a marginalização econômica; e a privação” (FRASER, 2006a, p. 232). Já a injustiça cultural ou simbólica “se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seus exemplos incluem a dominação cultural; o ocultamento; e o desrespeito” (FRASER, 2006a, p. 232).

Para as injustiças, Fraser afirma ter dois remédios distintos. Silva (2008) comenta que, para Fraser, as políticas de redistribuição e de reconhecimento envolveriam possibilidades de combater as injustiças econômicas e culturais. São essas possibilidades que Fraser nomeia como remédios “afirmativos” e “transformativos”. Assim, a estudiosa entende que remédios afirmativos são “voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra” (FRASER, 2006a, p. 237). Já os remédios transformativos são: “voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente” (FRASER, 2006a, p. 237).

A respeito dos tipos de lutas, Fraser (2006a) observa que:

Lutas de reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo – ou mesmo de criá-la performativamente – e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação do grupo. Lutas de redistribuição, em

contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo (um exemplo seriam as demandas feministas para abolir a divisão do trabalho segundo o gênero). Desse modo, elas tendem a promover a desdiferenciação do grupo. O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios (FRASER, 2006a, p. 233).

De acordo com a autora supracitada, a luta por reconhecimento, tenta promover a distinção do grupo. Já a segunda, a luta por redistribuição, pode vir a desestabilizar este grupo. Sendo assim, percebe-se que ambos os tipos de luta manifestam uma tensão, o que acaba se tornando um grande dilema, pois, “[...] pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e negar sua especificidade” (FRASER, 2006a, p. 233).

Já Honneth parte do pressuposto de que os conflitos sociais são lutas por reconhecimento, ou seja, a interação entre os sujeitos da sociedade se dá através do conflito, travando, assim, uma luta por reconhecimento. Esta luta é a chave do entendimento de como se processa a interação social, especialmente ao que concerne à constituição e à autocompreensão dos indivíduos em sociedade.

Honneth procura salientar que, por detrás da aparente integração que o capitalismo avançado presume, há esferas de conflitos morais e práticos. Não se trata mais da suposição de classe, mas de novas formas de enfrentamentos que, hoje em dia são, por um lado, socialmente controladas e, por outro, individualizadas ao extremo.

Desta forma, os remédios afirmativos se voltam para a revalorização identitária do grupo, enquanto que os transformativos buscam a desconstrução dos estereótipos sociais que constituem a diferenciação entre os grupos. Isso pensando na perspectiva das políticas de reconhecimento.

Ao pensar na perspectiva das políticas de redistribuição, os remédios afirmativos possibilitariam a restituição de bens e das oportunidades que pudessem beneficiar os grupos economicamente mais prejudicados. Os transformativos tentariam combater as estruturas de reprodução que acabam gerando a desigualdade social. Nesse sentido, Silva (2008) pontua que:

[...] os remédios de reconhecimento transformativo são direcionados não à afirmação da diferença de grupos oprimidos, mas à diluição das categorias que produzem a própria opressão. Trata-se, portanto, não de afirmar a

especificidade de grupos como “mulheres” ou “negros” perante as normas e instituições sociais vigentes, mas sim de desconstruir, nesses casos, as generalizações e os estereótipos ligados ao gênero e à raça, permitindo a formação de identidades pautada na ressignificação constante das estruturas simbólicas que compõem a autocompreensão cultural de uma sociedade, e não em um mero “pertencimento” a ideias massificadoras e reificantes de “grupo” (SILVA, 2008, p. 214).

Tais possibilidades se mostram um tanto contraditórias para a resolução dos problemas a que se propõe, pois elas enfatizam, ao mesmo tempo, a igualdade e a diferença, sendo estas as denominadas coletividades bivalentes (FRASER, 2006). A luta por reconhecimento está no centro das discussões políticas e filosóficas e também as “[...] demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade” (FRASER, 2006a, p. 231), dando espaço para a discussão sobre as desigualdades presentes na sociedade contemporânea. Sendo assim,

[...] nestes conceitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (FRASER, 2006, p. 231).

Portanto, tanto Honneth, quanto Fraser buscam a reconstrução do pensamento crítico, a partir da categoria do reconhecimento, estabelecendo, assim, um posicionamento crítico frente às lutas travadas pelos movimentos sociais, refletindo sobre o lugar que a cultura ocupa no capitalismo e pensando padrões de justiça frente a sociedade contemporânea (FRASER; HONNETH, 2006b).

Enfim, as relações intersubjetivas de reconhecimento e suas respectivas esferas, que foram discutidas neste capítulo, bem como as formas de desrespeito e seus respectivos componentes de ameaças à personalidade do indivíduo compõem os desdobramentos da primeira fase do pensamento de Axel Honneth. Com o desenvolvimento de sua teoria do reconhecimento e, a partir das críticas e discussões desencadeadas a partir de sua teoria, Honneth desenvolve, atualmente, uma teoria da justiça, apresentando deslocamentos e mudanças não apenas no foco central de sua teoria, mas também nas categorias de reconhecimento. Esta segunda fase do pensamento de Axel Honneth é tema do próximo subcapítulo.

#### **1.4 O direito da liberdade: esferas do reconhecimento e o debate entre o âmbito moral e jurídico**

Em continuidade ao desenvolvimento da teoria de Axel Honneth, após apresentar como se organiza e desenvolve a luta por reconhecimento através das categorias de reconhecimento. Deste modo, a discussão deste capítulo se refere à apresentação do que se considera a segunda fase do pensamento de Axel Honneth. Inicialmente elencamos as diferenças entre as duas principais obras do filósofo – *Luta por reconhecimento* e *O direito da liberdade* – para apresentar e discutir mais especificamente os tópicos e questões presentes na última obra.

Com o objetivo de desenvolver uma teoria da justiça, apresentam-se os deslocamentos das categorias de reconhecimento produzidos por Honneth (2015), na elaboração de sua teoria da justiça. Posteriormente, apresentam-se os movimentos que instigaram Honneth a busca de mudanças em sua teoria. Logo após, discutem-se aspectos relacionados à liberdade negativa e reflexiva e seus desdobramentos no contexto social.

#### **1.5 O direito da liberdade: dos deslocamentos da teoria do reconhecimento à possibilidade da liberdade jurídica e moral**

Na obra *Luta por reconhecimento: uma gramática moral dos conflitos sociais*, Axel Honneth afirma que o reconhecimento ocorre através de três categorias: a categoria do amor ou das relações íntimas; a categoria do direito ou das relações jurídicas; e a categoria da solidariedade ou das relações que resultam na estima social, conforme discutido anteriormente. Na obra intitulada *Direito da Liberdade* estas categorias sofreram algumas modificações. A primeira categoria mudou do amor para o “nós” das relações pessoais; a categoria do direito deu espaço para o “nós” do agir em economia de mercado; e, por fim, a categoria da solidariedade transformou-se em “nós” da formação da vontade democrática.

Na Obra *Direito a Liberdade*, o autor retoma em alguns aspectos a teoria do reconhecimento desenvolvida desde *Luta por reconhecimento*. Porém, em *O Direito da Liberdade* é a primeira vez que Honneth vê um âmbito de reconhecimento no mercado, então o conceito de luta perde sua relevância. Para Madureira (2015), uma

vez que Honneth percebe os “âmbitos da eticidade como contextos de reconhecimento intersubjetivo é que se pode considerar esta obra como um novo desdobramento da teoria do reconhecimento desenvolvida desde *Kampf um Anerkennung*” (MADUREIRA, 2015, p. 364). Desta forma, Durkheim se torna uma referência fundamental para discutir as questões referentes à liberdade social.

Para Madureira (2015), as principais diferenças entre as duas principais obras de Honneth são:

1. A esfera das relações íntimas/interpessoais é a única que não sofre grandes mudanças; 2. Ocorre um deslocamento do reconhecimento das capacidades e características individuais, entendido anteriormente como associado ao desempenho e à solidariedade/valoração social, da terceira a segunda esfera, tendo como resultado: a) O desaparecimento do direito como esfera da liberdade social (O direito aparecerá em *Das Recht der Freiheit* como “possibilidade” de liberdade, não como liberdade “efetiva”, associado à liberdade negativa; b) O surgimento de uma esfera de reconhecimento propriamente política, que não existia na teoria “originária”; c) A localização do reconhecimento das capacidades, associado ao trabalho, em conjunto com os interesses particulares, numa esfera de reconhecimento própria: a economia de mercado (MADUREIRA, 2015, p. 364 – 365).

Ainda em relação às categorias de reconhecimento, Madureira (2015) salienta que o âmbito da solidariedade, na *Luta por reconhecimento*, ocorria na terceira esfera. Já em *O Direito da Liberdade*, o âmbito da solidariedade localiza-se completamente na segunda categoria – “nós” do agir em economia do mercado. Honneth (2015) tem como proposta central uma reconstrução normativa, que segundo Campello (2014, p. 30) “trata-se de tentar entender um processo de diferenciação e institucionalização daquelas esferas da eticidade cujo conteúdo normativo deixa revelar uma crescente expressão da liberdade individual”. São processos resultantes de conflitos sociais, sendo interpretados “a partir de uma ‘crítica reconstrutiva’ em que se destacam os problemas e deficiências inerentes a esse desenvolvimento” (CAMPELLO, 2014, p. 30).

No capítulo sobre a liberdade social, Honneth (2015) realiza um apanhado histórico da constituição da família, das relações de amizade e das relações íntimas, desde os fins do século XVIII e início do século XIX até a reflexão sobre a constituição das relações na contemporaneidade. De acordo com Campello (2014, p. 186) “passa a discutir também as configurações de relações afetivas primárias enquanto ancoradas em um desenvolvimento histórico específico, adquirindo

padrões próprios a partir dos processos de diferenciação da modernidade”. No que diz respeito ao “nós” do agir na esfera do consumo, Honneth “vê o mercado como espaço de liberdade social na medida em que possibilitaria a satisfação recíproca de carências e preferências individuais” (CAMPELLO, 2014, p. 194).

Abaixo apresentamos um quadro com os deslocamentos e mudanças que ocorreram nas categorias de reconhecimento intersubjetivo.

Tabela 1 Deslocamentos entre as esferas de reconhecimento

<b>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</b>	<b>O Direito da Liberdade</b>
Relações íntimas Amor/amizade Natureza afetiva/necessidades	Relações interpessoais Amor/amizade Necessidades e capacidades individuais
Direito Igualdade Respeito/responsabilidade moral	Agir na economia de mercado  Interesse e capacidades particulares
Solidariedade Desempenho Capacidades e características	Formação democrática da vontade  Intenções individuais de autodeterminação

Fonte: MADUREIRA (2015)

Outro aspecto que diferencia as duas obras é o abandono, por parte de Honneth, do enfoque psicológico. Em uma crítica a Honneth, Habermas (2011) afirma:

Honneth sabe que ele não pode desviar para uma psicologia do reconhecimento, se a teoria do reconhecimento devesse ser uma chave para as patologias sociais. Quanto mais precisamente ele focar o microscópio nas interações simples, maior é o perigo de o diagnosticador social determinar à revelia dos envolvidos o que lhes dói, o que pode, pois, valer como sintoma de circunstâncias sociais deturpadas [...] despertou considerável interesse – sobre a questão de se poder contemplar com o conceito do reconhecimento, também, os problemas urgentes da justiça distributiva (HABERMAS, 2011, p. 340).

Assim, após apresentar brevemente as diferenças entre as duas das principais obras de Honneth, passamos a apresentar e discutir aspectos mais específicos desta que podemos considerar a segunda fase da teoria de Axel Honneth. Também é importante ressaltar que as mudanças no pensamento de Honneth iniciam, de certo modo, com o livro *Sufrimento de Indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel* (2007), no qual Honneth passa a utilizar-se dos escritos do Hegel maduro, “encontrando também ali uma teoria das instituições baseado nos padrões de liberdade comunicativa e de reconhecimento recíproco” (CAMPELLO, 2014, p. 2). Já partindo do conceito de reconstrução normativa para compreensão hegeliana.

## 1.6 Primeiros passos para uma teoria da justiça

Na apresentação da obra *Sufrimento de indeterminação*, Denilson Werle e Rúrion Melo (2007) destacam que, sendo a obra uma reatualização da filosofia hegeliana, ela busca elaborar uma teoria crítica da sociedade. Do mesmo modo, esta obra pode ser considerada um passo importante na direção do desenvolvimento de uma teoria da justiça moralmente justificável. Neste sentido, os autores ainda ressaltam que o:

Sufrimento de indeterminação consiste, por um lado, em uma tentativa de solucionar questões de fundamentação normativa presente no debate sobre teorias da justiça. A questão da justiça não pode ser tratada como uma dedução de princípios com pretensão universalista transcendente aos contextos. É preciso, antes, atentar para as condições de autorrealização individual presentes na ordem social de sociedades modernas: a pretensão universal de realização da liberdade individual já se encontra ancorada nos contextos práticos de interação comunicativa das esferas da eticidade (WERLE; MELO, 2007, p. 43-44).

Honneth (2007) busca realizar um diagnóstico do sofrimento de indeterminação, iniciando, assim, a discussão sobre as teorias da justiça. Já em *O direito da liberdade*, Honneth procura desenvolver “os princípios de justiça social diretamente sob a forma de uma análise da sociedade” (HONNETH, 2015, p. 9). Para esse objetivo, o autor afirma a necessidade de partir de quatro premissas.

A primeira premissa é de que a reprodução social está vinculada e se orienta por ideais e valores, ou seja,

[...] essas normas éticas não apenas determinam [...] quais as medidas ou desenvolvimentos sociais podem ser concebidos, mas também são determinados [...] como objetivos de educação mais ou menos institucionalizados, pelos quais se organizaria a vida do indivíduo no seio da sociedade (HONNETH, 2015, p. 19).

A segunda premissa é uma proposta que “se deve tomar apenas os valores ou ideais como ponto de referência moral de uma justiça que, como pretensões normativas, a um só tempo constitui reivindicações normativas e condições de reprodução de cada sociedade” (HONNETH, 2015, p. 21).

Honneth ressalta que a justiça não é independente e, portanto, tais valores e ideais não podem ser determinados de modo descontextualizado, resultando, então, em uma análise concreta. Com isso, o estudioso traz a reconstrução normativa como a terceira premissa, isto é, como modo de validação do procedimento metodológico, considerando que os “valores justificados de modo imanente são, de maneira direta, tomados como fio condutor da elaboração e classificação do material empírico” (HONNETH, 2015, p. 24).

A quarta premissa trata de analisar criticamente o procedimento de reconstrução normativa, partindo da ideia de que “não pode se tratar apenas de desvelar, pela via reconstrutiva, as instâncias da eticidade já existentes, mas deve também ser possível criticá-las à luz dos valores incorporados em cada caso” (HONNETH, 2015, p. 29).

### **1.7 O desenvolvimento de uma teoria da justiça**

Em *O Direito da Liberdade*, Honneth apresenta sua teoria do reconhecimento, tendo como ponto central de sua discussão a liberdade, principalmente, a defesa de uma ideia de liberdade social. Com uma organização semelhante ao livro *Princípios da Filosofia do Direito*, de Hegel, Honneth defende a ideia de que a liberdade de um indivíduo apenas se efetiva quando este estiver em contato e se relacionar com outros indivíduos. Em outras palavras, o autor acredita que o sujeito só conquistará

sua liberdade quando o outro o auxiliar a realizar sua liberdade. Do mesmo modo, o outro só se tornará livre quando outro sujeito o auxiliar a realizar a sua liberdade. Assim, não há uma liberdade a perder, mas uma liberdade a ser construída.

Honneth (2015) apresenta três diferentes modelos de liberdade: liberdade negativa, liberdade reflexiva e liberdade social. Estes modelos seguem uma dinâmica organizacional semelhante à utilizada por Hegel, portanto, a liberdade negativa relaciona-se com o direito abstrato discutido por Hegel, a liberdade reflexiva está relacionada com a moralidade subjetiva e, por fim, a liberdade social é correspondente as esferas da moralidade objetiva: família, sociedade civil e Estado. De acordo com o que Pinzani (2012) apresenta,

A parte sobre família do texto hegeliano corresponde, no texto de Honneth, a parte sobre relações pessoais; aquela sobre sociedade civil corresponde a parte sobre o mercado; finalmente, a parte sobre o Estado corresponde a parte sobre o Estado democrático (PINZANI, 2012, p. 207).

Para discutir a liberdade negativa, Honneth retoma a compreensão de liberdade apresentada por Hobbes, sendo esta uma liberdade individual que não enfrenta resistências externas, ou seja, não há obstáculos para a realização da vontade do indivíduo. Havendo a possibilidade do indivíduo agir sem a interferência de outrem ou, então, sem a necessidade de prestar explicação sobre suas ações individualistas, Honneth ressalta que “a ideia de que a liberdade do indivíduo consiste na busca de seus próprios interesses sem que haja impedimentos ‘de fora’ repousa numa arraigada intuição do individualismo moderno” (HONNETH, 2015, p. 46). Essa liberdade é negativa, “já que não se deve voltar a questionar seus objetivos quanto à sua capacidade de satisfazer ou não suas condições de liberdade; [...] bastando o ato puro e desimpedido do decidir para que a ação resultante seja qualificada como ‘livre’” (HONNETH, 2015, p. 49). Esta liberdade permite a legitimação do desejo de distinção do indivíduo, tornando o indivíduo livre, quanto mais desejos e objetivos ele pudesse vir a realizar, porém, sem interferir na liberdade dos demais. Para Honneth, essa liberdade não é suficiente, pois “todas as insuficiências reveladas pela liberdade negativa remetem, em última instância, ao fato de ela cessar antes do limiar legítimo da autodeterminação individual” (HONNETH, 2015, p. 57), não sendo propositiva.

Posteriormente, a liberdade negativa é discutida como liberdade jurídica e, então, ressaltam-se as possíveis patologias que tal liberdade pode vir a causar, segundo Pinzani (2012): “a total identificação, pelos indivíduos, de sua liberdade com a liberdade jurídica, isto é, com seus direitos negativos e que, portanto, tais direitos acabem sendo os elementos constitutivos do plano de vida de seus titulares” (PINZANI, 2012, p. 209).

Desde a Idade Antiga e Média, conforme a liberdade reflexiva, para um indivíduo ser livre ele “tinha de chegar às suas próprias decisões e poder realizar sua vontade” (HONNETH, 2015, p. 58). Desse modo, a relação que é estabelecida na liberdade reflexiva é de um sujeito que age segundo suas próprias intenções. Para tanto, Honneth busca em Rousseau, Kant e Herder, suas concepções de liberdade reflexiva, sendo esta liberdade, perpassada pela ideia de que o agir do indivíduo só é permitido sem que a consciência e a reflexão imponham obstáculos.

A liberdade social se desenvolve nas três esferas reorganizadas da luta pelo reconhecimento, a saber: as relações pessoais, economia de mercado e formação da vontade democrática. Nesse sentido, a liberdade social pode ser “entendida como um resultado de um esforço teórico de compreender que o critério subjacente ao pensamento da liberdade reflexiva amplia-se até mesmo às esferas que tradicionalmente se contrapõem ao sujeito como realidade externa” (HONNETH, 2015, p. 81).

Ao final da descrição dos três modelos de liberdade, Honneth apresenta a ideia de uma eticidade democrática, destacando que uma concepção de justiça que supere o distanciamento da teoria normativa com a realidade social necessita “de uma reconstrução normativa do desenvolvimento social conduzida de maneira normativa” (HONNETH, 2015, p. 112).

A liberdade negativa e a liberdade reflexiva ressaltam e possibilitam ao sujeito recolher-se na sua individualidade, seja agindo de modo a não dar maiores explicações de suas ações, seja para alcançar seus objetivos individuais. Já para a liberdade social, Honneth reforça a ideia da necessidade de haver outro, pois a liberdade social somente ocorre em contexto de interação. Nas palavras de Honneth (2015), “sob a condição de que ambos os sujeitos reconheçam a necessidade de complementariedade [...] visualizam na contraparte o outro de seu si mesmo, e a liberdade até então reflexiva amplia-se para se converter numa liberdade

intersubjetiva” (HONNETH, 2015, p. 86). Dessa forma, a liberdade social ocorrerá em contextos de interação em que ocorra o reconhecimento recíproco dos sujeitos.

Após a atualização histórica que retoma os modelos de liberdade negativa, reflexiva e social, Honneth apresenta como possibilidade de liberdade a liberdade jurídica e a liberdade moral, destacando para cada uma delas sua razão de ser, seus limites e suas patologias. Para o desenvolvimento de sua teoria, no âmbito da liberdade social, Honneth (2015) afirma que a liberdade está vinculada às instituições e a percebe em cada uma das esferas éticas nas relações pessoais, no agir na economia de mercado e na formação da vontade democrática.

Honneth apresenta as potencialidades de cada uma das três liberdades, mas também apresenta seus limites, os quais ele denomina de patologias sociais:

No contexto da teoria social, podemos falar em “patologia social” sempre que a relacionarmos com desenvolvimentos sociais que levem a uma notável deterioração das capacidades racionais de membros da sociedade ao participar da cooperação social de maneira competente. Diferentemente de injustiças sociais, que hoje não se constituem condições necessárias de exclusão ou comprometimento de oportunidades de participação em pé de igualdade no processo de cooperação social, tais patologias operam num nível mais elevado da reprodução social, tais patologias operam num nível mais elevado de reprodução social, no qual o que importa é o acesso reflexivo aos sistemas primários de ação e de normas. Então, sempre que alguns ou todos os membros da sociedade, em razão de causas sociais, já não estejam em condições de compreender adequadamente o significado dessas práticas e normas, podemos falar numa “patologia social” (HONNETH, 2015, p. 157 - 158).

Percebe-se a potencialidade de algum dos modelos de liberdade se tornar unilateral, e, no caso da liberdade negativa, desencadear um individualismo ou egoísmo, prevalecendo, assim, apenas os direitos subjetivos dos indivíduos. Deste modo, ao refletir sobre o egoísmo presente na sociedade contemporânea, nos remetemos às reflexões de Macpherson em sua obra *Teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke*, onde o autor apresenta o surgimento e o desenvolvimento do individualismo possessivo na Filosofia política do século XVII. Tendo como modelo de sociedade “[...] uma série de relações de mercado entre esses indivíduos”, sendo esse um dever político suficiente, ou seja, “não eram necessários conceitos tradicionais de justiça, [...] o dever do indivíduo para com o Estado era deduzido dos fatos supostos, como estruturados em um modelo humano materialista e no modelo da sociedade de mercado” (MACPHERSON, 1979, p. 277).

Nesse sentido, o indivíduo é percebido como proprietário de si, encontrando, assim, sua qualidade possessiva, ao ser proprietário de si “e de suas capacidades, nada devendo à sociedade por elas” (MACPHERSON, 1979, p. 15). Esses são os moldes de uma perspectiva política liberal que, segundo o autor, perdeu forças no século XIX, porém, não abandonou totalmente o aspecto possessivo, pois este não poderá ser abandonado “enquanto predominarem as relações de mercado” (MACPHERSON, 1979, p. 16). Da mesma maneira que Macpherson parte da concepção de liberdade individual de Hobbes, Honneth (2015) também destaca que, para Hobbes, a liberdade “é a ausência de resistências externas, que poderiam obstruir os movimentos possíveis aos corpos naturais” (HONNETH, 2015, p. 43).

Sendo este ideal de liberdade o que viesse a reger o agir dos cidadãos na atualidade, Macpherson (1979) adverte: “se a liberdade individual for transformada no exercício da posse, é preciso aceitar a plena sociedade de mercado” (MACPHERSON, 1979, p. 260). Este tipo de individualismo não permite desenvolver empatia em relação à população que vive em situação de vulnerabilidade social, por exemplo, já que, muitas vezes, tanto os programas do governo que buscam atender tal população, como a própria população atendida pelos programas sofrem com o preconceito e o desprezo por parte da população que não é assistida por tais políticas. Ou seja, há uma reação sistemática frente ao programa, fruto de um determinado individualismo possessivo que não admite a solidariedade, mesmo quando se trata de uma questão humanitária.

Do mesmo modo, Sennett (2006; 2009) afirma que o novo capitalismo corroeu o caráter das pessoas, ocasionando uma perda de senso de comunidade. Para Sennett (2009), a lógica do curto prazo, bem como a necessidade de adaptar-se constantemente estão retirando valores como lealdade e confiança, e, desse modo, acabam interferindo na esfera da solidariedade. Consoante Sennett, a cultura do novo capitalismo está diretamente ligada à fragmentação de uma nova organização cultural das instituições. Sennett ressalta que os indivíduos tiveram que aprender a cuidar das relações e dos empregos de curto prazo e, em meio a isso, também cuidar de si mesmos, podendo “ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida” (SENNETT, 2006, p. 13). Em meio a esse reinventar-se em curto prazo, também emerge a necessidade de “descobrir capacidades potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade” (2006, p.13). Com uma estrutura dinâmica, que se altera rápida e constantemente, é necessário “permitir que o

passado fique para trás” (2006, p. 14). Neste cenário, Sennett (2006) afirma que também há necessidade de mudanças no caráter das pessoas, para poder adentrar nestas instituições e adaptar-se a elas. Assim, “o ideal cultural do novo capitalismo [...] o novo homem enriqueceria pensando em termos de curto prazo, desenvolvendo seu próprio potencial e desapegando-se de tudo” (SENNETT, 2006, p. 16).

Deste modo, podemos estabelecer relações com as políticas sociais, mais especificamente com o Programa Bolsa Família, políticas estas que não podem ser consideradas apenas como filantropia ou uma comiseração, isto é, de um simples assistencialismo, mas de políticas de reconhecimento irrenunciáveis. Em outras palavras, trata-se não apenas de combater a fome e a pobreza, mas de garantir as condições essenciais para a vida e a convivência a qualquer sujeito humano. Através das políticas de reconhecimento é possível entender as patologias desse individualismo cuja insolidariedade se traduz no desrespeito. Daí que o não reconhecimento seja “a fonte emotiva e cognitiva de resistência social” (HONNETH, 2003a, p. 227) tanto a grupos, como de coletividades consideradas como invisíveis ou vulneráveis, entre outros qualificativos.

Portanto, as políticas distributivas elaboradas dentro do contexto do “novo capitalismo” aparecem como duas faces da mesma moeda. O retumbante discurso de assistencialismo, atribuído às políticas de distribuição de renda, ofusca, por vezes, o direito de uma vida digna. Nesse caso, a insolidariedade está presente naqueles que estão acima da linha da pobreza. Eles realizam juízo de valor, a partir do princípio do mérito, desconsiderando a pobreza extrema como fator preponderante na constituição do reconhecimento intersubjetivo dos beneficiários de programas sociais, no caso em questão, do Programa Bolsa Família. Desta maneira, a discussão do próximo capítulo será sobre o Programa Bolsa Família, abordando o surgimento, as condicionalidades, as formas de desrespeito vivenciadas pelos sujeitos e as reflexões que emergem a partir das relações estabelecidas com a teoria do reconhecimento.

## **CAPÍTULO 2: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS CONTEXTOS DE RECONHECIMENTO SOCIAL**

Neste capítulo será apresentado o Programa Bolsa Família, seus objetivos e suas condicionalidades. Do mesmo modo, também se apresentam reflexões sobre o papel do Programa, preconceitos em relação aos beneficiários e suas crianças, bem como são expostas reflexões sobre os contextos de reconhecimento que estão vinculados ao Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família foi instituído pela Lei nº 10.836<sup>9</sup> de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, sendo um programa descentralizado e compartilhado entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2004a; 2004b). É um programa de transferência direta de renda, que integra o Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011). Busca atender milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

O Programa Bolsa Família é uma política pública social que, através da transferência direta de renda para famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, busca possibilitar aos beneficiários não apenas melhores condições de vida, mas também autonomia e uma vida digna. Segundo Rego e Pinzani (2014a), as políticas sociais “são instrumentos para promover autonomia individual e criar um senso de comunidade, em uma palavra: elas são instrumentos de cidadania” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 87).

---

<sup>9</sup> Em 13 de junho de 2003 foi criada a Lei nº 10.689 que criou o Programa Nacional de Acesso a Alimentação (PNAAL). O programa estava ligado às ações voltadas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2003). Em 20 de outubro de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família através da Medida Provisória nº 132, a qual foi convertida na Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que cria o Programa Bolsa Família e altera a Lei 10.689 de junho de 2003 (BRASIL, 2004a).

Para que possam receber o benefício, estas famílias devem possuir renda per capita de até R\$ 85,00 – famílias consideradas em situação de extrema pobreza – e renda a partir de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 – famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2016). O principal objetivo do Programa Bolsa Família é que estas famílias que recebem benefício possam superar a pobreza. Os demais objetivos do Programa são:

- I – promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II – combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III – estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV – combater a pobreza;
- V – promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004b, p. 2).

A manutenção do benefício está atrelada a algumas condicionalidades, como a frequência das crianças e dos adolescentes na escola e o acompanhamento da saúde das crianças e das gestantes beneficiárias. Dentre as condicionalidades para a manutenção do benefício do programa, salientamos o condicionamento da transferência de renda a frequência e permanência das crianças na escola: crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem estar matriculadas na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas e os jovens de 16 e 17 anos também matriculados e com frequência mínima de 75% das aulas (BRASIL, 2004a; 2004b).

Com esta condicionalidade, o programa almeja quebrar o conhecido “círculo vicioso” da pobreza, o qual se caracteriza pelo abandono escolar, provocado pela necessidade das crianças trabalharem para prover uma fonte adicional de renda para a família (REGO; PINZANI, 2014a; 2014b). Ao tentar conciliar escola e trabalho, as crianças acabam abandonando a escola. Por não possuírem escolaridade elevada, a essas pessoas são relegados os serviços mais subalternos com baixa remuneração e, assim, a situação de miséria é perpetuada.

No mês de março de 2016<sup>10</sup>, o Programa Bolsa Família beneficiou treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito (13.847.958) famílias em todo o Brasil, beneficiando, em média, um quarto do total da população brasileira (PINZANI, 2014). Sendo o valor médio pago para as famílias de R\$ 182,62 (cento e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

No estado do Rio Grande do Sul foram beneficiadas, no mês de março de 2016, quatrocentos e um mil, duzentos e quarenta e oito (401.248) famílias. Destas, sete mil quinhentos e noventa e seis (7.596) famílias foram beneficiadas no município de Pelotas e quatrocentos e quinze (415) famílias foram beneficiadas no município de Roque Gonzales. Este número de famílias beneficiadas corresponde a uma cobertura de 87,0 % do número estimado de famílias pobres que vivem no Estado do Rio Grande do Sul. Sendo o benefício médio transferido no valor de R\$ 164,97 (cento e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos). Já na cidade de Pelotas, o número de famílias beneficiadas representa a cobertura de 42,9 % da estimativa de famílias pobres residentes no município. Enquanto que no município de Roque Gonzales, as famílias beneficiadas representam cobertura de 69,9 % da estimativa de famílias pobres. O valor do benefício pago nos municípios é de R\$ 140,36 (cento e quarenta reais e trinta e seis centavos) em Pelotas e R\$ 137,28 (cento e trinta e sete reais e vinte e oito centavos) em Roque Gonzales.

O Cadastramento das famílias ocorre por meio de um instrumento desenvolvido para a identificação socioeconômica, o Cadastro Único (CadÚnico). Este instrumento de identificação foi criado pelo Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007 e é, segundo consta no Art. 2º do decreto, um “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal” (BRASIL, 2007, s/p.).

---

<sup>10</sup> Optou-se por utilizar os dados referentes ao mês de agosto de 2016, pois nos relatórios de informações sociais disponibilizados na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), sendo o que os 4 relatórios analisados (Brasil, Rio Grande do Sul, Pelotas e Roque Gonzales) possuíam informações de meses distintos, sendo o mês de agosto o único mês que coincidiu com as informações.

Neste cadastro ficam reunidas as informações sobre as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. O Governo Federal oferece um conjunto variado de benefícios sociais, seja crédito para aquisição da casa própria, fomento às atividades produtivas rurais, dentre vários outros. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é atuar no alívio das necessidades materiais mais imediatas das famílias, possibilitando e condicionando o benefício à manutenção das crianças em idade escolar na escola e o acompanhamento da saúde destas crianças e da família.

Antes do Programa Bolsa Família já havia, no Brasil, políticas de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, porém, tais políticas não possuíam a amplitude e não contemplavam tantas pessoas como o Bolsa Família conseguiu atingir.

[...] o Bolsa Família é fruto da unificação dos programas de transferência de renda do governo federal, ou seja, Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) (ZIMMERMANN, 2006, p. 151).

O Programa é gerido de modo compartilhado, sendo assim descentralizado, de modo que Governo Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal trabalham conjuntamente para efetivar o programa (BRASIL, 2004b). O cadastro das famílias é responsabilidade da Prefeitura Municipal, portanto, a articulação com a educação, saúde e assistência social cabe aos gestores municipais, bem como o acompanhamento e a fiscalização das ações desenvolvidas e dos recursos financeiros repassados aos municípios. Ao Governo Estadual cabe a coordenação e a articulação das condicionalidades, bem como a capacitação e o apoio técnico aos municípios, além da execução dos recursos financeiros repassados para o Estado. O Governo Federal é responsável pela gestão, operacionalização, avaliação e monitoramento do Programa, repassando os recursos aos estados e municípios (BRASIL, 2015).

As políticas neoliberais defendem que há uma necessidade de auxiliar os indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, porém, estas mesmas políticas não compreendem que tais políticas públicas integram um direito humano. Tal atitude conduz a compreender as políticas sociais estatais

como uma ação humanitária, de cunho filantrópico, inclusive, não recebendo reconhecimento de uma parcela da sociedade, que percebe o benefício como uma esmola ou, então, um incentivo a prostração e a vagabundagem. De acordo com o livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*, de Rego e Pinzani (2014a):

Sua estereotipagem como vagabundos configurou talvez um dos fenômenos mais brutais da sociedade brasileira, tão nefasto e cruel como aquele criado durante a escravatura, pelo qual o negro escravo era estigmatizado como preguiçoso, leniente e que, portanto, só trabalhava sob coerção mais absoluta, ou seja, sob a violência física mais brutal, despedaçando-se sob a ferocidade do látigo do capataz (REGO; PINZANI, 2014a, p. 22- 23).

Ao refletir sobre as políticas públicas que possuem o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, Rego e Pinzani (2014a) afirmam que dificilmente os pobres possuem voz frente a estas políticas, não podendo opinar a respeito do que seria o melhor para eles. Nesse sentido, “O pobre é, em suma, considerado mero *objeto* de políticas públicas, não *sujeito* da política, sujeito político propriamente dito – e isso representa uma forma de perda de autonomia” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 35 - 36).

Porém, ao buscar a voz dos pobres, surge outro problema, quem são os pobres e quando identificados, quem poderá representá-los. Ao questionar quem são os pobres, podemos encontrar algumas resistências, já que, em geral, ser pobre envolve certa vergonha, especialmente diante desta cultura que acredita que não possuir boas condições de vida está atrelado a uma visão meritocrática perversa que relaciona a pobreza com a preguiça, a ausência de vontade de trabalhar e de não se esforçar para alcançar melhores condições. Portanto, ao não querer identificar-se como pobre, os que assim se identificam apresentam dificuldades de se organizar para escolher seus representantes, que possam falar em seus nomes e apresentar suas verdadeiras necessidades. Dificuldade esta que também está atrelada a pobreza, “é impossível esperar que pessoas que vivem em uma sociedade caracterizada por alienação e ideologias sejam capazes de descrever adequadamente sua

situação e alcançar um ponto de vista a partir do qual consigam criticá-la” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 38).

Além de não possuir o direito de se manifestar, o pobre também é constantemente humilhado. A visão cotidianamente manifestada no Brasil a respeito do pobre ocorre “[...] pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia [...]” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 40), que acusam o pobre “[...] de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão da pobreza” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 40).

Essa visão corrobora com este outro aspecto que também possui grande latência na sociedade e que se refere às diferenças nos julgamentos das atitudes e/ou das irracionalidades dos pobres e das classes dominantes. Os pobres são, discursivamente, condenados e responsabilizados pela sua pobreza, por promiscuidade sexual e tendências criminosas. Já na classe dominante “a promiscuidade sexual é tida como liberdade, um estilo de vida exageradamente consumista e apresentado como padrão” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 52), sendo percebido como o modo de vida a ser seguido. A sonegação fiscal e exploração de mão-de-obra não são percebidas como práticas criminosas.

Além das diferenças econômicas, este tratamento diferenciado entre as classes pobres e as privilegiadas também reflete questões relacionadas a aspectos sociais, culturais, de etnia, dentre outros. A respeito desses aspectos, Fraser (2006) apresenta a bidimensionalidade da injustiça vivenciada por algumas coletividades conforme já discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Neste sentido, a autora utiliza-se do exemplo das questões relacionadas ao gênero, que abarca tanto questões econômicas, como culturais.

O gênero, por exemplo, tem dimensões econômico-políticas porque é um princípio estruturante básico da economia política. Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” e doméstico não-remunerado, atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial por este último. Por outro lado, o gênero também estrutura a divisão interna ao trabalho remunerado entre as ocupações profissionais e manufatureiras de remuneração mais alta, em que predominam os homens, e ocupações de “colarinho rosa” e de serviços domésticos,

de baixa remuneração, em que predominam as mulheres. O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero. Esta estrutura constitui o gênero como uma diferenciação econômico-política dotada de certas características da classe (FRASER, 2006a, p. 233).

As questões atreladas ao gênero exigem que a economia venha a abolir as distinções entre o trabalho remunerado e o não-remunerado, para que não haja mais a distinção econômica entre os gêneros. As mulheres ainda se encontram em desvantagem econômica, o que as impede, inclusive, de participar de forma igualitária na esfera pública e no cotidiano social, resultando, assim, em “um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica” (FRASER, 2006, p. 233-234).

A temática de gênero, mesmo que não seja objeto de análise desta pesquisa, precisa ser anunciada, pois a maior parcela de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família são mulheres. Como o próprio decreto deixa claro ao ressaltar que: “§14. O pagamento dos benefícios previstos na Lei será feito preferencialmente à mulher na forma do regulamento” (BRASIL, 2004a, p. 4), assim, o cartão para saque do benefício consta no nome das mulheres, mães das crianças, buscando também a participação da mulher/mãe na vida pública. Nesse sentido, segundo Rego e Pinzani (2014a) “as mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive as de ordem moral” (2014a, p. 204).

Para Rego e Pinzani (2014a), a educação das mulheres é “culturalmente voltada para a valorização suprema das virtudes e dos valores ligados à vida privada e destituída de conteúdos vinculados aos princípios da autonomia moral e do autogoverno” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 59-60), os autores complementam: “ainda que essas contrapartidas possuem caráter republicano e contribuem para o processo de formação de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 78-79). Em outras palavras, através do programa de distribuição de renda também se observa uma possibilidade de mudança nas subjetividades dessas mulheres, ao possibilitar a elas não apenas o acesso à renda, mas também as chamando para a responsabilidade social.

Assim, após a apresentação dos objetivos e das condicionalidades do Programa Bolsa Família, bem como das reflexões que dele emergem, como a abordagem dos aspectos relacionados à necessidade da quebra do círculo vicioso da pobreza, que ainda será discutida no próximo subcapítulo, introduzimos o próximo subcapítulo, no qual apresentamos os contextos de reconhecimento familiar, escolar e social e as influências destes no desenvolvimento da autorrelação prática do sujeito.

## **2.1 Contextos de reconhecimento**

O Programa Bolsa Família, ao direcionar o benefício às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, associou a transferência do benefício à saúde, alimentação, educação e assistência social – o Estado, garantindo assim, direitos sociais básicos. Sendo as condicionalidades da manutenção do benefício atreladas à frequência e permanência das crianças e adolescentes na escola, conforme já foi dito, as crianças com idade entre 6 e 15 anos devem ter 85% de frequência escolar, enquanto os adolescentes com idade entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% (BRASIL, 2015). Este compromisso também é assumido em relação à saúde, já que o programa garante acompanhamento nutricional, no caso de crianças com até 7 anos de idade, e de pré-natal, no caso das gestantes. Tais compromissos são controlados pelo Censo Escolar, que envia os dados da frequência e permanência na escola bimestralmente, e pelos agentes de saúde que enviam os dados dos beneficiários semestralmente.

O compromisso com o acompanhamento da saúde das crianças, bem como o pré-natal e acompanhamento das nutrizes, tem como objetivo diminuir a mortalidade infantil, a desnutrição das crianças e a diminuição no desenvolvimento de doenças como diarreia, dentre outras (BRASIL, 2004a; 2004b; 2015). Esta condicionalidade possui grande importância, pois contribui de forma significativa para o desenvolvimento saudável destas crianças, de

modo que possam concluir a educação básica em melhores condições, e, assim, vencer o ciclo de pobreza.

Em se tratando de combater a fome através da promoção da segurança alimentar e nutricional, vale a pena destacar alguns dados do documentário argentino *Informe sobre la inequidad*<sup>11</sup>. Esse documentário relata a distinção entre duas jovens a partir de aptidões e características que diferenciam uma da outra. As questões principais buscam responder algumas perguntas, tais como: que atitudes e características diferenciam uma da outra? Quais as circunstâncias específicas de cada uma?

Por meio da amostra da realidade das duas jovens, sendo uma – Maria - de classe média-alta (Nível C1) e outra – Angela - de classe baixa (Nível D2) - o documentário tem como objetivo observar tanto o coeficiente intelectual, como a interação com a família e o desempenho educacional destas jovens. Além do mais, ele procura comprovar, através da clínica médica e genealógica das duas jovens, a premissa de que, no decorrer do crescimento, o corpo humano passa por uma multiplicidade de fatores que marcam sua transformação. Tais fatores são determinantes nas transformações e no desenvolvimento de aptidões, as quais estão intimamente ligadas à nutrição<sup>12</sup>.

A demonstração dos resultados dos testes e exames realizados indicam que Angela apresenta dificuldades de conexão entre ambos os hemisférios do córtex cerebral. Ela é uma menina tímida, com algumas dificuldades para se conectar com suas emoções e, inclusive, para expressá-las. De acordo com o Informe, se a criança não recebe os nutrientes necessários, isso determinará o seu futuro. Existem diversos níveis deficitários, tais como proteínas, glóbulos brancos, tiamina, e etc, que determinam uma maior vulnerabilidade a doenças e dificuldades no crescimento e no desenvolvimento cognitivo.

Para Figueroa Pedraza e Queiroz (2011), não há dúvidas de que esse fator é determinante na vida das pessoas, especialmente nos primeiros anos de vida: “a nutrição tem um papel muito importante na promoção do

---

<sup>11</sup> Sinopse do documentário: Una joven rica y otra pobre son observados con lente microscópica. ¿ Qué aptitudes y características las diferencian? ¿ Cuáles circunstancias las signan? El cortometraje da cuenta del Primer Informe sobre inequidad social en Argentina, realizado por un prestigioso instituto científico. Disponível em: <http://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/espanol-informe-sobre-la-inequidad/>. (Acesso em 26 de maio de 2016).

<sup>12</sup> O objetivo foi transcrito a partir da explicação apresentada no documentário.

crescimento físico, no desenvolvimento neuropsicomotor e no combate às doenças infecciosas que afetam, principalmente, as crianças” (FIGUEROA PEDRAZA E QUEIROZ, 2011, p. 160).

O fato é que para ter um desenvolvimento saudável, o corpo humano necessita de nutrientes. Os nutrientes são compostos tanto por macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídios), como por micronutrientes, tais como: vitaminas hidrossolúveis – vitaminas C e do Complexo B – e as lipossolúveis – vitaminas A, D, E e K – e os minerais, sendo eles – macrominerais – Ca, P, S, Mg, Na-Ci-K<sup>13</sup> – e microminerais – Fe, Zi, I, F, Mn-Cu-Se<sup>14</sup> (TIRAPEGUI, 2002). Nesse sentido, Figueroa Pedraza e Queiroz (2011, p. 168) ressaltam que “o ferro, o zinco e a vitamina A são os micronutrientes que mais limitam o crescimento infantil e o desenvolvimento cognitivo”. A partir deste exemplo é possível mensurar a grande importância da condicionalidade da saúde para o bom desenvolvimento dos filhos e filhas dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

No documentário é pedido para que as meninas relatem um pouco da relação com seus familiares. Maria relata que sua relação é muito boa, ama seu pai, e ainda diz que ele é genial. Por outro lado, Angela inicia sua fala afirmando que odeia sua mãe - sua mãe engravidou aos dezessete anos e foi mandada embora de casa, tendo que começar a trabalhar. Angela continua seu depoimento dizendo que havia dias em que ficava trancada no quarto, triste, e chorava durante horas até adormecer. Ela sentia que ninguém lhe dava carinho e ficava de mal com todo mundo e finaliza dizendo: “Eu não gostaria de morar na minha casa”.

De acordo com as esferas do reconhecimento de Honneth, é possível vincular as emoções e os estímulos afetivos em conexão com as experiências vivenciais, ou seja, os níveis de amor e de afeto são inerentes à noção da importância de si mesmo. A autoestima está ligada à relação de amor, por isso, há um espaço no qual o ser humano pode se desenvolver a partir desse cuidado afetivo. Para Honneth (2003a), a manifestação afetiva e o cuidado expressam o reconhecimento recíproco. Honneth (2003a) denomina como uma

---

<sup>13</sup> Cálcio, Fósforo, Enxofre, Magnésio, Sódio, Potássio e Cloro.

<sup>14</sup> Ferro, Zinco, Iodo, Flúor, Manganês, Cobre e Selênio.

autorrelação prática a manifestação afetiva de confiança que se estabelece com as pessoas do círculo familiar e de amizades. Na criança, isso desenvolve o sentimento de autoconfiança.

No que diz respeito ao documentário, poder-se-ia afirmar que a autoconfiança também está vinculada aos nutrientes – ou a sua ausência –, já que eles influenciam sobremaneira na consolidação, ou não, desse âmbito relacionado ao que Honneth diz ser o âmbito do afeto e do amor, isto é, de um comportamento ligado às relações primárias. Mais uma vez, ressalta-se que essa relação deveria ser mais aprofundada.

Além da ausência do afeto, o sujeito pobre é silenciado, tornando-se, assim, alguém invisibilizado. Honneth discute o aspecto da invisibilidade em seu ensaio *Invisibilidad: sobre la epistemología moral del 'reconocimiento'* (2011). Ele inicia a discussão tomando como referência o romance *O homem invisível*, de Ralph Ellison (1980). Através deste texto, Honneth realça o sentimento de desprezo frente aos indivíduos que não exercem protagonismo ou que vivem à margem da sociedade. Tal sentimento é nutrido por meio de um “olhar através” (*looking through*). Para Honneth: “[...] nós dispomos da capacidade de demonstrar nosso desprezo a pessoas presentes mediante o fato de comportarmo-nos frente a elas como se elas, fisicamente, não existissem no mesmo espaço<sup>15</sup>” (HONNETH, 2011, p. 166 – tradução nossa). Trata-se, pois, de uma percepção física no sentido de ignorar essas pessoas. Desse modo, a atitude revela a invisibilidade, não reconhecendo a relevância social deste outro. Em outras palavras, “o sujeito concernido é observado por outra pessoa como se não estivesse presente no espaço correspondente<sup>16</sup>” (HONNETH, 2011, p. 169 – tradução nossa). Deste modo, evidencia-se o aspecto negativo do reconhecimento, pois não há valorização e nem a percepção deste sujeito. No sentido contrário, a visibilização do sujeito indica sua valoração. Esse ato público salienta a sua apreciação, reconhecendo-o

---

<sup>15</sup> “disponemos de la capacidad de demostrar nuestro desprecio a personas presentes mediante el hecho de comportarnos frente a ellas como si no figurara físicamente en el mismo espacio”

<sup>16</sup> “el sujeto afectado es observado por otra persona como si no estuviera presente en el espacio correspondiente”.

como tal. A sua invisibilização designa a negação do seu reconhecimento social.

As diferenças, sejam elas de cor, de classe ou até mesmo ambas, exercem grandes influências no futuro que as pessoas terão pela frente. No exemplo do documentário citado acima, o principal objetivo foi apresentar as diferenças orgânicas e psicológicas que se desenvolvem de acordo com os contextos social, cultural e econômico que as pessoas estão inseridas. Utilizando este mesmo exemplo, percebemos que no contexto da menina de classe média/alta é possível perceber um forte vínculo afetivo com a família, sendo uma família aparentemente bem estruturada. É importante salientar que o que compreendemos como família estruturada é qualquer composição de família, seja pai e mãe, dois pais, duas mães, avó/avô, mãe solo, que exercem a função de mãe/pai, ou seja, a pessoa de referência<sup>17</sup> primária com a qual a criança estabelece relação (HONNETH, 2013a). A família bem estruturada é a família que oferece afeto, provê uma alimentação saudável, cuida da saúde, enfim, com condições sociais, emocionais, morais e econômicas capazes de oferecer um ambiente saudável, para o bom desenvolvimento da criança (HONNETH, 2003a; 2007; 2013), ou seja, uma família que mantém uma vida social e, principalmente, econômica confortável. A menina que cresceu nesse contexto familiar é possuidora de um capital social e cultural diferente do capital social e cultural da menina que nasceu e cresceu na periferia. O contexto familiar desta última é totalmente distinto do contexto da primeira.

Ainda pensando no exemplo do documentário argentino, a menina que nasceu em um bairro pobre e vive em um casebre com sua mãe e seus irmãos relata que a relação com a mãe não é boa, sendo possível perceber certa ausência do vínculo afetivo. Ela vive em meio a um ambiente de vulnerabilidade socioeconômica e de violência, isto é, em um contexto semelhante ao qual se encontram muitas famílias brasileiras, principalmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família. De certa forma, este é um retrato do contexto latino-americano.

---

<sup>17</sup> A partir da obra *Reificación*, Honneth (2007b) não identifica mais apenas a mãe como a pessoa de referência.

Polemicamente, em seu livro *Ralé Brasileira: quem é e como vive?*<sup>18</sup>, Jessé Souza (2009) denomina a população brasileira que vive em situações precárias de “ralé”. Ao utilizar este termo, o autor se refere à parcela da sociedade que nunca foi considerada uma classe, que é humilhada cotidianamente e é abandonada socialmente, além de ser comumente percebida a partir de estigmas, quando não é tornada invisível.

A partir da discussão de Honneth (2011) sobre a invisibilidade, Maciel e Grillo (2009) exemplificam o que Honneth expressa através do conceito *looking through*, ou então, o “olhar através”. Os autores relacionam esta invisibilidade, salientando a invisibilidade moral que se apresenta no cotidiano do pedinte, do morador de rua, da pessoa que vivem em situação de vulnerabilidade social:

[...] um “farrapo humano” remexendo no lixo, em um local que ele nunca frequentaria a não ser para isso (ou para pedir esmola), sujando a paisagem de quem de outra forma não tem que conviver diariamente com a miséria, com sua feiura, se não fosse esse mecanismo peculiar da “invisibilidade moral”. Essa invisibilidade, como já apontado, não é um não-perceber. [...] ela é mais um “olhar através” (look through); é perceber fisicamente a presença do outro, e, mesmo sem se dar conta, ignorá-la por completo; é decretar a não relevância social do outro (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 266).

Portanto, não se trata apenas dos aspectos da formação cultural e simbólica que se tornam invisíveis, há um grande esforço por invisibilizar toda uma parcela da população. É uma tentativa de tornar o sujeito invisível, o que “exige gestos ou modos de comportamento que deixam claro aos demais que não somente não são vistos acidentalmente, mas que não são vistos intencionalmente<sup>19</sup>” (HONNETH, 2011, p. 169-167 – tradução nossa).

Esta invisibilidade também se reflete no contexto do trabalho, já que, aos pobres, é relegado o trabalho físico, isto é, trabalhos que exploram sua energia

<sup>18</sup> *Ralé brasileira: quem é e como vive?* é uma coletânea de artigos que apresentam os resultados e reflexões de uma ampla pesquisa desenvolvida pelo IPEA, juntamente com a Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenada pelo Professor Doutor Jessé Souza. Nesta obra é apresentado o modo como a *ralé* vive, onde mora e, principalmente, como consegue sobreviver. A partir das falas das pessoas entrevistadas é possível perceber as inúmeras violações, maus-tratos, desrespeito e injustiças pelas quais essas pessoas precisam aprender a viver e conviver no cotidiano. A partir desta obra, torna-se evidente a importância que a família – relações primárias da primeira categoria do reconhecimento de Honneth – possui no desenvolvimento das crianças.

<sup>19</sup> “exige gestos o modos de comportamento que dejen claro que los demás no solo no son vistos acidentalmente, sino que no son vistos intencionalmente” (HONNETH, 2011, p. 166-167).

corporal e os deixam expostos às atividades duras, sujas e que necessitam de amplo esforço físico. Como afirmam Rego e Pinzani (2014a), “os pobres são geralmente indivíduos sem educação e sem formação profissional, obrigados a exercer atividades mal remuneradas e não qualificadas” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 159). Assim, o trabalho subalterno acaba sendo desempenhado pelos mais pobres, que não tiveram possibilidade do acesso à escola e à formação profissional, não sendo reconhecidos socialmente. Vale ressaltar que essas pessoas podem até ter tido acesso à escola e à formação profissional, mas não significa que lhes foi dado condições de permanência.

Para Honneth, o trabalho está atrelado à apreciação social, conforme pode ser visto em: “a organização do trabalho social está vinculada estritamente às normas éticas que regulam o sistema da apreciação social”<sup>20</sup> (HONNETH, 2011, p. 143 – tradução nossa). Estas normas éticas estão relacionadas à responsabilidade moral que a sociedade, como um todo, deveria ter para com os concidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Ao verificar a invisibilidade de uma parcela da sociedade que vive em situação de vulnerabilidade social, observa-se uma atitude de esquecimento da consciência moral da outra parcela da sociedade, que faz questão de não ouvir essas pessoas que estão às margens, de não vê-las.

Segundo Souza (2009), “toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada” (SOUZA, 2009, p. 43), pois é justamente através do silenciamento deste processo que se torna possível delegar aos pobres a responsabilidade e a “culpa” pelo seu fracasso. Rego e Pinzani (2014a) observam que os pobres são levados a pensar que é humilhante ser pobre, que merecem ser humilhados pela condição em que vivem, por isso, essas pessoas “aceitam sua condição e a consideram como um resultado de um fracasso pessoal, não de um arranjo socioeconômico determinado” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 56).

Souza (2009) ressalta que o silenciamento também conduz a um “esquecimento” de todo um conjunto de predisposições comportamentais práticas necessárias para alcançar o sucesso. Predisposições estas que são

---

<sup>20</sup> “la organización del trabajo social está vinculada estrechísimamente con normas éticas que regulan el sistema de la apreciación social” (HONNETH, 2011, p. 143).

habilidades sociais, tais como autocontrole e disciplina para organizar e cumprir uma rotina de estudos, por exemplo. Estes aspectos que se desenvolvem em âmbito privado, individual e possuem ressonâncias no âmbito social são silenciados e esquecidos para serem utilizados como subterfúgios, seja de culpabilização do pobre pela sua condição de precariedade, seja pelo privilegiado que alcança sucesso na vida por empenhar grandes esforços e trabalho árduo.

É importante ressaltar que não podemos pensar apenas num viés econômico, até porque a família, bem como os ensinamentos e as responsabilidades que provem dela ultrapassam as questões relacionadas à economia, ou seja, há o envolvimento de questões morais, valorativas, existenciais. As famílias transmitem “aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, toda uma visão de mundo e de “ser gente” que é peculiar à classe a que pertencem” (SOUZA, 2009, p. 45). Assim, “O aprendizado familiar é afetivo, ele só existe porque existe também a dependência e a identificação emotiva e incondicional dos filhos em relação aos pais [ou pessoa de referência]” (SOUZA, 2009, p. 45).

Em sua maioria, os filhos desses trabalhadores das classes oprimidas já se inserem no mundo do trabalho no início da adolescência, pois eles precisam auxiliar com o orçamento da família, de acordo com Rego e Pinzani (2014a): “a participação na vida econômica começa muito cedo: os filhos de núcleos familiares pobres começam a trabalhar bem jovens, às vezes ainda como crianças, seja ajudando nos afazeres de casa, seja em trabalhos fora de casa” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 186). Este fato nos permite perceber uma distinção em relação às crianças e adolescentes que possuem tempo disponível para estudar e brincar e àquelas que precisam conciliar os estudos com trabalho. Esta diferença também pode ser percebida no exemplo do documentário argentino, citado anteriormente.

A partir desta diferença, já podemos vislumbrar quais as possíveis posições no mercado de trabalho que, quando adultos, estas crianças e adolescentes poderão ocupar. É provável que os filhos das classes privilegiadas tenham a oportunidade de ingressar em uma universidade pública e/ou em uma boa universidade privada, buscando as profissões que recebem

os melhores salários, etc. Já os filhos das classes oprimidas, que aprendem desde a infância o trabalho braçal, mais penoso, que exige mais esforço do corpo, do que da mente provavelmente vão ficar com as profissões com remunerações inferiores.

Aqui, cabe fazer uma pausa para falar sobre os trabalhadores autônomos que, dentro da cultura do novo capitalismo, pensam que são donos de si, quando na realidade acabam tornando-se dependentes dos outros, como retrata Sennett (2009) ao mencionar o trabalho autônomo de um de seus entrevistados:

A consultoria parece o caminho da independência. Mas, ao iniciar, viu-se mergulhado em muitas tarefas subalternas, como fazer suas próprias fotocópias, que antes tinha como certas. Viu-se mergulhado no puro fluxo das redes; todo telefonema tinha de ser respondido, o menor conhecimento pessoal cavado. Para arranjar serviço, tornou-se subserviente aos horários de pessoas que não estão de maneira alguma obrigadas a lhe corresponder. Como outros consultores, quer trabalhar de acordo com contratos que estabeleçam exatamente o que terá de fazer. Mas diz que esses contratos são em grande parte ficções. O consultor em geral tem de correr de um lado para o outro em resposta aos mutáveis caprichos ou ideias daqueles que pagam; Rico não tem um papel fixo que lhe permita dizer aos outros: "É isto que eu faço, é por isso que sou responsável" (SENNETT, 2009, p. 18).

Como vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, os beneficiários do Programa Bolsa Família pertencem ao que Jessé Souza (2009) chama de "ralé estrutural". Esta parcela da população é explorada pela população privilegiada. Estes desprivilegiados são condenados a subvida desde o nascimento. Nós, seres humanos, nos constituímos a partir de emoções, por estímulos afetivos, nos constituímos pela presença ou então pela ausência do amor, do afeto, da construção da noção de que somos importantes, de que somos amados, ou seja, há um espaço no qual o ser humano pode desenvolver-se a partir do cuidado afetivo (HONNETH, 2003a). Na presença dos maus-tratos e da violação, estas crianças crescem sem os estímulos afetivos necessários para o desenvolvimento cognitivo, o que afeta, por exemplo, o desenvolvimento do pensamento abstrato e até mesmo o desenvolvimento da capacidade de concentração. As crianças que provém de famílias que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza possuem

deficiências, inclusive, no desenvolvimento físico e corporal, conforme já citado ao tratar do documentário argentino. Se a criança não recebe os nutrientes necessários para seu desenvolvimento, há grandes chances disso influenciar sobre seu futuro. Como destacam Rego e Pinzani (2014a), em situação de miséria e “privação absoluta dos bens mais elementares da vida, não se escolhe, vive-se o movimento perpétuo do ‘círculo vicioso da pobreza’, que se caracteriza pela quase impossibilidade de escolha pessoal da vida que se quer viver” (REGO; PINZANI, 2014a, p. 204). A este respeito, Honneth (2003a) salienta que:

[...] na autodescrição dos que se veem maltratados por outros, desempenham até hoje um papel dominante categorias morais que, como as de “ofensa” ou de “rebaixamento”, se referem às formas de desrespeito, ou seja, às formas do reconhecimento recusado. Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positivas de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. (HONNETH, 2003a, p. 213).

Como Freitas (2009) discute em seu ensaio intitulado *Instituição do fracasso: a educação da ralé*, em muitos casos, as crianças provindas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social crescem em ambientes onde sofrem maus-tratos ou violações. Este fato ocorre pela ausência dos pais ou da primeira pessoa de referência para a criança, pois estes precisam trabalhar, a fim de prover sustento para a família. Isso também pode acontecer por negligência, displicência, agressividade com a criança ou entre os demais integrantes da família. Tais situações acabam interferindo no sentimento de autoconfiança e de percepção de si, podendo interferir até mesmo na noção do que é ser alguém respeitado e amado (HONNETH, 2003a).

A instituição escolar é um espaço no qual as crianças têm acesso não apenas aos conhecimentos escolares, mas também à socialização com seus pares. Para Honneth (2013, p. 64) “o processo de socialização humana contém a ideia de um entrelaçamento entre individualização e socialização”,

demonstrando, assim, “a importância dos grupos sociais para o amadurecimento individual” (HONNETH, 2013, p. 64).

Esses são alguns fatores que contribuem significativamente para que a condicionalidade do benefício do Programa Bolsa Família tenha ou não possibilidade de quebrar com o ciclo de pobreza, para que essas crianças possam alcançar novos horizontes e possibilidades de vida. Porém, estes não são os únicos fatores a serem considerados quando falamos de êxito na quebra do ciclo. Outro fator que exerce grande importância diz respeito à desonestidade e à negligência com que muitas vezes estas pessoas que vivem na faixa da pobreza e/ou da extrema pobreza sofrem por parte dos agentes públicos, tais como os gestores do Programa Bolsa Família, assistentes sociais, agentes de saúde, diretores e professores, dentre outros.

Para a permanência das crianças no ambiente escolar faz-se necessário preparar os professores e demais profissionais da educação que receberão estas crianças. Salientamos isto, pois em muitos momentos estas crianças podem sofrer com manifestações preconceituosas dentro do espaço escolar, vindo justamente dos profissionais que aí estão para lhes possibilitar o acesso ao conhecimento<sup>21</sup>. Conforme aduz Honneth (2013) “o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação” (HONNETH, 2013, p. 77). Neste sentido, a criança, estando no ambiente escolar, socializando com profissionais da educação e demais crianças, precisa do reconhecimento como uma forma de motivar-se a permanecer neste espaço e neste grupo.

Portanto, é necessária a preparação destes profissionais da educação, pois ao não atingirem os níveis de conhecimento exigidos para passar para o próximo ano, ou então ao não conseguirem acompanhar o andamento e as explicações dos professores nas aulas, estas crianças poderão desenvolver o sentimento de que não possuem inteligência e capacidade para aprender.

---

<sup>21</sup> Conforme os dados apresentados nas pesquisas: BRANDÃO, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. In: **Política e Trabalho**, vol. 38, 2013; FELICETTI, Adriana A.; TREVISOL, Joviles V. Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública de inclusão socioeducacional. In: **Anais do IX ANPEd Sul**, 2012.

A partir da compreensão do desrespeito, da humilhação e do não reconhecimento que os pobres sofrem nos mais diferentes âmbitos sociais, percebemos que tais conceitos negativos não estão relacionados apenas a maus comportamentos e que expressam injustiça, mas, como ressalta Honneth (2003), “visa-se aquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva” (HONNETH, 2003, p. 213).

Neste sentido, o documentário *Informe sobre la inequidad* apresenta duas situações distintas. Nele, evidencia-se um contexto de desrespeito, de humilhação e de não reconhecimento, inclusive no âmbito familiar. Tais conceitos negativos não estão relacionados apenas a maus comportamentos que expressam injustiça, já que, conforme Honneth (2003), as patologias não se relacionam apenas ao comportamento que é prejudicial. A autoestima, o amor próprio, o cuidado, enfim, as dinâmicas das relações primárias podem estar relacionadas aos nutrientes e às dietas de alimentação que interferem na autocompreensão de si e, ainda, na forma intersubjetiva de conviver. Muitas vezes esta compreensão positiva de si mesma sequer existe para as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, os processos de violência, de falta de afeto e de não-reconhecimento vai passado de geração para geração. Nos contextos em que não há afeto e muito menos carinho, não há autoestima, o que acaba produzindo, nas pessoas, o não reconhecimento de si mesmas enquanto sujeitos coautores e, portanto, enquanto seres intersubjetivamente relacionais.

Desta maneira, após a apresentação do Programa Bolsa Família, bem como das suas condicionalidades e das reflexões a partir das vivências de desrespeito e de violações pelas quais passam os indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, foram sugeridos modos como estas relações podem ser pensadas, a partir da teoria do reconhecimento do outro de Axel Honneth, a fim de dar voz aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Assim, no próximo capítulo, será apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como os métodos de coleta e análise dos dados.

### **CAPÍTULO 3: CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Conforme destacado anteriormente, no capítulo referente ao Programa Bolsa Família, no Brasil são 14.001.339 famílias que recebem benefício<sup>22</sup>. O valor médio por família é de R\$ 178,45 – dados referentes ao mês de janeiro de 2018. Significa que, em janeiro de 2018, foram transferidos para as famílias brasileiras um total R\$ 2.498.595.600,00 reais. No período em questão, foram 369.639 famílias que receberam o benefício no estado do Rio Grande do Sul. Isso representa a cobertura de 80,2% de famílias pobres no estado, totalizando a transferência de R\$ 59.562.564,00 reais para as famílias beneficiárias. No município de Pelotas, o programa beneficiou 6.936 famílias no mês de janeiro de 2018, representando uma cobertura de 39,2% da estimativa da população pobre do município, totalizando a transferência de R\$ 969.067,00. Por fim, no município de Roque Gonzales, 294 famílias foram beneficiadas no mês de janeiro de 2018, representando uma cobertura de 49,5% das famílias pobres do município, totalizando a transferência de R\$ 38.155,00(SAGI, 2018)<sup>23</sup>.

Encontramos na política de reconhecimento Programa Bolsa Família, uma política de distribuição direta de renda, as contribuições para pensar e formar uma sociedade mais justa e solidária. Busca-se nos escritos de Axel Honneth, mais precisamente na teoria do reconhecimento, a base teórica para a compreensão

---

<sup>22</sup> Dados referentes ao mês de janeiro de 2018.

<sup>23</sup> Entre os meses de agosto e setembro de 2016, os dados em relação ao número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família eram: 13.805.497 famílias brasileiras que recebiam o benefício com valor médio de R\$ 162,07, totalizando um repasse total de R\$ 2.237.440.918,00 no mês. No Rio Grande do Sul, eram 400.459 famílias, o que representava a cobertura de 86,9% de famílias pobres no estado, totalizando o valor de R\$ 58.851.380,00 no mês. No município de Pelotas, o programa beneficiava 7.395 famílias, representando uma cobertura de 41,8% da estimativa da população pobre do município, totalizando um repasse do governo federal de R\$ 940.518,00 no mês. Por fim, no município de Roque Gonzales, eram 425 famílias beneficiadas, representando uma cobertura de 71,5% das famílias pobres do município, totalizando um repasse no valor de R\$ 51.996,00 no mês. (SAGI, 2016).

desta política de distribuição de renda, que busca a formação de uma sociedade mais solidária, com bases educacionais ancoradas em ideais de justiça social.

No município de Pelotas, das 6.936 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 83 (oitenta e três) famílias são de agricultores familiares e 70 (setenta) são famílias de pescadores artesanais. Já no município de Roque Gonzales, das 294 (duzentas e noventa e quatro) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 119 (cento e dezenove) famílias são de agricultores familiares (SAGI, 2018).

Esta tese tem por objetivo compreender as contribuições das políticas distributivas e da teoria do reconhecimento do outro para a formação de uma sociedade mais solidária e justa. Para dar conta da tese apresentada, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa desdobrada em duas esferas entrelaçadas: a) a primeira compõem uma pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura acerca do tema proposto; b) a segunda ocorreu por meio de uma pesquisa empírica, realizada através de entrevistas parcialmente estruturadas. Os passos da pesquisa empírica são detalhados nos itens a seguir. Desse modo, neste capítulo serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para a efetivação desta pesquisa.

Este estudo envolve duas cidades: uma de grande porte, Pelotas-RS, e outra de pequeno porte<sup>24</sup>, Roque Gonzales-RS. Tais cidades possuem modelos de colonização e de formação étnico-cultural distintas, além de diferenças na estrutura econômica e fundiária. Pelotas é sustentada em uma estrutura composta principalmente por ampla atividade comercial e uma pecuária cultivada em um a parte na agricultura familiar e outra em grandes extensões de terras/latifúndios. Já a base econômica de Roque Gonzales conta com pequenas extensões de terras/minifúndios e agricultura familiar.

A materialidade de análise dessa pesquisa vai decorrer de uma averiguação empírica, com os dados coletados através de uma entrevista parcialmente estruturada. Nesta pesquisa, dar voz as beneficiárias do Programa Bolsa Família representa entrar em contato direto com o mundo da vida dos indivíduos que não são reconhecidos perante a sociedade, escutar a sua versão da história, suas

---

<sup>24</sup> O porte populacional é definido pela classificação utilizada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005. Os municípios são assim considerados: pequeno porte I com até 20.000 habitantes; pequeno porte II de 20.001 a 50.000 habitantes; médio de 50.001 a 100.000 habitantes; grande de 100.001 a 900.000 habitantes e metrópole com mais de 900.000 habitantes.

angústias e seus sonhos, buscando analisar as suas produções de sentidos acerca do mundo da vida.

Dentro das especificidades do Programa Bolsa Família, o recorte a ser utilizado para a escolha dos entrevistados são as famílias que vivem na zona rural que sejam beneficiários do Programa Bolsa Família e que possuam crianças que frequentem a Educação Básica. Como forma de ampliar o diagnóstico da realidade, buscamos realizar as entrevistas com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em dois contextos distintos. Ainda que sejam municípios com especificidades diferentes, os sujeitos investigados possuem o mesmo perfil.

A ideia inicial desta pesquisa objetivava ter acesso às fichas de cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família, de modo que a pesquisa empírica partiria destes dados iniciais para, posteriormente, buscar contato com as famílias beneficiárias. Porém, no que diz respeito ao acesso aos dados cadastrais dos beneficiários do programa, as secretarias das cidades de Pelotas e de Roque Gonzales, respectivamente Secretaria de Segurança e Justiça Social (comumente chamada de Cidadania) e Secretaria de Serviço Social de Roque Gonzales, não puderam permitir o acesso às fichas cadastrais, tendo em vista que estes dados são sigilosos (BRASIL, 2012).

Diante disso, o não contato com os dados cadastrais das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família fez com que se mudasse a estratégia de pesquisa. O recorte realizado para esta investigação ocorreu do seguinte modo: entrou-se em contato com as Secretarias Municipais de Educação para tomar conhecimento de qual escola do meio rural possuía o maior número de matrículas de alunos, filhos das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para isso, foram escolhidas duas realidades distintas: os municípios de Pelotas e de Roque Gonzales, ambos no estado do Rio Grande do Sul.

No município de Pelotas-RS, a escola rural com o maior número de matrículas de alunos que são filhos de beneficiárias do Programa Bolsa Família<sup>25</sup> é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Raphael Brusque, localizada no 2º Distrito – denominado Z-3. No município de Roque Gonzales-RS, a escola com o maior número de matrículas de alunos que são filhos de beneficiárias do Programa

---

<sup>25</sup> Dados referentes aos meses de maio e junho de 2017. A coordenadora da condicionalidade da Educação do município de Pelotas informou que estes números variam de bimestre para bimestre, de acordo com os dados informados pelas escolas a respeito das presenças dos alunos filhos de beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Bolsa Família é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Martin Luther, localizada, também no 2º Distrito – denominado Dona Otília.

No município de Pelotas-RS, a coordenadora da condicionalidade da educação, além de repassar o contato da escola, sugeriu que o contato com as famílias ocorresse através da Unidade Básica de Saúde<sup>26</sup>. Portanto, após o contato com a Secretaria Municipal da Educação (SMED), realizou-se o contato com a Enfermeira responsável pela Unidade Básica de Saúde. A enfermeira responsável sugeriu que as agentes de saúde fossem as informantes e que o contato com as famílias beneficiárias ocorresse através da abordagem e da apresentação das agentes da saúde, de modo que as famílias pudessem se sentir mais tranquilas e confiantes e, assim, aceitassem participar da pesquisa.

Assim, na Colônia de Pescadores Z-3, foram realizadas 10 (dez) entrevistas, sendo possível utilizar apenas 9 (nove), pois em uma das entrevistas a informante acabou respondendo algumas das perguntas realizadas. Além disso, outras seis famílias se recusaram a participar da entrevista. Ao serem abordadas pelas informantes, algumas destas famílias afirmaram não estar mais recebendo o benefício do Programa Bolsa Família ou declararam que nunca receberam.

No município de Roque Gonzales-RS, o contato inicial ocorreu através da Secretaria de Assistência Social, com o auxílio do gestor municipal do Programa Bolsa Família. Ele indicou o contato com o Secretário da Educação para se tomar conhecimento de qual a escola com o maior número de matrículas de alunos procedentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Após tomar conhecimento da escola, o contato ocorreu com a direção da escola, que repassou as informações a respeito dos alunos que recebiam o benefício do Programa Bolsa Família e seus respectivos endereços.

Deste modo, com os nomes e endereços em mãos, buscou-se realizar as entrevistas sem o acompanhamento de uma pessoa que fosse conhecida das famílias e que possibilitasse a elas se sentirem mais a vontade e com maior confiança para participar da pesquisa. Estas duas tentativas foram frustradas, já que as duas beneficiárias não concordaram em participar da pesquisa. Uma concordou inicialmente, porém, quando foram apresentados os documentos referentes aos

---

<sup>26</sup> A Unidade Básica de Saúde localizada na Colônia de Pescadores Z-3 possui em seu quadro de trabalhadores: uma assistente social, uma enfermeira, uma dentista, um médico, uma secretária, uma auxiliar de dentista, uma auxiliar de limpeza e quatro agentes de saúde, oferecendo atendimento a comunidade das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

termos de consentimento livre e esclarecido (Anexo) para serem assinados e, solicitou-se que a entrevista fosse gravada, a participante desistiu de contribuir com a pesquisa. A outra beneficiária recusou-se de imediato, alegando que não recebia mais o benefício do Programa e, portanto, não haveria motivos para participar da pesquisa.

Tanto a recusa na participação da pesquisa, como o receio apresentado por algumas das mulheres beneficiárias em participar das entrevistas, pode ser relacionado ao sentimento da vergonha, seja pela condição de beneficiária, pela pobreza em que vivem, pelo medo de não saber responder, dentre outros. Honneth (2003) afirma que o “conteúdo emocional da vergonha consiste [...] em uma espécie de rebaixamento do sentimento do próprio valor” (p.222 – 223). O que demonstra que este sujeito se percebe como alguém que possui uma valoração social menor.

Portanto, a partir das experiências de recusa na participação da pesquisa, foi fundamental a busca de uma pessoa conhecida das famílias, para que fossem realizadas as demais entrevistas, a fim de facilitar o contato. Considerando que as demais famílias com crianças matriculadas na escola residem na localidade da Esquina Emanuel, localidade distante em torno de 15 km do local onde ocorreram as tentativas de entrevista, buscou-se fazer contato com alguma pessoa bem conhecida na localidade e que inspiraria confiança nas beneficiárias. Assim, fez-se o contato com o agente de saúde que atende a região da localidade de Esquina Emanuel. O agente de saúde concordou em acompanhar na realização das entrevistas. Assim, foi possível realizar sete entrevistas no município de Roque Gonzales-RS.

É importante ressaltar que, em um primeiro momento, as entrevistas seriam gravadas, porém, este fato inibiu as famílias a aceitarem o convite para participar da entrevista, de modo que optou-se por realizar a entrevista e escrever/anotar, no momento das entrevistas, o que as beneficiárias respondiam. Este fato ocorreu, também pelo fato das beneficiárias, nos primeiros contatos, manifestarem vergonha e receio em se expor a uma entrevista, dado que houve uma recusa quando ficou claro que a entrevista seria gravada. Assim, de maneira a deixar as entrevistadas mais a vontade para manifestar suas compreensões e expor suas ideias a respeito dos questionamentos realizados, abandonou-se a gravação e passou-se a escrever as respostas das entrevistadas.

Desse modo, a partir das reflexões apresentadas por Gil (2008), sobre o uso de entrevistas como técnica de coleta de dados, corrobora-se com a afirmação que o autor faz quando diz que a entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109). Através deste recurso é possível compreender um pouco do que as pessoas entrevistadas pensam, compreendem, sentem. Em outras palavras, a entrevista “possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social” (GIL, 2008, p. 110) de quem está sendo entrevistado.

A entrevista realizada se caracteriza como uma entrevista estruturada, já que as entrevistas realizadas foram organizadas a partir de questões fixas e foram realizados os mesmos questionamentos para todas as entrevistadas. A ordem da realização das perguntas foi seguida, porém, com algumas entrevistadas a conversa estendeu-se um pouco mais, pois algumas das entrevistadas aproveitaram a disponibilidade de escuta de alguém para expressar sentimentos, angústias, dificuldades e, em outros casos, para tirar algumas dúvidas a respeito do Programa Bolsa Família.

Assim, temos as narrativas resultantes das entrevistas realizadas que possibilitaram a percepção de como se organizam as vidas das beneficiárias. A partir do reconhecimento do espaço em que essas famílias vivem, também foi possível compreender determinados aspectos das histórias e do mundo vivido por estas mulheres. Para Bolívar (2002, p. 4 - tradução nossa) “a narrativa não é somente uma metodologia”<sup>27</sup>, a narrativa é um modo que viabiliza a construção de realidades, ou seja, constituindo a história da humanidade, as narrativas devem ser compreendidas dentro do contexto social em que as pessoas vivem. Em vista disso, a narrativa “não somente expressa importantes dimensões da experiência vivida, mas, mais radicalmente, media a própria experiência e configura a construção social da realidade”<sup>28</sup> (BOLÍVAR, 2002, p.4 - tradução nossa).

Nesse sentido, as narrativas das beneficiárias do Programa Bolsa Família, compõem um elemento central nessa pesquisa. Analisar as produções de sentidos das entrevistadas representa a busca pela compreensão da realidade das suas

---

<sup>27</sup> “la narrativa no es sólo una metodología”.

<sup>28</sup> “no sólo expresa importantes dimensiones de la experiencia vivida, sino que, más radicalmente, media la propia experiencia y configura la construcción social de la realidad”.

famílias e o reflexo das políticas de reconhecimento em suas rotinas. Para compreender as diferenças entre os dois contextos de investigação desta pesquisa, passamos a uma breve contextualização histórica, econômica e social de ambos os municípios investigados.

### **3.1 Contextualização histórica, econômica e social dos Municípios**

No presente subcapítulo serão apresentados os municípios nos quais a pesquisa para esta tese se desenvolveu. A apresentação ocorre de modo a abordar aspectos históricos de constituição dos dois municípios: Pelotas e Roque Gonzales. Apresentamos também a base econômica sob a qual os dois municípios se sustentam, bem como abordamos aspectos relacionados à formação étnica e cultural das cidades.

Inicialmente, apresentamos um mapa onde é possível observar a localização geográfica do estado do Rio Grande do Sul e, dentro do Estado, a localização dos dois municípios em que a pesquisa empírica foi desenvolvida. Como é possível observar, os dois municípios estão localizados em direções extremas opostas, de modo que Pelotas encontra-se ao sul do estado, nas proximidades da fronteira com o Uruguai, e Roque Gonzales encontra-se no noroeste do Estado, na fronteira com o nordeste da Argentina.

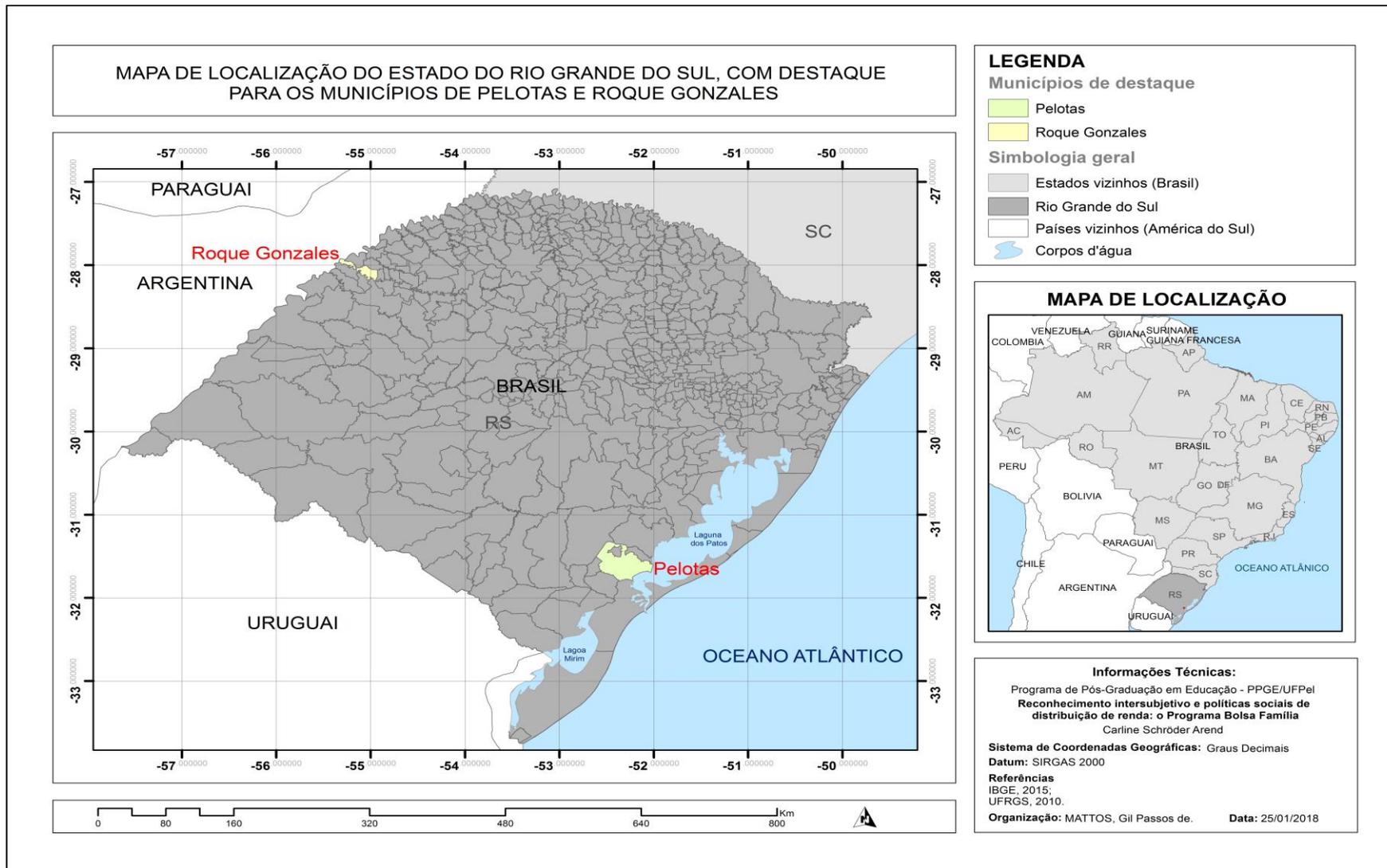


Figura 1 Mapa de localização do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios de Pelotas e Roque Gonzales

Fonte: IBGE, 2015; UFRGS, 2010. Organizado por: MATTOS, Gil Passos de.

### 3.1.1 Pelotas

Pelotas é um município da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Conta com uma área de 1.610,084 km<sup>2</sup> e uma população de 328.275 habitantes. Considerada a terceira cidade mais populosa do estado, encontra-se a 250 km da capital do estado, Porto Alegre. Localizada às margens do Canal São Gonçalo, que liga a Lagoa dos Patos a Lagoa Mirim, o acesso ao município pode ser feito através das rodovias BR-116 (em direção a São Lourenço do Sul), BR-116 (em direção a Jaguarão/fronteira com Uruguai), BR-392 (em direção a Canguçu) e BR-392 (em direção ao município de Rio Grande). Pelotas é considerada a Capital Nacional do Doce. Possui, inclusive, uma feira que ocorre anualmente, a Feira Nacional do Doce (FENADOCE), cuja primeira edição ocorreu em 1986, sendo inicialmente realizada a cada dois anos e, após a edição de 1995, a realização da feira passou a ocorrer anualmente.

A economia do município de Pelotas caracteriza-se pela presença da indústria, composta por indústrias tradicionais (beneficiamento de cereais, laticínios, frigoríficos, adubos, dentre outros) e, principalmente, concentra-se no comércio e na prestação de serviços, “tendo 20,9% do pessoal ocupado no setor secundário e 78,4% no terciário” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, s/d). No que diz respeito ao setor primário, a sua estrutura fundiária apresenta a produção a partir da agricultura familiar, porém, baseia-se em latifúndios (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, s/d).

Pelotas foi uma importante cidade no século XIX, tendo seu progresso se originado com as charqueadas. Apesar de gerarem prosperidade e progresso, as charqueadas contavam com a mão-de-obra de um grande número de escravos, sendo que “foram os trabalhadores escravizados os responsáveis diretos pelo enriquecimento e prosperidade da cidade” (ASSUMPÇÃO, 2006, p. 189).

Com a economia próspera, impulsionada pelas exportações e o comércio interno de carne, couro e demais detritos possíveis de venda, os habitantes da cidade de Pelotas, principalmente os charqueadores passaram a se identificar com o requinte, as artes e o saber, tornando-se, assim, um centro cultural. Que possui sua relação com o fato dos charqueadores e fazendeiros enviarem seus filhos para a Europa para estudar. Ao retornarem à Pelotas, cheios de ideias e das vivências na Europa, deparavam-se com uma cidade que não oferecia as mesmas opções e o

mesmo conforto que a Europa, acabaram impulsionando ajustes na cidade, de modo que lembrasse um pouco as vivências do mundo europeu. Deste modo, em pleno século XIX, a cidade possuía uma Biblioteca Pública, um Museu Municipal, serviço de telégrafo, dentre outros serviços públicos. Conforme expõe Assumpção (2006),

“Todavia, esse mundo aristocrático, luxuoso e requintado só foi viabilizado por outro, cujos protagonistas não faziam parte dos salões e teatros, tão apreciados pela fidalguia sebeira. Esse era o mundo das charqueadas e dos cativos, que tinham como realidade a umidade das senzalas, o castigo do chicote, a vigilância do feitor e o mato como esperança (...) O processo charqueador iniciado no século XVIII teve a sua consumação no século XIX, onde se consolidou o seguinte fenômeno: a prosperidade e a riqueza do polo charqueador, que proporcionou o esplendor e a prosperidade de Pelotas, fazendo dela a mais importante dentre as outras cidades. Porém, a opulência e o patrimônio de ambos só foram viabilizados por causa da utilização em grande escala de trabalhadores escravizados. Sob o olhar do feitor, o estalar do chicote e o quilombo como ilusão, eles realizaram as tarefas mais duras e lucrativas da região, movimentando as charqueadas – a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul. Os árduos trabalhos realizados deram a esses estabelecimentos a alcunha de “purgatório dos negros” (ASSUMPÇÃO, 2006, p. 192-202).

O trabalho nos saladeiris era desempenhado, basicamente, pela mão-de-obra dos escravos africanos. Considerando que o trabalho desenvolvido nas charqueadas ocorria em péssimas condições, como afirma Gutierrez (2001) o “ambiente saladeiril demonstrou as péssimas condições do ambiente construído, onde trabalhavam e tentavam sobreviver os escravos” (GUTIERREZ, 2001, p. 16). Vale lembrar que, nesta época, “o negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa” (FAUSTO, 1997, p. 54).

Outro fato importante que compõe a história de Pelotas diz respeito ao processo discriminatório e xenofóbico ocorrido antes e durante a Segunda Guerra Mundial, no qual os descendentes dos colonos alemães foram amplamente perseguidos. Segundo Fachel (2002), além da política antigermânica impulsionada pelo governo do Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial, no caso da cidade de Pelotas, os colonos alemães foram perseguidos e obrigados a se reclusarem nas colônias, pois os luso-brasileiros, donos de latifúndios, não estavam satisfeitos com o desenvolvimento econômico dos teuto-brasileiros e de suas pequenas propriedades de terra, “quando em 1942 explodiram as violências contra os imigrantes alemães, a influência dos latifundiários luso-brasileiros no governo e no processo precisavam ser consideradas” (FACHEL, 2002, p. 62). A política de reclusão era tanta que os colonos necessitavam de salvo-condutos para se

deslocarem das colônias para a sede do município, bem como deslocar-se para outras cidades. Foi em agosto de 1942 que muitos estabelecimentos comerciais, casas e, principalmente, igrejas luteranas foram saqueadas e incendiadas. Do mesmo modo, pastores luteranos foram presos e interrogados, e os alemães que possuíam o luteranismo como confissão religiosa foram perseguidos (FACHEL, 2002).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estas formas de discriminação diminuíram, muitos policiais foram julgados e, com eles, apreendidos objetos que pertenciam aos teuto-brasileiros. Fachel (2002) destaca que existem diversos mitos sobre uma formação pacífica entre as distintas etnias do Rio Grande do Sul, evidenciando que houve muitos conflitos étnicos, culturais, sociais e religiosos. Estes conflitos se fizeram presentes, de modo sutil, na formação do outro município que também é investigado nesta pesquisa, portanto, no próximo subcapítulo passaremos a descrição e reflexão sobre a formação da cidade de Roque Gonzales.

### 3.1.2 Roque Gonzales: pequeno município da região noroeste

Roque Gonzales é um pequeno município situado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Conta com a área de 346,621 km<sup>2</sup> e uma população de 7.203 habitantes. População esta que se encontra, em sua maioria, na zona rural, em pequenas propriedades que movimentam a economia com a agricultura familiar. As atividades pecuárias desenvolvidas em pequenas extensões de terra/minifúndios também exercem grande importância na economia, predominando a criação de gado, destinado ao corte, à reprodução e à produção de leite, sendo estas as bases da economia local. A distribuição de energia elétrica e de água atinge 100% da população. O município encontra-se a 547 km da capital do estado, Porto Alegre, sendo que o acesso ao município ocorre pela BR-392 e pela RS-168. É banhado por dois importantes rios da bacia hidrográfica, o Rio Uruguai e o Rio Ijuí. Sendo que o primeiro corresponde a fronteira fluvial com a Argentina. O município foi instalado em 15 de maio de 1966.

Roque Gonzales está situada na Região das Missões, ou seja, antes dos imigrantes europeus chegarem, a região era habitada por povos indígenas guaranis, os quais foram catequizados com a chegada dos padres integrantes da Companhia

de Jesus, ficando o território sob o domínio da Coroa Espanhola (RAMOS, 2001). A região era habitada por índios Guaranis e Tapes, que eram os donos absolutos das terras.

O Pe. Roque Gonzales, juntamente com os Padres Afonso Rodrigues e João de Castilhos foram mortos pelos indígenas, liderados pelo cacique Nheçu. Este fato ocorreu nas primeiras tentativas de catequização destes indígenas. Após um tempo, nova tentativa de catequizar os índios que viviam na parte oriental do Rio Uruguai é realizada. Essa tentativa obtém sucesso e são fundadas as Sete Reduções Jesuíticas, atualmente conhecidas como Sete Povos das Missões.

Segundo Gutierrez (2001, p. 22), os indígenas “reduzidos nas missões jesuítas, eram organizados e treinados para as atividades agropastoris”, tornando-os desejados pelos Bandeirantes. Estes “Em 1612, pouco depois de instaladas as reduções, continuavam a organizar expedições para capturá-los e levá-los escravizados” (GUTIERREZ, 2001, p. 22).

Conforme Zarth (2006),

o Rio Grande do Sul distingue-se do caso clássico das zonas cafeicultoras, porque aqui a imigração não foi estimulada para substituir diretamente os escravos nas estâncias ou em outras atividades, mas, sim, para se estabelecerem como pequenos proprietários rurais (ZARTH, 2006, p. 196).

A afirmação de Zarth vai ao encontro da reflexão de Correa (2006): “Ao latifúndio pecuarista, patriarcal e escravista predominante nos campos naturais do poente, contrastou a pequena propriedade de policultura, de regime familiar e mão-de-obra livre das regiões dos vales e das serras” (CORREA, 2006, p. 263). Através deste fato, é possível compreender porque o município de Roque Gonzales pode ser considerado um divisor entre os diferentes modelos de colonização e de matriz econômica, já que de Roque Gonzales em direção ao norte e ao leste do Estado a prevalência é de descendentes de imigrantes alemães e italianos, que garantem sua subsistência em pequenas propriedades rurais. Ao sul de Roque Gonzales, caracterizando o oeste do Rio Grande do Sul, em direção a Campanha, a prevalência é de descendentes de portugueses, espanhóis, indígenas e negros. Aí a economia é baseada em grandes extensões de terra com cultivo de soja, trigo, arroz e, principalmente, pecuária e sua produção em sistemas extensivos, tendo o campo nativo como base da alimentação dos animais.

Após a expulsão dos espanhóis, as terras antes habitadas pelos povos indígenas foram sendo povoadas com outras etnias e o território da Região Missioneira foi dividido em vários municípios. Inicialmente, Roque Gonzales que, na época ainda levava o nome da Redução Assunção do Ijuí, pertencia ao município de São Luiz Gonzaga, tornando-se 9º Distrito de São Luiz Gonzaga em 27 de janeiro de 1927. Em 15 de dezembro de 1954, o Distrito de Serro Azul (atual Cerro Largo) emancipou-se e Roque Gonzales passou a integrar este município até a sua emancipação (SANTOS, 1989).

Nesse período, a cidade de Roque Gonzales foi sendo colonizada por imigrantes alemães que vinham da chamada "Antiga Colônia" (Pelotas, São Lourenço e São Leopoldo). No ano de 1907, instalaram-se os primeiros imigrantes alemães na Vila Dona Otília, atualmente 1º Distrito de Roque Gonzales. No ano de 1908, instalaram-se os primeiros imigrantes italianos, no outro extremo do município, no atual 2º Distrito, denominado Rincão Vermelho. Porém, o que é considerado o primeiro morador de Roque Gonzales veio de Santa Cruz do Sul, no ano de 1924. Ocorrendo a oficialização da Colônia de Roque Gonzales em 27 de janeiro de 1927 (SANTOS, 1989).

Os aspectos culturais predominantes no município remetem-se, principalmente, à cultura alemã. Porém, costumes, crenças e hábitos da cultura italiana e, em pequenas proporções, costumes de matriz africana também se manifestam. Por se tratar de um município pequeno, pouco a pouco estes aspectos culturais acabam se misturando. Assim, tornam-se compreensíveis as diferenças entre os modelos de imigração das duas cidades. Característica que se estabelece entre as diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul que, segundo Correa (2006),

Em termos espaciais, a multiculturalidade no Rio Grande do Sul foi inter e intra-regional e também urbana. No primeiro caso houve a divisão, grosso modo, da metade sul, de predominância luso-brasileira, e metade norte, onde predominou a paisagem cultural das colônias alemãs, italianas e mistas. No segundo caso, a parte setentrional da província apresentou-se mais diversificada do que a meridional. No terceiro caso, cidades como Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo e Santa Maria apresentaram um pluralismo cultural diverso daquele das áreas rurais, devido à rotatividade da população estrangeira (CORREA, 2006, p. 261).

Assim, Pelotas, um município composto por uma variedade étnica e cultural, seja pela influência lusa e espanhola, as raízes de matriz africanas se mostram

presente na sua população (descendentes dos escravos das charqueadas), as várias colônias – francesa, italiana, teuto-germânica – as sociedades - israelita, libanesa – deixa aparente a pluralidade de etnias, aspecto que influencia no desenvolvimento social, econômico e cultural. Já Roque Gonzales e sua influência predominantemente alemã e, em alguns aspectos, italiana, possui sua caracterização distinta das demais cidades.

### **3.2 Sobre o estado da questão**

A discussão desenvolvida no âmbito educacional ancorada na teoria do reconhecimento de Axel Honneth ainda é pequena. Ao realizar busca no Banco de Teses da Capes, a partir de descritores, dez (10) trabalhos que envolvem a temática Honneth e Educação, sendo que, entre eles, apenas quatro (4) trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em Educação: três (3) dissertações e uma (1) tese. Os demais trabalhos, cinco (5) dissertações e uma (1) tese, foram desenvolvidos em Programas de Pós-graduação em Educação Física (2), Psicologia Social (2), Ciências Sociais (1) e Direito (1).

Já ao analisar os descritores Programa Bolsa Família e Educação foi possível localizar seis (6) trabalhos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em Educação, porém, entre eles apenas quatro (4) efetivamente discutiram o Programa Bolsa Família e sua condicionalidade da Educação. É importante ressaltar que a temática também foi discutida em outros Programas de Pós-graduação, sendo encontrados 48 trabalhos no total: trinta e quatro (34) mestrados acadêmicos, três (3) mestrados profissionais e onze (11) doutorados. No que diz respeito aos descritores: Programa Bolsa Família e Reconhecimento, foi possível verificar que foram desenvolvidos cinco (5) trabalhos, três (3) dissertações e duas (2) teses, estas últimas em Programa de Pós-graduação em Sociologia e os demais em Administração, Direito e Políticas Sociais.

Ao realizar uma busca por trabalhos que abordem a temática Bolsa Família, Reconhecimento do Outro e Educação, nos Grupos de Trabalhos da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd), foi considerado que o Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003, então, buscou-se nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais ocorridas desde o ano de 2003 até 2017. Nesta

busca, encontraram-se quatro (4) trabalhos que discutem o Programa Bolsa Família, três (3) deles propõem-se a refletir sobre o programa e a condicionalidade da educação como forma de manter o recebimento do benefício. O outro trabalho se propõe a discutir questões referentes às mulheres-mães e sua relação com o Programa Primeira Infância Melhor. Também foram realizadas buscas nas edições da Revista Brasileira de Educação (RBE), mantida pela ANPEd, mas não se encontraram artigos referentes ao temas buscados, tanto pelo descritor Bolsa Família, como pelo descritor Reconhecimento.

Buscou-se trabalhos que tenham sido apresentados nas Reuniões Anuais da ANPEd, compreendendo as reuniões realizadas entre os anos de 2003 e 2017, sendo este o período compreendido entre o ano de criação do Programa Bolsa Família até o início do ano de 2018. Assim, realizamos a busca e foram encontrados apenas 3 trabalhos que abordavam a temática Bolsa Família e Educação. No encontro da Região Sul da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped-Sul) foram apresentados 3 (três) artigos abordando o Programa Bola Família no ano de 2013. Já no ano de 2014 foram registrados 2 trabalhos que abordaram as relações entre o Programa Bolsa Família e a Educação. Deste modo, apresentam-se na tabela 2, os textos, com seus respectivos temas e objetivos.

Tabela 2 Trabalhos com abordagem do Programa Bolsa Família e Educação

<b>Ano de publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Resumo do artigo</b>
2012	O Programa Bolsa Família na produção acadêmica – 2003-2010.	Joana D’Arc Vaz	O texto apresenta um balanço da produção acadêmica, tanto na área da educação, como na área de Serviço Social, buscando averiguar a produção de conhecimento sobre o Programa Bolsa Família entre os anos de 2003 e 2010. Ela constatou que a

			abordagem do programa na educação ocorre apenas pela questão da condicionalidade da educação (VAZ, 2012).
2011	As contribuições do Programa Bolsa Família: inclusão e permanência escolar.	Juciani Severo Corrêa	O texto relata uma pesquisa realizada no ano de 2011, no município de Santa Maria-RS. A pesquisa buscava compreender a contribuição do Programa Bolsa Família para a permanência dos filhos dos beneficiários na escola. A pesquisa concluiu que a permanência está atrelada à manutenção do recebimento do benefício, porém, não desencadeando um maior envolvimento dos pais com a educação dos filhos.
2012	Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública de inclusão socioeducacional.	Adriana Felicetti; Joviles Trevisol	No texto é possível ter acesso aos resultados de uma pesquisa que se propôs a investigar a efetividade do Programa Bolsa Família no desempenho escolar dos filhos dos beneficiários. A pesquisa foi realizada na cidade de Videira, Meio-Oeste de Santa Catarina. Ao longo do texto são apresentados relatos das

			entrevistas realizadas e, nestes trechos, podemos perceber que os professores ainda apresentam certa resistência em relação ao benefício do programa, acreditando que as crianças vão à escola apenas para não perder o benefício. Já as famílias relatam o quanto o benefício auxilia e incentiva o cuidado para as crianças frequentarem a escola e ter um bom desempenho (FELICETTI; TREVISOL, 2012).
2014	A educação no combate à pobreza no Brasil: o cinismo instituído.	Joana D'Arc Vaz	O texto objetivou analisar o papel da educação no Programa Bolsa Família no período de 2003 – 2010. A análise da condicionalidade do programa buscou demarcar também as relações com os organismos internacionais, principalmente com o Banco Mundial. Na análise dos documentos do Programa Bolsa Família e do Banco Mundial, a autora percebeu a forte presença do aspecto salvacionista atribuído à educação. A autora afirma

			que a educação faz parte de estratégias político-ideológicas que buscam manter a pobreza sob controle, bem como manter a ideia de que o pobre é responsável por sua condição de pobreza (VAZ, 2014).
2014	Educação e políticas sociais no Brasil.	Luciana Oliveira	O texto apresenta uma parte de sua pesquisa de mestrado, que busca investigar as dificuldades que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família enfrentam em relação à condicionalidade da educação. Ao realizar um acompanhamento psicossocial das famílias beneficiárias, a autora conclui que a população pobre segue desprovida de direitos fundamentais, sendo o Programa Bolsa Família um alívio momentâneo das condições miseráveis em que vivem (OLIVEIRA, 2014).
2012	Algumas reflexões sobre as condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa	André Pires	O texto discute o enfrentamento da pobreza através da condicionalidade da educação. Ao apresentar

	Família.		alguns dados coletados em uma pesquisa realizada num município paulista, o autor conclui que a condicionalidade da educação não se torna tão eficaz no objetivo que se propõem de superação da pobreza, porém, como uma política social mais ampla, manifesta pontos positivos no que se refere ao estabelecimento de uma relação entre as famílias e o Estado, possibilitando, inclusive, um aspecto de pertencimento social por parte dos beneficiários (PIRES, 2012).
2008	A contradição moral entre educar e encarcerar: a PEC nº 20, o Programa Bolsa Família e a escola.	Evaldo Luiz Pauli; Miguel Alfredo Orth	Os autores discutem a Proposta de Emenda Constitucional para a redução da idade penal de 18 para 16 e a condicionalidade da educação para a manutenção do benefício do Programa Bolsa Família. São apresentadas as duas políticas e os autores concluem que a escola não garante a redução da violência, porém, é possível

			ver nela uma garantia de formação moral voltada para a cidadania (PAULY; ORTH, 2008).
2013	Relações periféricas na escola: incumbências e sucumbências do Programa Bolsa Família.	Maria Cristina Schefer	O texto busca analisar e discutir os discursos que se produzem no contexto escolar, a respeito do Programa Bolsa Família. Ao longo do texto são apresentados relatos que manifestam amplo preconceito, por parte da equipe pedagógica, em relação aos beneficiários do programa e seus filhos. A autora apresenta o cenário de um contexto escolar de ampla pobreza, negligencia em relação ao atendimento dos filhos de beneficiários e em relação à condicionalidade da educação (SCHAFER, 2013).
2016	Programa Bolsa Família e condicionalidade educação: primeiras aproximações.	Suellem Raquel de Freitas	O texto aborda a condicionalidade da educação, buscando compreender não apenas a potencialidade desta condicionalidade em garantir a permanência dos filhos de beneficiários na escola, mas,

			principalmente, as potencialidades destas crianças romperem com o ciclo intergeracional da pobreza. A autora conclui questionando a qualidade do ensino oferecido nas instituições públicas de ensino (FREITAS, 2016).
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos textos acima mencionados, podemos perceber que a condicionalidade da educação ainda é pouco discutida nos espaços acadêmicos. Em muitos momentos, a discussão ocorre buscando compreender apenas a permanência das crianças filhas de beneficiários na escola. Também sobressai a problemática da qualidade do ensino nas instituições públicas, as quais recebem as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social. Todavia, os profissionais da educação ainda manifestam resistência e certo preconceito em relação a estas crianças. A partir destas constatações, torna-se evidente a importância e a necessidade de buscar uma formação que esteja voltada à justiça social, a fim de possibilitar aos excluídos e desprezados, o reconhecimento de sua individualidade e importância enquanto ser humano e cidadão.

Desse modo, percebe-se que a maior parte das pesquisas que envolvem o Programa Bolsa Família e a condicionalidade da Educação, preocupa-se em investigar a inclusão e permanência das crianças filhas dos beneficiários do Programa Bolsa Família na escola. Nesse sentido, justifica-se a realização desta pesquisa, pois intenta-se compreender os aspectos que ultrapassam as questões de frequência e permanência das crianças na escola. A reflexão está relacionada à formação destes indivíduos, visando compreender o Programa Bolsa Família como uma política que vai além do mero benefício econômico e a obrigatoriedade da criança na escola.

As considerações apresentadas acerca do programa Bolsa Família, com base na teoria do reconhecimento de Axel Honneth – começando por *A luta por reconhecimento* e salientando a teoria da justiça desenvolvida em *O direito da*

*liberdade* – possibilitou tecer algumas considerações a respeito da política social de redistribuição de renda para famílias pobres no Brasil, especificamente do Programa Bolsa Família. Por certo, os desdobramentos do Programa Bolsa Família, no cenário do “novo capitalismo”, permitem diferentes interpretações. Ainda assim, não há dúvidas de que se trata de uma política de reconhecimento voltada a oferecer condições de sustentabilidade mínimas de sobrevivência. Como foi destacado, um dos aspectos relevantes concerne ao âmbito humanitário, isto é, de alimentação, saúde e de nutrição garantidoras de uma vida saudável e aprazível.

A ideia de reconhecimento, defendida por Honneth, principalmente na obra *Luta por reconhecimento*, indica a relevância de um bom relacionamento com os familiares e com as pessoas mais íntimas. Isso nos conduz a refletir e perceber que, muitas vezes, as vivências familiares e sociais de todas as crianças, especialmente das provindas de famílias pobres, interferem diretamente no desempenho escolar das mesmas. Muitas famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza não desenvolvem uma consciência de sujeitos coautores, por não possuírem condições mínimas de sobrevivência.

Muitas vezes, discute-se a frequência e permanência das crianças na escola, pois ela é uma condicionalidade para a manutenção do benefício do Programa Bolsa Família. Esse é, sem dúvida, um quesito importante. Tal condicionalidade é uma possibilidade para a quebra deste círculo intergeracional de pobreza. Todavia, para além da negligência por parte dos agentes, das instituições públicas e da sociedade civil, as crianças também precisam lidar com a falta de autoestima e de amor próprio presente nas famílias de baixa renda, aspecto que se traduz no desenvolvimento das suas capacidades de aprendizagem e relação com o mundo da vida.

Nesse sentido, pensamos que, concomitante com a criação do Programa Bolsa Família, também deveriam ter sido pensadas as condições que estas crianças seriam recebidas no ambiente escolar. Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9394/96) (BRASIL, 1996) e As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (BRASIL, 2013) orientem para o desenvolvimento de trabalhos voltados para a solidariedade, para o reconhecimento da diferença e para a valorização do outro. Acreditamos que práticas pedagógicas voltadas à valorização e ao reconhecimento do outro no ambiente escolar, apresentam-se como alternativas relevantes, no sentido de almejarem uma formação que visa à

diminuição do preconceito, servindo de estímulo para o desenvolvimento de relações sociais de reconhecimento mais solidárias, humanitárias e de valorização da vida.

## **CAPÍTULO 4: O “NÓS” DA CONSTITUIÇÃO DA SOLIDARIEDADE**

Neste quinto capítulo, apresentam-se as falas e as reflexões que emergiram a partir do contato e das entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família. As análises desencadeadas estão organizadas a partir das categorias de discussão apresentadas por Axel Honneth nas suas principais obras: *Luta por reconhecimento* (2003) e *O direito da liberdade* (2015), bem como nas demais obras que foram produzidas no período compreendido entre a publicação das duas obras acima citadas.

Em formato de breves narrativas passamos a apresentação dos contextos nos quais foram realizadas as entrevistas junto às beneficiárias do Programa Bolsa Família. Logo após, com o auxílio de tabela, são apresentados os dados referentes à organização e à composição das famílias entrevistadas nos dois municípios. A partir desta organização, a reflexão direciona-se no sentido de estabelecer relações com as categorias de reconhecimento intersubjetivo propostas por Honneth – amor, direito e solidariedade. Estas categorias se farão presentes no transcorrer deste texto, principalmente ao apresentar as reflexões, as compreensões e as observações das falas, da organização e composição familiar e das relações estabelecidas com o contexto em que estão inseridas as beneficiárias entrevistadas, bem como suas famílias.

A apresentação dos dados e as reflexões e relações com as categorias de análise ocorrem a partir da apresentação dos dados encontrados em cada um dos municípios. Discutiremos a composição e organização familiar, o nível de escolaridade das beneficiárias e das crianças, a ocupação que estas famílias possuem, assim como o período em que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Também buscamos tomar conhecimento de quais produtos são adquiridos com o valor do benefício e se as crianças, filhas das beneficiárias, gostam ou não de

ir à escola. Tentamos identificar a compreensão que as beneficiárias possuem do Programa Bolsa Família e, de certa forma, as repercussões que o próprio programa ocasiona nas vivências das entrevistadas.

Os cenários investigados constituem-se como espaços nos quais os indivíduos participantes nos conduzem a compreender a constituição de um grupo social periférico e, até então esquecido, estabelecendo, assim, um “nós” que compartilha vivências, dificuldades e lutas diárias por sobrevivência e reconhecimento social. Além de compartilhar vivências, este grupo social também partilha compreensões que desencadeiam relações de solidariedade, ou seja, a solidariedade entre a própria população pobre e extremamente pobre gera redes de apoios. Como veremos a seguir, algumas beneficiárias manifestaram a preocupação com outras famílias que também vivem em situação de vulnerabilidade social e que possuem condições para receber o benefício do programa bolsa família, porém, não o recebem.

Nesse sentido, o espaço de formação que compõem este grupo social através deste “nós” diz respeito às relações intersubjetivas que se estabelecem entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família e seus pares, pois, para Honneth (2013, p. 77), “o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação”. Desse modo, as interações sociais desencadeadas por autorrelações práticas de autoconfiança, autorrespeito e autoestima presumem relações intersubjetivas que perpassam a constituição de um “eu” através de um “nós”, e a constituição de um “nós” através de um “eu”, que se constituem um ao outro. Nesse sentido, o grupo “não pode manter nem o autorrespeito nem a autoestima, sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo” (HONNETH, 2013, p. 77). Em outras palavras, a construção de características coletivas e individuais é formada pelas vivências e relações compartilhadas no grupo social.

O que nos conduz a apresentar os dados encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Vale lembrar que eles estão separados em subcapítulos. Esta apresentação objetiva dar voz às beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para isso, trazemos falas e fragmentos de falas que consideramos mais significativos ou que nos despertaram maior atenção nas entrevistas. Também trazemos as tabelas com algumas informações que pensamos que precisam ser destacadas.

## 4.1 Os cenários da pesquisa

Neste subcapítulo, serão apresentados os contextos nos quais estão inseridas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram do desenvolvimento da pesquisa desta tese. Iniciaremos com o cenário da Colônia de Pescadores Z-3, no município de Pelotas-RS. Logo após, passamos a apresentação do outro cenário onde foi realizada a pesquisa, isto é, a localidade de Esquina Emanuel, no município de Roque Gonzales-RS. Ambas as localidades serão apresentadas através de mapas, nos quais é possível observar geograficamente a localização destes dois espaços.

### 4.1.1 A Colônia de Pescadores Z-3 – Pelotas-RS

A Colônia de Pescadores Z-3 faz parte do 2º Distrito do município de Pelotas. Por ser uma colônia de pescadores, organizada em um aspecto de comunidade centralizada, ela mistura aspectos do contexto rural, constituído, principalmente, pelos latifúndios que cercam a vila dos pescadores, com características urbanas. A colônia de pescadores está localizada às margens da Laguna dos Patos<sup>29</sup>, a cerca de 20 km (vinte quilômetros) da sede do município de Pelotas-RS. Ela conta com uma população de 3,166 habitantes (IBGE, 2010).

O contato com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que participaram desta pesquisa, ocorreu através da Unidade Básica de Saúde, com o auxílio das agentes de saúde. Em uma das regiões em que foram realizadas as entrevistas na Z-3, há casas construídas próximas a um arroio, as margens do qual se vê lixo, escoamento do esgoto e um espaço propício para proliferação de doenças. Em períodos de chuva intensa, as “barras dos rios que desaguam” (ROSA, 1985, p. 106) na Laguna e, a “direção, intensidade e duração dos ventos reinantes” (ROSA, 1985, p. 107) fazem com que ela represe mais água. Outro aspecto que ocasiona a represa da água ocorre no período em que o curso natural de desague da Laguna no mar não se efetiva, devido aos ventos vindos do quadrante sul, o que

---

<sup>29</sup> Lagunas são lagoas compostas por águas salobras ou, então, que misturam água doce e salgada, o que ocorre devido à conexão destas lagoas com o mar aberto, por intermédio de um ou mais canais de ligação. No caso, a Laguna dos Patos possui uma “ligação direta com o mar através da barra do Rio Grande” (ROSA, 1985).

possibilita a entrada da água do mar na laguna, impedindo, assim, a vazão. Isso ocasiona o transbordamento das águas da laguna, alagando as cidades que ficam no nível do mar (ROSA, 1985). Ao transbordar, as águas da laguna invadem o arroio que circunda a Colônia de Pescadores, fazendo com que transborde. Assim, estas famílias que residem às margens do arroio acabam sofrendo com o aumento no volume de água da laguna e do arroio, tendo suas casas constantemente invadidas pelos alagamentos. No período em que foram realizadas as entrevistas, algumas das famílias entrevistadas sofreram com o transbordamento das águas da laguna. Abaixo é possível observar uma imagem, do período de realização das entrevistas, que mostra um pouco o quão cheia estava a laguna naquele período.

Como forma de melhor visualizar a localização do 2º Distrito – Z-3, bem como da Colônia de Pescadores – Z-3 dentro do município de Pelotas-RS, apresentamos um mapa, no qual é possível observar a distância da sede do município, a extensão do próprio distrito, além da localização da vila de pescadores, isto é, do local onde foi realizada uma parte da pesquisa desta tese.



Figura 2 Barcos atracados devido à cheia na Laguna dos Patos.

Fonte: Acervo fotográfico da autora

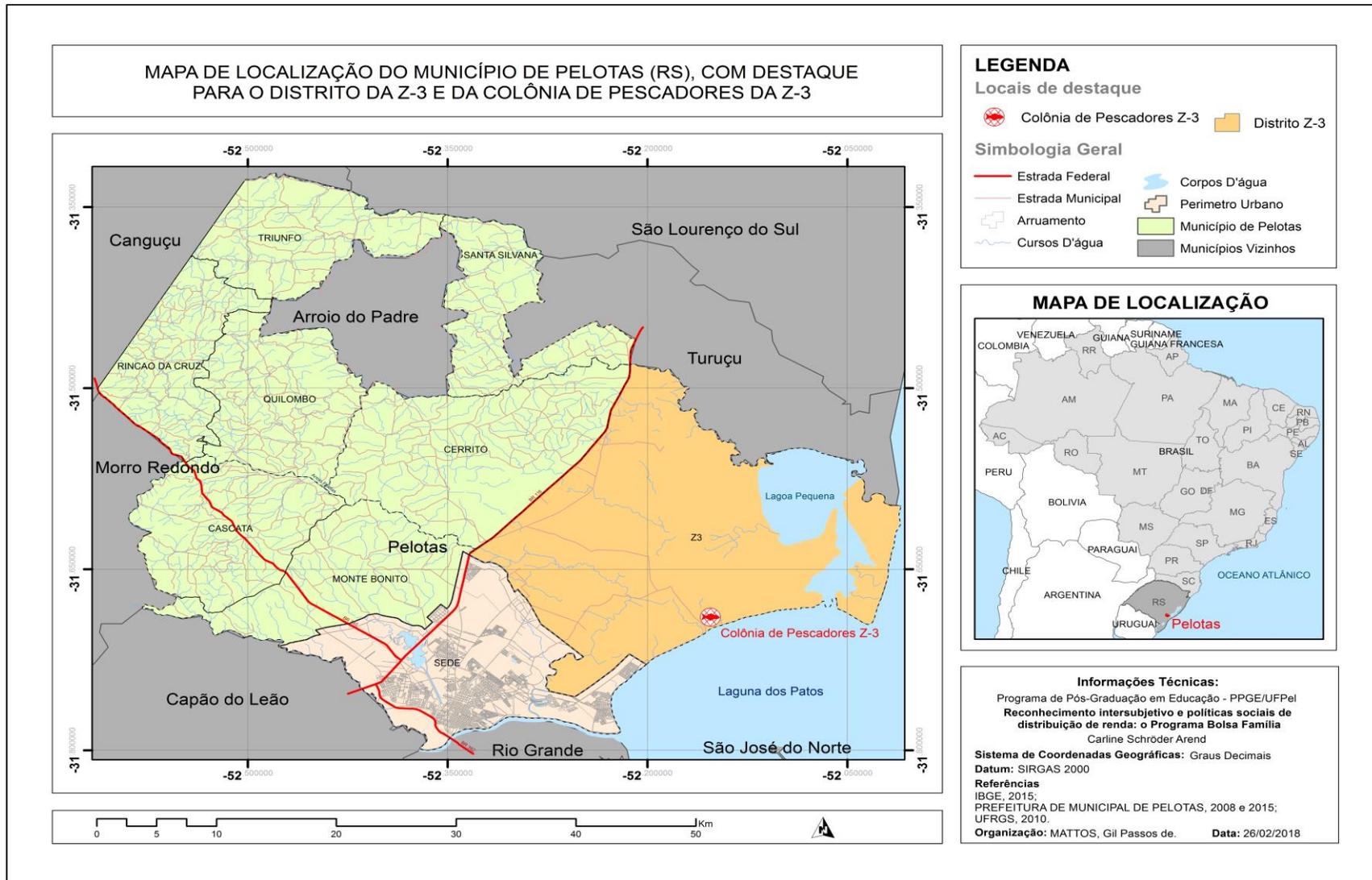


Figura 3 Mapa de localização do município de Pelotas-RS, com destaque para o distrito da Z-3 e da Colônia de Pescadores da Z-3

Fonte: IBGE, 2015; Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008, 2015; UFRGS, 2010. Elaboração: MATTOS, Gil Passos de.

#### 4.1.2 Esquina Emanuel – Roque Gonzales-RS

A localidade de Esquina Emanuel faz parte do 2º Distrito de Roque Gonzales-RS e está localizada no ponto mais alto da Região das Missões, com altitude acima de 240 metros em relação ao nível do mar. Esta é uma das poucas localidades onde as famílias mantêm o habito de falar o dialeto pomerano. Ressaltando que, dentre as sete famílias entrevistadas nesta localidade, somente uma das famílias têm descendência negra, as outras seis apresentam descendência alemã/pomerana.

Percebe-se que a organização nesta localidade ocorre, em grande medida, através da predominância da religiosidade luterana, tendo como principal espaço de convivência da localidade a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e o salão comunitário que fica localizado atrás da igreja. Para chegar à localidade, é preciso percorrer um aclave de cerca de 5 km de estrada de terra. Ao chegar, a primeira visão que se tem é a construção da Igreja (segundo imagem abaixo).



Figura 4 Igreja Evangélica Luterana da Esquina Emanuel

Fonte: Acervo fotográfico da autora

Extremamente presente na localidade da Esquina Emanuel, o viés religioso dá indícios a respeito da organização social e familiar que pode ser observada nesta localidade. Além do aspecto religioso, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que foram entrevistadas no município de Roque Gonzales apresentam um modelo de organização familiar agrário, isto é, que se constitui através de pequenos agricultores familiares. Este fato nos conduz a discussão do próximo subcapítulo, onde se discute como as famílias entrevistadas são compostas e como se organizam. Este subcapítulo inicia logo após a apresentação do mapa que destaca a localização de Esquina Emanuel, no município de Roque Gonzales-RS.

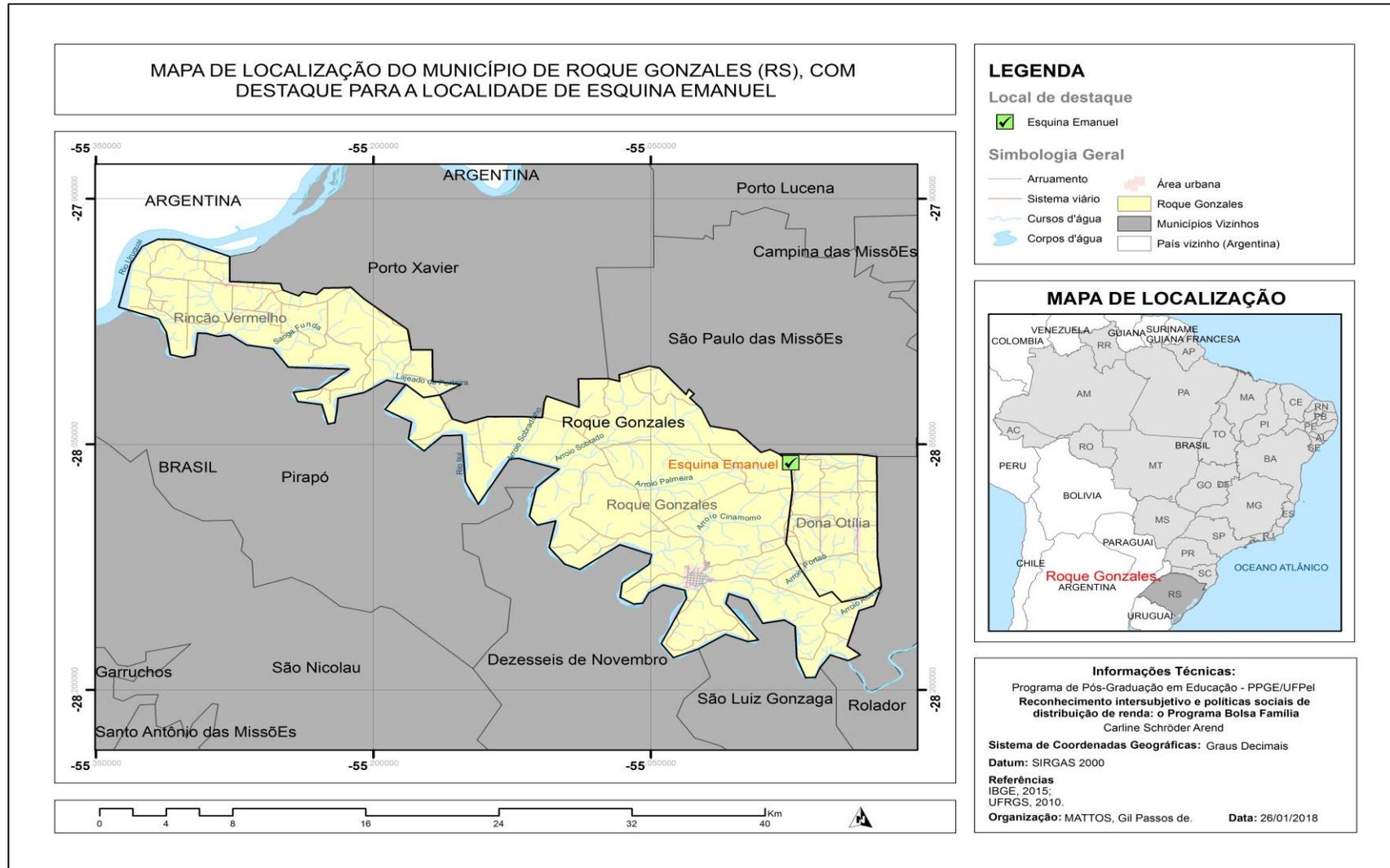


Figura 5 Mapa de localização do município de Roque Gonzales-RS, com destaque para a localidade de Esquina Emanuel

Fonte: IBGE, 2015; UFRGS, 2010. Elaboração: MATTOS, Gil Passos de.

## 4.2 Composição e organização das famílias entrevistadas

Neste subcapítulo, serão apresentadas a composição e a organização das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa. Em vista disto, iniciamos com a apresentação de uma tabela e um gráfico, nos quais é possível perceber a porcentagem de filhos por família, bem como a porcentagem em relação ao número de famílias entrevistadas. Após, a argumentação segue em sentido de refletir sobre a organização e a composição familiar das entrevistadas, utilizando a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, mais precisamente, a partir da categoria do amor e das relações pessoais apresentadas pelo autor.

Tabela 3 Número de filhos por famílias entrevistadas em Pelotas e Roque Gonzales com percentual

<b>Número de filhos</b>	<b>Pelotas</b>	<b>%</b>	<b>Roque Gonzales</b>	<b>%</b>	<b>% total</b>
<b>1 filho</b>	2	22,22	1	14,28	18,75
<b>2 filhos</b>	2	22,22	2	28,57	25
<b>3 filhos</b>	2	22,22	1	14,28	18,75
<b>4 filhos</b>	1	11,11	1	14,28	12,5
<b>5 filhos</b>	1	11,11	1	14,28	12,5
<b>6 filhos</b>	-	-	1	14,28	6,25
<b>Não soube responder</b>	1	11,11	-	-	6,25
<b>Total de famílias</b>	9	100	7	100	100

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme os dados apresentados na Tabela 3, percebemos que, no município de Pelotas, 22,22% das famílias entrevistadas possuem um filho; 22,22% possuem dois filhos; 22,22% possuem três filhos; 11,11% possuem quatro filhos; 11,11% possuem cinco filhos e 11,11% não souberam responder. No município de Roque Gonzales, o percentual de filhos em relação ao número de famílias entrevistadas é o seguinte: o percentual de famílias com um filho é de 14,28%, do mesmo modo, com o mesmo percentual temos de famílias com três, quatro, cinco e seis filhos. Já o percentual de famílias com dois filhos é de 28,57%.

O número de filhos por família beneficiária evidencia o que consta nas publicações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, elaborados após a do Programa Bolsa Família, os quais afirmam que cada família possui, em média, dois filhos. Em outras palavras, o argumento popular de que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família passam a ter mais filhos de modo que venham a receber mais benefícios, é equivocado, pois, o que encontramos nas entrevistas realizadas é, justamente um maior percentual de famílias que possuem número de filhos que varia entre 1 e 3 filhos, ou seja, a média nacional de número de filhos é de 1,6 (IBGE, 2016), sendo a média de filhos entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família de 2 filhos (IBGE, 2016).

Por outro lado, a organização familiar das famílias entrevistadas, não segue o modelo organizacional presente na maioria das famílias brasileiras. As famílias que participaram desta pesquisa constituem-se, em sua maioria, a partir de um modelo familiar patriarcal: com a presença de um casal binário e dois filhos. Nesse sentido, a organização familiar, ainda que se organize a partir de um modelo patriarcal, é um tanto distinta nos dois cenários de investigação. Vale lembrar que, atualmente, a constituição familiar nem sempre é composta por um pai e uma mãe e os filhos. No contexto da Colônia de Pescadores Z-3, a organização familiar adequa-se mais com este modelo familiar no qual o pai não é o centro do núcleo familiar, inclusive, porque, em muitos casos, não está presente. No contexto da Esquina Emanuel, o núcleo familiar organizado a partir do casal binário se mostrou presente em todas as famílias que foram entrevistadas, além disso, este parece ser o padrão da comunidade como um todo. Deste modo, seguimos para a apresentação das famílias e de sua organização, para, posteriormente, pensá-las à luz da teoria do reconhecimento.

A família de P-1 é composta pela beneficiária e esposo, 5 filhos e um genro. P-1 é uma senhora um tanto tímida, mas concordou em realizar a entrevista, afirmando: “se eu souber responder, eu posso ajudar” (P-1). A residência de alvenaria, relativamente grande, localizada próxima ao arroio, costuma ser uma das primeiras casas a serem atingidas pela cheia das águas.

A família de P-2 é composta pela beneficiária, esposo e três filhos. A residência de P-2 é de alvenaria, bem organizada e equipada. P-2 é uma mulher muito expressiva e participativa.

A família de P-3 é composta pela entrevistada, esposo e filho. Não foi possível conhecer o interior da sua residência, porque a entrevista foi realizada no portão de acesso e o terreno é dividido com a família do sogro da beneficiária. P-3 é uma mulher tímida, retraída e as respostas a entrevista eram curtas e bem objetivas.

Já a família de P-4 é composta pela beneficiária, esposo e três filhos. A entrevistada é uma mulher desconfiada. Quando questionada pela agente da saúde se poderia contribuir com a pesquisa sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família, ela afirmou que não recebia mais o auxílio. Porém, a agente da saúde insistiu um pouco e P-4 afirmou que era beneficiária e, assim, concordou em participar da pesquisa. A residência é de alvenaria, pequena e com um pequeno pátio. P-4 revelou que no cadastro do CadÚnico ela consta como se fosse solteira, porém, vive com o marido. A estratégia foi utilizada para conseguir um benefício maior.

A família de P-5 é composta pela beneficiária, esposo e dois filhos. Eles residem em uma casa de alvenaria, de dois andares e bem espaçosa. P-5 é uma mulher forte e bem comunicativa.

A família de P-6 é composta pela beneficiária, esposo e quatro filhos. Encontramos P-6 bastante deprimida, sendo que ela relatou que sofre bastante com a dependência química dos filhos e aproveitou a entrevista para desabafar sobre a vida sofrida que leva. Residindo em uma pequena casa de alvenaria, a família vive apenas da pesca. A beneficiária foi diagnosticada com depressão. P-6 também relatou que, em meio ao sofrimento causado pela dependência dos filhos, ainda precisa lidar com os problemas oriundos da falta de dinheiro.

A família de P-7 é composta pela beneficiária, o esposo, o filho e o sogro. A residência de P-7 fica localizada ao lado do arroio que circunda a Colônia Z3,

possuindo uma casa de alvenaria com um pequeno pátio. P-7 é uma mulher perspicaz e sua criatividade foi perceptível nos quadros que pinta.

A família de P-8 é composta pela beneficiária e dois filhos. Residindo em uma casa de madeira, construída sobre um terreno que é dividido com mais duas residências, a dos pais e a da irmã da entrevistada. P-8 é uma mulher ativa e bem descontraída, mostrou-se bem a vontade no desenvolvimento da entrevista.

Por fim, a família de P-9 é constituída pela beneficiária, esposo, filhos e netos. Eles residem em uma pequena casa de alvenaria, pequena também para o número de pessoas que ali residem. P-9 parecia um tanto confusa e, em geral, não soube responder ou dar as informações que foram solicitadas na entrevista. Em alguns momentos, uma de suas filhas a ajudou a responder as perguntas. Assim, passamos para o próximo contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, a saber, a Esquina Emanuel, na cidade de Roque Gonzales-RS.

A família de R-1 é composta por sete pessoas: o casal e cinco filhos. Eles residem em uma casa de alvenaria bem simples, construída sobre terras próprias que possuem registro junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura Municipal de Roque Gonzales-RS. A beneficiária foi bem receptiva. Dois dos filhos, ambos com menos de cinco anos de idade, estavam em casa e acompanharam o desenvolvimento da entrevista.

A família de R-2 é formada pelo casal – a beneficiária e o esposo - e dois filhos. A beneficiária residia em outro estado, sendo que somente quando se mudou para Roque Gonzales conseguiu construir a casa própria, que é bem arrumada e organizada. R-2 é bastante comunicativa e relatou um pouco do trabalho que desenvolvem, pois ela e sua família são produtores de leite, o que envolve bastante trabalho, não apenas na ordenha das vacas, mas também na providência de pasto e trato para os animais.

No caso de R-3, sua família é constituída pela beneficiária, esposo e filha, porém, residem junto aos pais e ao irmão da beneficiária. A residência é simples, sendo uma parte de alvenaria e outra parte de madeira. A propriedade possui galpões e estábulo. A beneficiária e o esposo estão buscando conseguir construir a casa própria com o auxílio da prefeitura.

A família de R-4 é formada pela beneficiária, esposo e dois filhos. A residência é de alvenaria, muito simples. Ela foi construída em dois hectares de terras doadas pelo sogro da entrevistada, sendo que estas terras ainda permanecem

no nome do sogro. R-4 é uma senhora que traz nas marcas da face as dificuldades da vida, mostrou-se bastante desconfiada no início da entrevista, mas, ficando mais a vontade no transcorrer da realização da entrevista.

Já a família de R-5 é constituída pela beneficiária, esposo e seis filhos. A residência é de madeira com uma parte de alvenaria. Encontramos R-5 bastante deprimida e com um machucado na perna, o qual afirmou ser erisipela. R-5 também relatou que teve bastante dificuldade para receber atendimento na Unidade Básica de Saúde, na qual se dirigiu para consultar um médico devido aos problemas na perna.

A família de R-6 é constituída pela beneficiária, o esposo e três filhos. Residindo em uma casa de alvenaria, construída com o auxílio da Prefeitura Municipal, a entrevistada se mostrou bastante comunicativa e relatou que gosta muito das atividades que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desenvolve com as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A família de R-7 é constituída pela beneficiária, o esposo, e quatro filhos. A residência é de alvenaria e possui um pátio amplo e bem arborizado. R-7 manifestou sua opinião a respeito dos direitos que as pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social necessitam. R-7, assim como R-2, deixou claro que se tivesse melhores condições de vida, preferia não receber o benefício do Programa Bolsa Família. Porém, como a vida no campo é difícil e os produtos produzidos não possuem grande valor comercial, percebe que o benefício é necessário e o vê como uma ajuda que é bem-vinda.

Após a apresentação da organização das famílias entrevistadas, passamos a refletir, à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, sobre os distintos modos de organização familiar presentes nos dois contextos investigados. Nesse sentido, compreendendo que as relações familiares são parte constitutiva da teoria de Honneth, primeiro em *A luta por reconhecimento* (2003a), como uma das três categorias (amor, direito e solidariedade) que o autor propõe atualizar, a partir do pensamento de Hegel. Essas categorias contribuem para o reconhecimento intersubjetivo. Já em *O direito da liberdade* (2015), a família faz parte da proposta de Honneth como liberdade social. O autor apresenta o “nós” das relações pessoais em três esferas: amizade, relações íntimas e família.

Conforme Honneth (2003a), a organização familiar é a base para o desenvolvimento das outras esferas. É na família, com suas diversas configurações,

que se desenvolvem as relações primárias de amor. Para essa afirmação, consideram-se as relações sociais da nossa sociedade, bem como o contexto do cenário pesquisado, que apresenta modos de organização familiar correspondentes aos arranjos familiares descritos por Honneth (2003a; 2015).

Em um primeiro momento, as possibilidades de socialização e interação, que possibilitam a formação da autoconfiança na criança, ocorrem em âmbito íntimo, familiar, seja com o pai ou com a mãe, seja com a pessoa que se tornou referência para a criança. Posteriormente, em um âmbito de socialização no qual é possível ampliar a rede de parceiros: “a criança precisa aprender a desenvolver uma autorrelação positiva adicional, para além da autoconfiança, que consiste na consciência elementar de ser considerada aos olhos dos outros como um ser responsável” (HONNETH, 2013a, p. 63).

A partir das reflexões de Honneth (2003a) a respeito da categoria do amor e as contribuições que a presença do afeto e da ideia transmitida a criança desde pequena, de ser um ser amado desencadeiam neste indivíduo em formação uma autorrelação prática de autoconfiança. Ou seja, “visto que essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmo” (HONNETH, 2003a, p. 177). Em outras palavras, o desenvolvimento da autoconfiança e do autorrespeito não é conquistado de modo particular ou individual, “sua obtenção e manutenção dependem de relações interpessoais” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 95).

Neste sentido, é possível perceber que, no desenvolvimento da categoria do amor em *Luta por reconhecimento* (2003a), Honneth apresenta um modelo de organização familiar concentrado na figura da mãe, não só como a pessoa de referência, como também enquanto o agente responsável pelo cuidado, por nutrir e educar a criança que está em desenvolvimento. Nas palavras de Honneth, “abrangendo a dimensão independente de interações sociais no interior da qual a criança aprende a se conceber como um sujeito autônomo por meio da relação emotiva com outras pessoas” (HONNETH, 2003a, p. 163).

Já o modelo de família que Honneth apresenta em *O direito da liberdade* (2015) está relacionado às constituições familiares que se apresentam na Colônia Z-3. Conforme já citado acima, as constituições familiares presentes na Colônia Z-3 relacionam-se com o modelo organizacional mencionado por Honneth, quando

discute a constituição da família moderna: “[...] há muito tempo deixou de ser decisivo se os pais estão casados e compõem efetivamente um casal heterossexual ou se os filhos são realmente seus filhos (biológicos)” (HONNETH, 2015, p. 282). Em outras palavras, “o que importa é tão somente que a relação de dois adultos esteja mediada pela relação adicional com um terceiro, isto é, o(s) filho(s)” (Idem). Neste sentido, “a liberdade social na família está conectada ao reflexo da relação de reconhecimento dos pais num terceiro membro, que é o filho” (HONNETH, 2015, p. 311).

Nesta organização familiar apresentada por Honneth (2015), que não é construída, necessariamente, através da presença do pai e da mãe juntos, o que ocorre com frequência nas famílias pobres, a percepção de saída da situação de pobreza ocorre ao acreditar que o acesso à educação é a via que possibilitará essa saída. Porém, como reitera Jessé Souza, “na família dos excluídos, tudo milita em sentido contrário” (SOUZA, 2017, p. 97). Vale ressaltar que milita ao contrário, pois o acesso e permanência na escola, bem como a busca de uma mudança na condição social, a partir da educação, exige que se acredite que o futuro possui maior importância que o presente. O que se torna um tanto difícil de ocorrer, pois a pobreza econômica acaba exigindo que as pessoas se concentrem no “aqui” e no “agora”, “por conta das urgências da sobrevivência imediata, toda a atenção se concentra necessariamente no presente e nunca no futuro, posto que este é incerto” (SOUZA, 2017, p. 100).

No caso das beneficiárias entrevistadas, esta preocupação com o futuro era manifestada, majoritariamente, em relação à possibilidade ou a esperança de que a situação econômica melhorasse. No caso das beneficiárias da Colônia de Pescadores Z-3, isso aconteceria após o período de defeso, quando as redes se enchessem de peixes. Já para as beneficiárias de Roque Gonzales, ocorreria quando as mudanças climáticas fossem adequadas, de modo que os cultivos pudessem se desenvolver e, assim, possibilitar uma boa safra, o que ocasionaria o aumento na quantidade de alimentos para os animais e, conseqüentemente, aumento na produtividade leiteira.

A discussão sobre o acesso à educação e a permanência das crianças na escola será apresentada posteriormente em outro subitem. A questão referente à preocupação com o presente nos remete às ocupações que as beneficiárias e seus familiares desempenham. Neste sentido, nos encaminhamos para o próximo item,

no qual se apresentam as ocupações desempenhadas pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como de seus companheiros.

### 4.3 Ocupações das Famílias Beneficiárias

Neste subcapítulo, a discussão diz respeito às ocupações desempenhadas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa. Iniciamos apresentando uma tabela, na qual é possível ver quais as ocupações das famílias, bem como a distribuição das ocupações em percentual, tendo como base, num primeiro momento, o valor total de cada município e, por fim, o valor total de ambos os municípios e o devido percentual. Logo após a tabela é apresentado um gráfico, no qual é possível observar a distribuição percentual em relação a todas as ocupações desempenhadas pelas famílias entrevistadas.

Tabela 4 Ocupações das famílias entrevistadas nos municípios de Pelotas e Roque Gonzales

<b>Ocupação</b>	<b>Pelotas</b>	<b>% Pelotas</b>	<b>Roque Gonzales</b>	<b>% Roque Gonzales</b>	<b>% total</b>
<b>Agricultores familiares</b>	-	-	7	100%	43,75
<b>Pescadores artesanais</b>	5	55,55	-	-	31,25
<b>Auxiliar de pesca</b>	1	11,11	-	-	6,25
<b>Doméstica</b>	1	11,11	-	-	6,25
<b>Dona de casa</b>	2	22,22	-	-	12,5
<b>Total</b>	9	100	7	100	100

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observar a Tabela 4, vemos que cinco das nove beneficiárias entrevistadas são pescadoras artesanais, sendo que os companheiros destas beneficiárias também exercem a função de pescadores. Do total de beneficiárias entrevistadas, as pescadoras artesanais atingem um percentual de 31,25% das ocupações desempenhadas. P-4 é auxiliar de pesca, compondo 6,25% do percentual total de ocupações desempenhadas pelas beneficiárias entrevistadas, porém, P-4 não possui a carteira que a habilita a ser pescadora e, assim, receber o Seguro Defeso<sup>30</sup>. Já seu companheiro possui o registro de pescador.

A ocupação de doméstica é desempenhada por 6,25% das entrevistadas, portanto, apenas uma das beneficiárias - P-1 - afirmou desempenhar esta função. O companheiro desta beneficiária não possui trabalho ou profissão, realizando eventualmente “bicos<sup>31</sup>” de pedreiro. Duas beneficiárias - P-2 e P-8 - afirmaram ser donas de casa, compondo 12,50% das atividades desenvolvidas pelas beneficiárias entrevistadas. P-2 não chegou a mencionar outra atividade que possa desempenhar eventualmente. Já P-8 mencionou que já trabalhou no comércio de Pelotas, mas que atualmente não desempenha outra ocupação.

É importante ressaltar que as beneficiárias do Programa que recebem o Seguro Defeso têm o benefício do Programa Bolsa Família suspenso durante este período, segundo consta na Lei nº 10.779/2003: “§1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente” (BRASIL, 2003, s/p).

Já nas famílias entrevistadas no município de Roque Gonzales-RS foi possível observar que todas desenvolvem alguma atividade relacionada à agricultura familiar, portanto, 100% das beneficiárias afirmaram trabalhar como agricultoras. Vale lembrar que o município de Roque Gonzales possui em torno de 91%<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> É o benefício de um salário mínimo, no valor de novecentos e cinquenta e quatro reais - R\$ 954,00 (BRASIL, 2018) que é pago ao pescador artesanal durante o período de defeso – época de reprodução, sendo proibida a pesca para a preservação de espécies. Este benefício é um seguro desemprego que é pago ao longo de quatro meses. O pagamento é realizado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), porém é a Secretaria de Pesca a responsável pelos registros dos pescadores (BRASIL, 2003).

<sup>31</sup> Expressão utilizada quando a pessoa realiza eventualmente determinado trabalho, sem a devida regularização feita através da Carteira de Trabalho.

<sup>32</sup> Informação obtida junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Roque Gonzales. Considerando que o critério para dimensionar o número máximo de hectares para considerar agricultura familiar é de 80,0 ha, que é o equivalente a 4 módulos rurais.

(noventa e um por cento) de sua área agrícola constituída pela agricultura familiar. Assim, quando pensamos na organização de um modelo familiar baseado na agricultura familiar, dizemos que ela possui uma dinâmica e características diferentes quando comparadas à agricultura não familiar. A gestão da propriedade rural é compartilhada pela família, ou seja, em muitos casos, toda a família desenvolve atividades e participa na produção e atividade agropecuária, que se torna a principal fonte geradora de renda. Segundo o Art. da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, o agricultor familiar é:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, s/p).

Além destas características, o agricultor familiar desenvolve uma relação particular com a terra, pois este é seu local de trabalho e de moradia. Outro aspecto que se destaca é a diversidade produtiva. Além do trabalho desenvolvido na lavoura, tal como na plantação de milho, soja, trigo ou outro tipo de cultura agrícola, observa-se, principalmente, a plantação de culturas que sejam voltadas à produção de pastagens ou gramíneas, que estão relacionadas com a produção leiteira. É importante considerar que o solo da região em que está localizada a Esquina Emanuel é composto por um misto de pedregulhos e terra, se mostrando, assim, um solo pouco fértil.

Segundo a Lei nº 11.326/2006, em seu Art. 3º, pescadores artesanais também são considerados agricultores familiares “§ 2º São também beneficiários desta lei: [...] IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente” (BRASIL, 2006, s/p).

Há um contexto imaterial e subjetivo de sentimento com a lagoa<sup>33</sup> que não conseguimos explicar. Mesmo quando não é um período de safra pesqueira é

---

<sup>33</sup> Como forma de dar voz aos usos linguísticos dos pescadores, utilizamos aqui a denominação de lagoa, pois é deste modo que os pescadores se referem à Laguna dos Patos.

possível verificar uma relação afetiva desses pescadores com a lagoa, segundo eles: “passada de pai para filho”. Esta relação estabelecida com a laguna é semelhante à relação que as famílias do contexto agrário estabelecem com a terra, fonte de seu sustento. Nesse sentido, a relação lagoa-pescador não faz com que estas pessoas fiquem tranquilas sobre o sustento de suas famílias, já que dependem sempre do papel do estado, seja através do Programa Bolsa Família ou do Seguro Defeso.

Os elementos subjetivos percebidos tanto nos agricultores familiares, como também nos pescadores artesanais - elementos estes relacionados à conexão existente entre o agricultor familiar, a terra e seu cultivo, assim como entre o pescador artesanal, a lagoa e a atividade pesqueira-, podem ser relacionados com o que Honneth (2008) intitula de reestruturação do trabalho social. Inicialmente, o trabalho era desenvolvido artesanalmente, antes da presença das grandes fábricas e da alteração dos modos e meios de produção. Nesta época, o desenvolvimento do trabalho apresentava-se completamente “nas mãos da pessoa trabalhadora que, familiarizada com o material, podia dar forma criativa a toda a produção e finalmente encontrar no produto pronto como que num espelho uma objetivação das suas próprias habilidades” (HONNETH, 2008b, p. 49). Os trabalhadores das fábricas não identificavam nos produtos elaborados, pois o processo de criação era, e atualmente ainda é, desintegrado, despedaçado, logo, incapaz de desenvolver um processo de subjetivação e identificação com o que se produz.

Essa subjetivação em relação ao trabalho e aos sujeitos trabalhadores possibilitava não apenas a percepção, como também o desenvolvimento de “traços de uma cooperação voluntária e uma atividade autogerida” (HONNETH, 2008b, p. 49). Essa construção do trabalho, pensado de modo artesanal – como é, de certa maneira, o desenvolvimento do trabalho na agricultura familiar e na pesca artesanal –, desencadeia um espírito de cooperação, ou seja, pode-se perceber, aqui, o desenvolvimento de um espírito de solidariedade entre as pessoas que se encontram nesta mesma situação, conforme apresentado por Honneth (2008b).

O desenvolvimento de um espírito de solidariedade nos remete à discussão a respeito do período em que as famílias entrevistadas recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Essa discussão se apresenta no próximo subcapítulo, que também busca apresentar reflexões sobre o direito que as pessoas possuem para

ter uma vida mais digna, além de procurar compreender as percepções que as beneficiárias possuem do programa do qual fazem parte.

#### 4.4 Do direito que se tem à solidariedade que se constrói

Neste subcapítulo, a discussão apresentada relaciona-se com o período em que as beneficiárias recebem o benefício do Programa Bolsa Família. A partir da apresentação dos dados, na tabela 5, percebemos a necessidade de trazer para o debate questões relacionadas ao direito que a população que vive em situação de vulnerabilidade social possui, em sentido de ter a possibilidade de viver com um pouco mais de dignidade. Do mesmo modo, o debate acaba direcionando-se às falas das beneficiárias ao perceberem que o benefício é uma boa ajuda, apesar de perceberem que uma parte da sociedade não possui uma visão positiva a respeito do Programa Bolsa Família. A partir da fala delas também é possível perceber o sentimento de solidariedade brotar ao manifestarem a preocupação de que outras pessoas que vivem em situações de extrema pobreza também deveriam ter o direito de receber o benefício, mas não o recebem. Esta discussão se apresenta logo abaixo.

Tabela 5 Tempo em que as famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família

<b>Tempo que recebe o benefício</b>	<b>Pelotas</b>	<b>% Pelotas</b>	<b>Roque Gonzales</b>	<b>% Roque Gonzales</b>	<b>% total</b>
<b>Menos de 1 ano</b>	2	22,22	-	-	12,5
<b>Entre 1 ano e 5 anos</b>	1	11,11	-	-	6,25
<b>Mais de 5 anos</b>	6	66,66	7	100	81,25

<b>Total</b>	9	100	7	100	100
--------------	---	-----	---	-----	-----

Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito ao período em que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, é possível perceber que, no município de Pelotas, seis beneficiárias recebem o benefício há mais de cinco anos, apenas uma família recebe o benefício entre um e cinco anos, e duas famílias recebem o benefício há menos de um ano. Vale ressaltar que P-9 afirmou que já recebeu o benefício durante um período, porém, ele foi cancelado e, posteriormente, ativado de novo, de modo que ela recebe o benefício há menos de um ano. No município de Roque Gonzales, todas as beneficiárias entrevistadas recebem o benefício do Programa Bolsa Família há mais de cinco anos. Nesse sentido, percebemos que 81,25% do total de beneficiárias entrevistadas nos dois municípios recebem o benefício há mais de cinco anos, 6,25% recebem o benefício entre um e cinco anos e 12,50% recebem o benefício há menos de um ano.

A entrevista também abordou o que as beneficiárias pensam a respeito do Programa. Deste modo, podemos afirmar que nos deparamos com uma percepção de que o benefício é percebido como uma ajuda, conforme fica evidente na fala de R-7, quando afirma que “Recebendo um pouco sempre ajuda. Poderia ser mais, mas é algo que sempre ajuda” (R-7) ou, então, na fala de P-7 ao alegar que “É uma ajudinha, o que entra é lucro” (P-7). Portanto, as beneficiárias não demonstram ter a compreensão de que receber o benefício é um direito delas, tal como os demais direitos fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, dentre outros.

Nesse sentido, perceber o Programa Bolsa Família enquanto uma política pública social, isto é, apenas enquanto uma política de governo, mostra-se como uma incoerência, pois um dos objetivos fundamentais da República é erradicar a pobreza, conforme aponta a Constituição Federal de 1988.

No preâmbulo da Constituição Federal de 1988 fica claro que: “para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos” (BRASIL, 2016, p.9). Em seu Art. 1º, o texto apresenta como fundamentos do Estado Democrático: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 2016, p.11). Já em seu

artigo 3º, apresenta os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a saber:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - *construir uma sociedade livre, justa e solidária*; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2016, p. 11 – grifos da autora).

Esta preocupação também se faz presente em outros artigos da Constituição, como no Art. 170: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, ressaltando, dentre os princípios, o de número VII, que busca a “redução das desigualdades regionais e sociais” (BRASIL, 2016, p. 109).

Deste modo, fica claro que, constitucionalmente, o Estado deve intervir, de modo a retirar as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza desta situação de vulnerabilidade social. Em outras palavras, o Estado tem amparo legal, perante a Constituição, de auxiliar financeiramente para que estas famílias não permaneçam em situação de extrema pobreza. Além disso, esse auxílio precisa ser visto como um direito a que estas famílias possuem. Vale ressaltar que este é um direito assegurado na Constituição.

Ao questionar as beneficiárias a respeito do valor que recebem do benefício do Programa Bolsa Família, bem como sobre o que acham do Programa, em sua maioria, elas responderam afirmando que é um programa muito bom e que esta é uma boa ajuda. Na fala de P-2, isso se manifesta quando ela afirma que “É um programa bom. **É uma ajuda**” (P-2). Este fato também pode ser observado quando R-7 diz que “É uma **boa ajuda**, mas poderia ser mais. Porém, recebe o que vem” (R-7). R-2 também percebe o benefício como algo bom: “É bom, **ajuda bastante** e melhorou com o aumento” (R-2), destacando também o aumento no valor. Neste mesmo viés, P-3 manifesta a sua compreensão a respeito da visão que as demais pessoas da sociedade possuem do Programa Bolsa Família ao afirmar que elas: “Veem como **uma ajuda**”.

Outro aspecto que se observa nas falas está relacionado a uma determinada cultura de resignação e, de certa forma, ao medo de perder o benefício, o que é

possível perceber nas seguintes falas: “É uma ajudinha, **o que entra é lucro**” (P-5), “É sempre uma boa ajuda, mas poderia ser mais, mas está bom. Fazer o quê?! **Se é o que eles dão – a gente tem que aceitar**” (R-3), “É um programa bom. Espero o dia no mês para ir receber esse dinheirinho” (P-1), “Ajuda bastante, **se perder o benefício**, vai fazer falta” (R-2) e “Alguns veem com bons olhos e **outros se indignam porque não recebem**. É um programa bom, **é uma ajuda**” (P-2).

As falas citadas acima também ressaltam o fato de que as entrevistadas não compreendem que possuem o direito de receber e de participar do Programa Bolsa Família, justamente por viverem em situação de vulnerabilidade social. Rego e Pinzani (2014) afirmam que “o passado sem assistência alguma do Estado parece confirmar a ideia de favor, de dívida em relação ao BF” (REGO; PINZANI, 2014, p. 117). Deste modo, torna-se possível compreender a ideia de que estas pessoas estão recebendo uma ajuda. Também permite compreender porque em determinados contextos sociais mais abastados há um grande preconceito em relação a estas famílias, ao considerá-las como dependentes e até mesmo como “parasitas” do Estado.

Essa ideia é apresentada por uma das entrevistadas que, quando questionada a respeito do que a sociedade pensa sobre o Programa Bolsa Família, afirma que: “Depende, algumas pessoas não veem o Programa com bons olhos, porque acham que as crianças viram vagabundas” (P-8). A partir desta afirmação é possível perceber a ideia de que, ao receber o benefício, os beneficiários desenvolvem uma dependência para com o Estado. Este pensamento pode vir a desencadear uma visão de uma autonomia defasada, isto é, uma visão de que essas pessoas não se veem como responsáveis pelas suas vidas. Observe que essa pode ser a visão que as pessoas têm dos beneficiários e, de certa forma, que eles próprios passam a construir a respeito de si mesmos, de acordo com Anderson e Honneth “aqueles com autorrespeito perdido – com um senso menor de autoridade pessoal – têm, portanto, menos chance de se verem como autores plenos de suas vidas” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 90).

Esta afirmação se torna latente na fala de P-5 “Mas o valor que pagam já ajuda muito. **Não vai reclamar para não perder e nem diminuir o valor**”, ou então na afirmação de R-7 quando diz que: “É uma boa ajuda, mas poderia ser mais. Porém, **recebe o que vem**”. Em ambas as afirmações se apresenta a ideia de subserviência que se encontra introjetada no ideário do povo brasileiro. Em outras

palavras, deixa-se de reivindicar por melhorias, pois existe o medo de que a reivindicação poderá desencadear em uma punição. Deste modo, acaba por consolidar um processo de subordinação ao que é oferecido, no caso, pelo Estado. Esta resignação pode ser relacionada com a interpretação de Cyfer (2013) do argumento de Butler, ao refletir sobre o reconhecimento, apresenta como subordinação psíquica ao poder. Cyfer (2013) ao refletir sobre a necessidade que os sujeitos possuem para que lhes seja conferida a existência, é denominada “‘vontade de subordinação’, em razão da relação necessária que estabelece entre identidade e opressão” (CYFER, 2013, p. 241). Em outras palavras, haveria a necessidade de relacionar o reconhecimento com a sobrevivência. Cyfer (2013) relaciona a subordinação à dependência do bebê a uma pessoa responsável. Além do mais, é possível também ser relacionada com situações de subordinação vivenciadas na vida adulta, neste sentido, “enquanto na infância o que está em jogo é a sobrevivência física, na fase adulta é a sobrevivência social, ou seja, o reconhecimento” (CYFER, 2013, p. 241).

Deste modo, ao tentar identificar quais fatores contribuem com esta redução de autoridade pessoal e de autorrespeito, podemos dizer que “subordinação, marginalização e exclusão” (idem, p. 91) compõe a lista de fatores. Em outras palavras, essas pessoas jamais terão a possibilidade de ter uma vida com maior liberdade, seja ela individual, de consumo ou de dignidade, já que isso ocorre em um contexto em que pessoas vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, ou seja, vivem em condições em que, muitas vezes, não podem comprar o alimento para si e para a sua família. Além disso, vivenciam o ódio expressado pelo outro a respeito da sua condição. Souza (2007) afirma que este é o ódio e o “desprezo que se devota ao sub-humano em relação ao qual todas as classes, mesmo a classe dos trabalhadores semiqualiificados e precarizados, vão querer se distinguir e se sentir superiores” (SOUZA, 2017, p. 101).

Para Honneth (2008), a categoria trabalho representa “as condições modernas de autorrealização individual”, sendo que essas condições “só são garantidas socialmente quando os indivíduos não só podem experimentar o reconhecimento intersubjetivo da sua autonomia pessoal, mas também das suas necessidades específicas e de suas capacidades particulares (HONNETH, 2008, p. 148). Nas palavras de Pizzi (2018), quando se trata do contexto brasileiro, são pessoas pertencentes a uma classe que “nunca tem sido reconhecida como ‘gente’,

ou seja, como pessoa com alma e direitos” (PIZZI, 2018, p. 133). A única tolerância permitida a essa classe, no que diz respeito à prestação de serviço, ocorre apenas “para exercer os serviços mais penosos, sujos e perigosos, a baixo preço” (SOUZA, 2017, p. 101).

Porém, do mesmo modo como é possível perceber, nas falas das beneficiárias, manifestações de insolidariedade das pessoas que não são atendidas pelo Programa Bolsa Família. Esta insolidariedade é compreendida por Sennett (2006; 2009) como um desenvolvimento de um individualismo social, quando o autor afirma que, as relações estabelecidas em uma perspectiva do novo capitalismo, desenvolveram uma cultura voltada para o trabalho e o consumo. A partir desta perspectiva, acabou desencadeando nos sujeitos uma excessiva preocupação consigo mesmos, buscando garantir as condições de melhoria de vida para si, mas sem envolver qualquer preocupação com os outros sujeitos da sociedade.

Por outro lado, também é possível perceber o desenvolvimento de um sentimento de solidariedade das beneficiárias em relação aos seus pares. Estas manifestações tornam-se evidentes na manifestação de P-1, quando afirma que: “Têm muitas pessoas que não recebem e precisam – os que não têm renda. E alguns que não precisam e recebem” (P-1). Nesse sentido, P-1 manifesta uma preocupação com seus pares, que também se encontram em situação de vulnerabilidade social, mas não recebem o benefício.

Outra beneficiária também manifesta a preocupação com quem se encontra em situação de pobreza ao afirmar que “As pessoas que têm direito são as que têm necessidade” (P-9). Na fala de P-9 fica evidente que ela percebe que as pessoas possuem o direito de receber o auxílio para ter uma vida mais digna, ou seja, que elas não deveriam viver em situações em que passam por necessidades. Ao mesmo tempo, P-9 também ressalta o quanto o sistema de distribuição de auxílio pode ser injusto, o que é expresso na frase: “Tem gente que precisa e não recebe e tem gente que não precisa e recebe” (P-9).

Estas manifestações corroboram com Pinzani (2010), quando discorre a respeito do desenvolvimento da solidariedade em relação aos pares, ou seja, se “reconhece também a necessidade não somente de superar seu [próprio] egoísmo em prol do bem comum, mas de identificar seu interesse pessoal com o da comunidade estatal” (PINZANI, 2010, p. 166).

Este enfoque do egoísmo, destacado por Pinzani (2010), também relaciona-se com a declaração de R-2. Ao comentar sobre o que acredita que a sociedade pensa sobre o Programa Bolsa Família, a beneficiária afirma: “Pelos comentários, as pessoas não veem com bons olhos, e **também ocorrem denúncias**” (R-2). Em outras palavras, ela sugere que as pessoas que não são beneficiárias do Programa Bolsa Família, movidas por sentimentos egoístas, ou talvez até por ódio, denunciam as famílias beneficiárias.

Os aspectos de marginalização e exclusão das pessoas que passam por necessidades, nos remetem a outro enfoque que também precisa de atenção: a discussão sobre gênero. Embora não seja o foco desta tese, este é um aspecto que precisa ser considerando, já que o Programa Bolsa Família exige que as mães, mulheres e chefes de famílias sejam as responsáveis por receber o benefício. Desta forma, no próximo subcapítulo a discussão é remetida aos principais itens e produtos adquiridos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

#### **4.5 Dos produtos adquiridos ao desenvolvimento de um cuidado nutricional e educacional**

Neste subcapítulo, buscamos refletir sobre os principais produtos que as famílias beneficiárias adquirem com o dinheiro oriundo do Programa Bolsa Família.

O principal viés que se destaca, diz respeito a uma preocupação com a alimentação e com as melhorias nas condições que as crianças possuem para frequentarem a escola. Na Tabela 6 são apresentados os principais produtos citados pelas beneficiárias entrevistadas, bem como o número de famílias que afirmaram adquirir tais produtos com o dinheiro que recebem do Programa Bolsa Família.

Tabela 6 Número de famílias e produtos adquiridos

	<b>Famílias</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Roque Gonzales</b>
<b>Produtos</b>			
<b>Rancho/Alimentos</b>		5	7

<b>Material escolar</b>	3	3
<b>Roupas e calçados para as crianças</b>	3	2
<b>Merenda para as crianças</b>	2	-
<b>Eletrodomésticos</b>	-	2
<b>Gás de cozinha</b>	1	-
<b>Conta de luz</b>	2	-
<b>Fraldas</b>	1	-
<b>Medicamentos</b>	-	2
<b>Aparelho ortodôntico</b>	1	-

Fonte: Elaborado pela autora

Quando solicitado que citassem dois ou mais produtos adquiridos com o dinheiro do Programa Bolsa Família, doze das dezesseis beneficiárias afirmaram que utilizam o dinheiro para comprar “rancho”<sup>34</sup> ou alimentos. No município de Roque Gonzales todas as entrevistadas afirmaram que utilizam o dinheiro para comprar alimentos. Já no município de Pelotas cinco entrevistadas disseram que compram rancho/alimentos e outras duas entrevistadas revelaram que utilizam o valor para a compra de merenda para seus filhos. Além disso, oito beneficiárias responderam que utilizam o dinheiro para a compra de material escolar, roupas e calçados para as crianças.

Duas beneficiárias disseram utilizar o dinheiro para adquirir eletrodomésticos, como máquina de lavar roupas e centrífuga. Outras duas beneficiárias afirmaram que compram medicamentos. Uma compra gás de cozinha. Outras duas utilizam o dinheiro para pagar a conta de energia elétrica e, por fim, uma afirmou que o filho vai precisar usar aparelho ortodôntico e que o valor do Programa Bolsa Família será utilizado para isso.

<sup>34</sup>Expressão popularmente utilizada para designar cesta básica, isto é, um conjunto formado por itens do gênero alimentício, bem como produtos de higiene pessoal e limpeza.

Ao analisar o modo como é gerido o dinheiro que as famílias beneficiárias recebem do Programa Bolsa Família ficou claro que há uma preocupação muito grande com o bem-estar da família, considerando que o maior gasto relaciona-se à alimentação e ao vestuário das crianças. Aqui é necessário considerar o valor do benefício que as beneficiárias recebem, não ultrapassando os R\$ 200,00, o que, claramente, não permite que as famílias possam adquirir itens muito caros ou, que não se encontram na faixa de valores possíveis de serem adquiridos.

Amartya Sen (1993) ressalta que é necessário refletir sobre o que as pessoas “consideram valioso fazer ou ser”, o que varia muito de pessoa para pessoa. O autor afirma que “as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do autorrespeito e a participação social” (SEN, s/p., 1993). Em outras palavras, tanto as possibilidades que o valor do benefício possibilita adquirir, como o objetivo que as pessoas que recebem o benefício, é variável e partem de “uma combinação de processos sociais e econômicos” (SEN, s/p., 1993).

Do mesmo modo, é compreensível que, a partir das privações vivenciadas cotidianamente os desejos e percepções em relação ao futuro tornam-se simples e que se encaixam dentro das possibilidades que possuem. Amartya Sen manifesta isto ao afirmar que:

Em situações de privação por longos períodos, as vítimas não persistem em queixas contínuas, com frequência fazem grandes esforços para tirar prazer das mínimas coisas e reduzem seus desejos pessoais a proporções muito modestas, "realistas". A privação da pessoa pode não ser captada por escalas de prazer, auto-realização, etc., mesmo que ela não consiga alimentar-se adequadamente, vestir-se decentemente, ser minimamente educada e assim por diante. (SEN, s/p., 1993).

Mas, a amostragem utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, apresenta sobremaneira que, as famílias decidem por adquirir alimentos e, manifestam a preocupação com o bem-estar de seus filhos e filhas na escola.

Deste modo, outro aspecto que se sobressai é a crença na escola, que é representado pela compra de material escolar, merenda ou lanche para o momento do intervalo na escola, e, no mesmo sentido, a preocupação em viabilizar às crianças vestuário e calçados adequados.

Em ambos os modelos de constituição familiar, da colônia Z-3 e de Roque Gonzales, torna-se possível perceber que as relações íntimas, de cunho afetivo,

ganham um viés alimentar e educacional. Este viés fica visível quando as beneficiárias citam dois produtos que foram adquiridos com o valor do benefício: alimentos e material escolar. Vale lembrar que, em sua maioria, as entrevistadas citaram que utilizam o dinheiro do Programa Bolsa Família para a aquisição de alimentos, material escolar para as crianças e, vez que outra, gás de cozinha. R2 observa que, às vezes, seu filho fica na escola em turno integral. Como a escola está localizada na sede do município, a uma distância média de 15 km da localidade em que residem, não é possível que ele retorne para almoçar em casa, por isso, ele “utiliza deste dinheiro para comprar o almoço no dia em que tem aula o dia todo”. Nesse sentido, podemos perceber que o Programa Bolsa Família desencadeia uma relação, em âmbito familiar, relacionada ao cuidado e manutenção das crianças no contexto escolar. Deste modo, é possível perceber que as beneficiárias apresentam uma grande preocupação com o bem-estar dos filhos, seja no aspecto relacionado à alimentação, seja no aspecto relacionado ao vestuário. Essa postura corrobora com as reflexões apresentadas por Honneth quando este afirma que o cuidado “gira em torno do bem-estar do filho, cujo desenvolvimento e cuja felicidade na vida futura são universalmente compreendidos como a real função da família” (HONNETH, 2015, p. 321).

Possibilitar que as famílias tenham condições de realizar três refeições diárias não abarca a totalidade do Programa Bolsa Família, já que ele também possibilita que essas famílias possam ter acesso a cuidados com a saúde, a manutenção das crianças na escola e etc. Nesse sentido, percebe-se a importância da condicionalidade da saúde e da educação presente nos requisitos do Programa Bolsa Família.

Esta atitude pode desencadear um sentimento de pertencimento a um contexto social, possibilitando que estes indivíduos venham a se sentirem respeitados como cidadãos, percebendo-se como iguais, dentro de uma comunidade social (HONNETH, 2003). Para Honneth (2003), antes da sensação de pertencimento a um contexto social ampliado, o indivíduo tem a possibilidade de, em uma esfera privada, de cunho emotivo e afetuoso, “desenvolver uma confiança em si mesmo, indispensável para seus projetos de autorrealização pessoal” (WERLE; MELO, 2007, p. 15). Nesse sentido, “a autoconfiança se forma especialmente no interior de relacionamentos íntimos” (ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 95), ou seja, nas relações familiares e de amizade.

É possível afirmar que, para Honneth (2003a; 2006; 2007), se decidirmos observar uma criança crescer, perceberemos que ela passa por todos os estágios (amor, direito, solidariedade) durante o seu crescimento. No início, a criança busca por amor, que é uma forma de reconhecimento: amar alguém é reconhecer suas necessidades específicas e peculiares. Após isso, a criança quer ser reconhecida como alguém com competências e habilidades valiosas. Uma criança que nunca vive a experiência de ter algumas de suas habilidades ou competências valorizadas por outra pessoa perde algo muito importante. Ela nunca se sentirá incluída em um tipo de comunidade. Da mesma forma, também precisamos ser reconhecidos como detentores do mesmo status moral que os outros membros da comunidade social, sendo que a criança também passa por essa experiência. A partir de certa idade, ela estará muito atenta, ao passar pela experiência de não ser incluída na comunidade ou sociedade como membro em pé de igualdade (HONNETH, 2003a; 2006; 2007).

O Programa Bolsa Família foi criado com objetivo principal de tirar as pessoas da situação de pobreza e de extrema pobreza. Porém, ao estabelecer condicionalidades para a obtenção e manutenção do benefício, percebe-se que as crianças foram e continuam sendo a prioridade do programa. Quando Teresa Campello ainda era ministra do Ministério de Desenvolvimento Social, ela realizou uma palestra<sup>35</sup> no Centro Internacional para Acadêmicos Woodrow Wilson - em Washington, nos Estados Unidos - onde apresentou os três principais resultados que foram conquistados ao longo dos 10 anos do Programa Bolsa Família: “1) aliviar a pobreza e a fome; 2) incluir as crianças na educação e reduzir o abandono escolar e 3) garantir o acesso e a cobertura de saúde aos beneficiários, principalmente as crianças, gestantes e nutrizes” (CAMPELLO, 2014<sup>36</sup>). Este discurso evidencia as principais preocupações do Programa Bolsa Família, isto é, a alimentação, a educação e a saúde das crianças.

Outro aspecto que o Programa Bolsa Família desencadeia é, de certo modo, um impulso da economia local, já que, ao possibilitar o acesso a bens de consumo alimentares às beneficiárias, ele incentiva a economia de microescala, conforme pode ser visto nos exemplos que seguem. No contexto da Colônia Z-3, as beneficiárias podem realizar suas compras nos pequenos mercados, mercearias e

---

<sup>35</sup> Palestra disponível na plataforma de compartilhamentos de vídeos – Youtube. A qual pode ser acessada no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=IAeRxD5JI38> (Acesso em 18/01/2018).

<sup>36</sup> Informação verbal.

pequenos comércios locais. Do mesmo modo, no contexto de Roque Gonzales, ao se deslocarem- para a cidade, elas podem realizar suas compras nos mercados locais, bem como na Cooperativa de Produtores Familiares de Roque Gonzales (COOPERG). Portanto, ao desenvolver uma economia de microescala, o Programa não possibilita apenas a melhoria na vida das beneficiárias, mas melhora também a economia dos municípios, pois o benefício permite a inclusão destas pessoas na esfera do consumo local.

Ao abordar a esfera do consumo e as potencialidades das relações de reconhecimento intersubjetivo se apresentam nela, Honneth (2015) inicia a reflexão apresentando o desenvolvimento do consumo a partir de uma perspectiva histórica. Do mesmo modo que na atualidade, antigamente as classes mais pobres não possuíam as mesmas condições de consumo que as classes mais abastadas. Para as classes pobres, o consumo se relaciona à sobrevivência. Nesse sentido, as pessoas destas classes não consideram o status do que estão consumindo, pois não possuem grande poder aquisitivo, de modo que passam a se preocupar com:

Uma alimentação 'decente', que deveria conter principalmente carne e verduras, fazia-se símbolo de uma *existência humanamente digna*, cuja garantia exigia que o consumidor fosse tratado pelos empresários de maneira '*justa*' (HONNETH, 2015, p. 388-389, grifos nossos).

Ao perceber que o benefício econômico permite que as entrevistadas tenham melhores condições de gerir uma economia doméstica, nos remetemos à discussão realizada por Muhammad Yunus ao relatar a experiência com o Banco Grameen e o empréstimo financeiro possibilitado às pessoas que viviam em situação de miserabilidade em Bangladesh. Yunus (2003) ressalta que “quando o crédito era concedido às mulheres, produzia mais rapidamente mudanças do que quando ia para os homens” (YUNUS, 2003, p. 116). Segundo Yunus (2003), as mulheres também sofrem mais com a miséria do que os homens, pois são elas que passam “pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e penúria” (YUNUS, 2003, p. 116).

Esta preocupação das mulheres com o ambiente doméstico fica claro quando R-4 ressalta que o benefício do Programa Bolsa Família “ajuda bastante” (R-4), e que ele “É muito bom” (R-4), afirmando que “[...] se cortar **iria faltar coisas na**

**casa**<sup>37</sup> (R-4). Percebe-se que o valor recebido é necessário para garantir a sobrevivência da família.

Conforme aduz Yunus (2003, p. 117), “O dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem”. Este argumento também foi apresentado pela ONU ao afirmar que “Mulheres chegam a gastar até 90% de sua renda com a família, enquanto, entre os homens, o gasto fica em torno de 30 a 40” (ONU, 2017, s/p). Nesse sentido, torna-se visível que “colocar recursos nas mãos das mulheres aumenta o gasto familiar com a educação e a saúde das crianças” (ONU, 2017, s/p).

Quando questionadas a respeito de quem administra o dinheiro do benefício, oito das nove mulheres entrevistadas na Colônia de Pescadores Z-3 afirmaram que são elas que administram o dinheiro, apenas uma afirmou que o dinheiro é administrado pela família. Já no contexto de Roque Gonzales, seis das mulheres entrevistadas afirmaram que são elas que administram o dinheiro e uma afirmou que o dinheiro é administrado pelo esposo.

Esta pergunta ajudou a compreender um pouco do viés que é a mulher ter a possibilidade de administrar, o dinheiro do benefício do modo que achar mais adequado. Pelo fato de terem a possibilidade de administrar o dinheiro recebido, bem como decidir o que comprar, possibilita, de certo modo, uma pequena fagulha de autonomia a estas mulheres. Segundo a própria política de criação do Programa, o mesmo volta-se majoritariamente para as mulheres, justamente por serem elas que chefiam as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza (MDS, 2017). Deste modo, no próximo capítulo a discussão se dedica as interrelações entre educação e Bolsa Família.

---

<sup>37</sup> Grifos da autora.

## CAPÍTULO 5: INTERRELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo, a discussão ocorrerá a partir da compreensão da escolaridade das beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como do nível de escolaridade em que se encontram os filhos e as filhas destas beneficiárias. Para tornar mais fácil a visualização dos níveis de escolaridade das beneficiárias e dos seus respectivos filhos, foram organizadas tabelas e gráficos que apresentam estes níveis. Os percentuais são dados em relação ao número de beneficiárias que foram entrevistadas, bem como de seus filhos, em relação ao número de atendidos pela condicionalidade da educação em nível nacional, estadual e nos municípios em que a pesquisa foi realizada (Tabelas: 7; 8). A discussão sobre o percentual dos beneficiários atendidos pela condicionalidade da educação é apresentada nas tabelas: 7; 8; 9 e 10.

Inicialmente, analisaremos a Tabela 7 com os níveis de escolaridade das mães para, posteriormente, analisarmos a Tabela 8 com os níveis de escolaridade das crianças. Feito isto, passaremos a analisar o conjunto das duas tabelas, destacando as diferenças e similaridades entre os níveis de formação das beneficiárias de ambas as realidades.

Tabela 7 Nível de escolaridade das beneficiárias entrevistadas

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Pelotas</b>	<b>%</b>	<b>Roque Gonzales</b>	<b>%</b>	<b>% total</b>
<b>4ª série</b>	1	11,11	1	14,28	12,5
<b>5ª série</b>	-	-	4	57,14	25
<b>6ª série</b>	2	22,22	1	14,28	18,75

<b>7ª série</b>	3	33,33	-	-	18,75
<b>1º Grau Completo</b>	2	22,22	1	14,28	18,75
<b>Analfabeta</b>	1	11,11	-	-	6,25
<b>Total</b>	9	100	7	100	100

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme pode ser visto na tabela 7, ao refletir sobre o nível de escolaridade das beneficiárias entrevistadas, podemos observar que, no município de Pelotas, temos uma beneficiária que possui formação até a 4ª série; duas beneficiárias que possuem formação até a 6ª série; três beneficiárias que estudaram até a 7ª série; duas que possuem 1º grau completo e uma das entrevistadas é analfabeta. No município de Roque Gonzales, temos uma beneficiária com formação até a 4ª série; quatro beneficiárias com formação até a 5ª série; uma com formação até a 6ª série e apenas uma com 1º grau completo.

Ao compararmos os níveis de formação das beneficiárias residentes nos dois municípios, fica evidente que as beneficiárias de Pelotas-RS possuem mais anos de formação, duas com 1º grau e três que cursaram até a 7ª série, enquanto que em Roque Gonzales-RS a maioria – quatro beneficiárias – possuem formação até a 5ª série.

Esta distinção nos níveis de formação ocorre, pois a Colônia de Pescadores Z-3 possui uma escola que foi inaugurada em 1929, dentro da vila de pescadores, portanto, o acesso à escola se torna mais fácil. Esta escola oferta os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). No contexto da Esquina Emanuel havia uma escola que foi inaugurada no ano de 1981 e estava vinculada à igreja. Esta escola ofertava educação até a 5ª série, o que explica o fato de a maioria das beneficiárias terem estudado apenas até a 5ª série. Esta escola teve suas atividades encerradas na década de 90, sendo que, a partir de então, as crianças desta localidade tiveram que deslocar-se até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Martin Luther, localizada na sede do 2º Distrito de Roque Gonzales.

É importante ressaltar também que, considerando o período em que estas beneficiárias frequentaram a escola, a educação brasileira era regida pela Lei de

Diretrizes e Bases nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, a qual instituiu o ensino de 1º e 2º Graus. Esta lei foi revogada com a aprovação da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que, entre outras coisas, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, lembrando que esta é a lei que está em vigência até hoje.

Na tabela 8 podemos ver o nível de escolaridade dos filhos das beneficiárias entrevistadas.

Tabela 8 Nível de escolaridade dos filhos das beneficiárias entrevistadas

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Pelotas</b>	<b>%</b>	<b>Roque Gonzales</b>	<b>%</b>	<b>% total</b>
<b>Pré-Escola</b>	4	13,79	1	4,35	9,61
<b>1º ano Ens. F.</b>	-	-	-	-	-
<b>2ª ano Ens. F.</b>	-	-	2	8,69	3,85
<b>3º ano Ens. F.</b>	2	6,89	-	-	3,85
<b>4º ano</b>	2	6,89	-	-	3,85
<b>5º ano</b>	-	-	2	8,69	3,85
<b>6º ano</b>	1	3,45	1	4,35	3,85
<b>7º ano</b>	3	10,34	5	21,74	15,38
<b>8º ano</b>	2	6,89	-	-	3,85
<b>9º ano</b>	2	6,89	-	-	3,85
<b>1º ano Ens. M.</b>	1	3,45	-	-	1,92
<b>2º ano Ens. M.</b>	1	3,45	2	8,69	5,77
<b>3º ano Ens. M.</b>	-	-	-	-	-
<b>Universidade</b>	-	-	1	4,35	1,92

<b>Não frequenta</b>	5	17,24	3	13,04	15,38
<b>Não soube responder</b>	6	20,68	6	26,09	23,08
<b>Total</b>	29	100	23	100	100

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela 8 apresenta o nível de escolaridade dos filhos das beneficiárias do Programa Bolsa Família que foram entrevistadas para o desenvolvimento desta pesquisa. No que diz respeito ao Ensino Fundamental, podemos ver que, no município de Pelotas-RS, há quatro crianças frequentando a Pré-Escola; duas frequentando o 3º ano; duas frequentando o 4º ano; uma frequentando o 6º ano; três frequentando o 7º ano; duas frequentando o 8º ano e outras duas frequentando o 9º ano. Já no que tange ao Ensino Médio, tem um adolescente frequentando o 1º ano e outro adolescente frequentando o 2º ano. Há cinco crianças que ainda não frequentam a escola e seis crianças que as mães não souberam informar qual o ano que estavam frequentando. Não há registros de alguém estar frequentando o Ensino Superior.

O Ensino Fundamental do município de Roque Gonzales-RS apresenta uma criança frequentando a Pré-Escola; duas crianças frequentando o 2º ano; duas frequentando o 5º ano; uma frequentando o 6º ano; e cinco frequentando o 7º ano. No Ensino Médio são dois adolescentes frequentando o 2º ano. Há um jovem frequentando a universidade. Além disso, três crianças ainda não frequentam a escola e há seis crianças cujas mães não souberam informar qual ano estavam frequentando.

Nesse sentido, nos questionamos a importância da condicionalidade da educação em programas institucionais como o Bolsa Família. No desenvolvimento desta pesquisa, ficou evidente que os filhos das beneficiárias do Programa Bolsa Família já estudaram mais tempo, formalmente, que suas mães, mesmo que as instituições escolares não recepcionem tão bem as crianças que vem de um contexto de pobreza. Vale ressaltar que isso acontece apesar do acesso à educação ser um direito formal estabelecido em documentos como a LDBEN 9.394/96, os PCNS, a Constituição Federal e etc, isto é, apesar dessas regulamentações

educacionais existirem, as crianças pobres seguem sofrendo preconceito por virem de uma instituição familiar “desregrada” e não nuclear, ou pelo simples fato de provirem de um contexto social periférico. Com esse contexto a escola não quer trabalhar, pois a escola, como outros ambientes capitalistas, separa vencedores de perdedores, sendo assim, as escolas alimentam o abismo que há entre as pessoas que possuem recursos materiais e imateriais e as que não possuem. Observe que isso acontece nas instituições públicas e privadas de ensino.

Mesmo a instituição escolar tendo esse perfil, ela ainda é vista como uma possibilidade de mudança socioeconômica. Evidentemente que ter mais anos de educação formal proporciona empregos “menos pesados” para as pessoas, no entanto, esses empregos não significam, necessariamente, uma ascensão no status social do indivíduo. Nas palavras de Honneth (2008, p. 47), “a busca por um local de trabalho que não apenas assegure a subsistência, mas também satisfaça individualmente é um aspecto que não desapareceu e nem desaparecerá”. O desejo de mudança de vida através do acesso à educação e à informação sempre esteve atrelada à mudança socioeconômica própria. É por isso que a organização do Programa Bolsa Família vislumbra, na condicionalidade à educação, a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Embora essa educação formal influencie de forma direta na faixa de renda, o que proporciona liberdade é o poder de decisão sobre suas próprias vidas. Os filhos das beneficiárias do Programa Bolsa Família estão acorrentados a uma história perversa de falta de solidariedade herdada de mais de três séculos de escravidão transportada do ódio que os negros possuíam da casa grande, para a elite econômica e para a classe média em relação às classes sociais pobres. O desprezo de outrora para com os escravos africanos materializa-se, hoje, com os escravos modernos que são os pobres, em suma, os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Ao ressaltar a afirmação de R-7 quando ela diz que: “todas as pessoas que possuem crianças na escola deveriam receber algum tipo de auxílio para a manutenção dessas crianças na escola, acredito que este é um direito de todos”, pensamos em quantas crianças deixam de ir à escola para ajudar os pais – seja nas atividades do campo, seja em outras atividades, no caso do contexto urbano. A partir de tais afirmações, nos remetemos ao que R-4 evidencia em sua fala, quando

questionada a respeito de sua formação escolar: “parei de estudar porque o pai pediu para ajudar a trabalhar na roça” (R-4).

Neste sentido, compreendemos que se não houvesse a condicionalidade da educação vinculada à manutenção do benefício do Programa Bolsa Família, os dados referentes a exclusão escolar seriam maiores do que são atualmente. O que também nos remete a ideia de observar mais atentamente a formação dos pais e das crianças (filhos das beneficiárias) – em sua maioria as crianças já superaram a formação escolar dos pais. – Apesar de estar voltado para o desenvolvimento educacional e alimentar das crianças das famílias beneficiárias, a família como um todo se beneficia com o fato de ter a possibilidade de se alimentar e, assim, ter uma vida com um pouco mais de dignidade. Além disso, é possível perceber que, ao possibilitar melhores condições de permanência na escola, estas crianças têm a possibilidade de estudar e mudar de vida no futuro, quebrando, assim, com o ciclo intergeracional da pobreza.

A busca de um trabalho no qual o indivíduo venha a ter mais dignidade e que possa, em certo sentido, satisfazer possíveis aspirações pessoais, compõe os desejos das beneficiárias do Programa Bolsa Família, em relação aos seus filhos. Porém, no contexto de pobreza, em determinados aspectos o aprendizado afetivo, apreendido no contexto familiar, pode conduzir à formação de um trabalhador que desempenhará a mesma ocupação que os pais desenvolvem. Segundo Souza (2017, p. 97), “a criança percebe que a escola pouco fez para mudar o destino de seus pais, por que ela iria ajudar a mudar o seu?”.

Nas famílias beneficiárias de Roque Gonzales percebe-se que em 5 das 7 entrevistas realizadas as crianças gostam de ir para a escola. Será que elas realmente gostam de ir para escola para estudar ou enxergam a escola como um espaço de socialização? Devido à estrutura familiar comprovar que o destino deles é uma vida idêntica a dos seus pais, os jovens buscam o “diferente”, uma ascensão social. Essa ascensão social é percebida na possível troca de trabalhos braçais por trabalhos “mais leves” no futuro.

Vivemos em uma sociedade meritocrática e classista que compreende que “toda sobrevivência e todo êxito dependem somente da capacidade de imposição do indivíduo” (HONNETH, 2015, p. 483). Uma parte da sociedade pensa que as crianças que provêm de contextos de extrema pobreza possuem as mesmas condições de alcançar êxito que as crianças provenientes de um contexto de classe

média ou até mesmo de um contexto com condições de vida um pouco melhores do que as famílias que vivem em situação de extrema pobreza. Desse modo, Honneth (2015) salienta que a questão do êxito e da sobrevivência costumam ser compreendidas apenas pelo viés meritocrático, “como se este não estivesse determinado pela situação de classe e pelas oportunidades de educação da família de que provém” (HONNETH, 2015, p. 483). Mesmo compreendendo que, socialmente, há uma imbricação entre educação, trabalho e êxito, este tripé somente ocorre quando o indivíduo provém de uma condição social que possibilita condições materiais para atingi-los.

Amartya Sen (1993) ao discutir as capacidades, reflete sobre a importância da liberdade de escolha que o indivíduo necessita possuir para realizar escolhas entre um modo de vida ou outro. Porém, quando se pensa no modo de vida que é possível ser vivido pelas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, tomamos conhecimento de que não há, sequer, a liberdade de escolher. A possibilidade de, em algum momento escolher o modo de vida, é vinculado à escola e a educação.

Nesse sentido, é importante refletir sobre as possibilidades que a educação e a escola podem influenciar em um melhor desenvolvimento das condições de vida dos filhos e filhas das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:

a expansão educacional tem vários papéis que devem ser cuidadosamente diferenciados. Em primeiro lugar, melhor educação pode aumentar a produtividade. Segundo, uma distribuição ampla do benefício educacional pode contribuir para uma melhor distribuição de renda nacional agregada entre as pessoas. Terceiro, melhor educação pode ajudar na conversão de rendas e recursos em funções e modos de vida diversos. Por último (o que de modo algum significa o menos importante) a educação também auxilia na escolha inteligente entre diferentes tipos de vida que uma pessoa pode levar. Todas essas distintas influências podem afetar importantemente o desenvolvimento de capacidades valiosas e, por isso mesmo, o processo de desenvolvimento humano. (SEN, 1993, s/p.).

Além da potencialidade de melhoria de vida ser percebida na educação, a saúde também possui este potencial. Porém, a educação, também é compreendida como um valor simbólico, que possibilitará aos sujeitos que tiverem acesso a ela, a possibilidade de ascender a melhores condições de trabalho, de vida e um potencial de reconhecimento social, mesmo que isto se manifeste apenas nos desejos e sonhos das beneficiárias.

Deste modo, passamos a refletir sobre os dados presentes nos relatórios de informações disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social sobre o

número total de beneficiários do Programa Bolsa Família atendidos pela condicionalidade da educação e seus devidos percentuais.

Os dados apresentados na tabela 9 foram retirados dos Relatórios de Informação (RI) disponíveis no site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Neste site podem ser acessados os relatórios sobre o Programa Bolsa Família de todos os municípios do Brasil. A apresentação dos dados referem-se ao bimestre anterior ao mês de acesso, pois este relatório baseia-se nos dados bimestrais sobre a frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família que a escola tem de enviar bimestralmente.

Para a elaboração da tabela 9, foram utilizados dois relatórios: um relatório do ano de 2016, o qual foi acessado no mês de julho de 2016, portanto, o relatório apresenta os dados gerais tendo como mês de referência os dados coletados no mês de junho, porém, os dados referentes à condicionalidade da educação fazem referência aos dados enviados pelas escolas no mês de março de 2016. O outro relatório foi acessado em fevereiro de 2018, possui como mês de referência para a apresentação dos dados referentes à educação o mês de novembro de 2017. É importante ressaltar que bimestralmente as escolas enviam os dados referentes a frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, através do Sistema Presença, porém, os meses de dezembro e janeiro são meses das férias escolares, portanto, após a apresentação dos dados do mês de novembro de 2017, os próximos dados a serem apresentados terão como meses de referência fevereiro e março, pois este é o primeiro período de acompanhamento da condicionalidade do ano (BRASIL, 2015).

Tabela 9 Número e percentual de beneficiários acompanhados pela educação

	2016		2018	
	%	Total	%	Total
<b>Brasil</b>	85,13	13.926.383	92,93	13.524.623
<b>Rio Grande do Sul</b>	89,64	441.642	96,34	374.999
<b>Pelotas</b>	91,03	11.073	97,17	8.345

<b>Roque Gonzales</b>	93,88	399	97,71	299
-----------------------	-------	-----	-------	-----

Fonte: Elaborado pela autora baseado em SAGI (2016; 2018)

Como podemos perceber na tabela 9, no ano de 2016, em todo o Brasil, o número de beneficiários atendidos pela condicionalidade da educação foi de 13.926.383 estudantes, contabilizando, assim, um percentual de 85,12%. No ano de 2018, o número de beneficiários atendidos pela condicionalidade da educação foi de 13.524.623 estudantes, contabilizando um percentual de 92,93%. No Rio Grande do Sul, o número de alunos atendidos pela condicionalidade da educação foi de 441.642 alunos em 2016, o que equivale ao percentual de 89,64% de alunos; em 2018, o número de alunos atendidos pela condicionalidade da educação foi de 374.999 alunos, o que equivale ao percentual de 96,34% de alunos com perfil para atendimento da condicionalidade.

No município de Pelotas, no ano de 2016, o número de alunos atendidos pela condicionalidade da educação era de 11.073 alunos, contabilizando um percentual de 91,03%. No ano de 2018, o número de alunos atendidos pela condicionalidade foi de 8.345 alunos, gerando um percentual de 97,17%. Por fim, no município de Roque Gonzales, o número de alunos atendidos pela condicionalidade era de 399, contabilizando um percentual de 93,88%, no ano de 2016. Já no ano de 2018, o número de alunos atendidos foi de 299, atingindo um percentual de 97,71%.

Abaixo seguem dois gráficos para melhor representar o percentual de alunos atendidos pela condicionalidade da educação nestes quatro âmbitos. No primeiro gráfico, apresentam-se os percentuais referentes ao ano de 2016 e, no segundo gráfico, os percentuais referentes ao ano de 2018.

O que percebemos é que o número de estudantes atendidos pela condicionalidade reduziu em 2018, se comparado ao número de atendidos no ano de 2016. Porém, quando observado o percentual, no ano de 2018 houve um aumento, se comparado a 2016, ou seja, de 85,12% (em 2016) aumentou para 92,93% (em 2018).

Esta diferença ocorre, pois no ano de 2016 o número de estudantes que possuíam o perfil de acompanhamento da condicionalidade da educação era de 13.736.626 alunos com idade entre 6 e 15 anos e 2.622.002 alunos com idade entre

16 e 17 anos, totalizando 16.358.628 alunos. Porém, o número de alunos que tiveram o acompanhamento foi de 11.869.360 alunos com idade entre 6 e 15 anos e 2.057.023 alunos com idade entre 16 e 17 anos, totalizando 13.926.392 alunos. No ano de 2018, o número de alunos que possuem o perfil de acompanhamento da condicionalidade da educação é de 11.709.494 alunos com idade entre 6 e 15 anos e 2.842.692 alunos com perfil de acompanhamento da condicionalidade da educação com idade entre 16 e 17 anos, totalizando 14.552.184 alunos.

Como modo de evidenciar a diferença percentual, se fosse utilizada como base de cálculo o número de alunos com perfil de atendimento da educação do ano de 2016, com o número de alunos que são atendidos pela condicionalidade da educação do ano de 2018, o percentual reduziria. Para tal, apresentamos abaixo uma tabela comparando os dados de 2016 e, destes dados se se considerasse a base de cálculo de 2016, com os dados do ano de 2018.

Tabela 10 Dados com alteração da base de cálculo

	2016 dados reais		Dados com mudança da base de cálculo	
	%	Total de alunos atendidos	%	Total de alunos atendidos
<b>Brasil</b>	85,13	13.926.383	82,67	13.524.623
<b>Rio Grande do Sul</b>	89,64	441.642	76,11	374.999
<b>Pelotas</b>	91,03	11.073	68,61	8.345
<b>Roque Gonzales</b>	93,88	399	70,35	299

Fonte: Elaborado pela autora baseado em SAGI (2016; 2018)

Realizamos uma alteração na base de cálculo, utilizando os números totais de alunos com perfil para serem atendidos pelo Programa Bolsa Família, referentes ao ano de 2016. Também utilizamos os dados de alunos que são efetivamente atendidos pela condicionalidade da educação do Programa, referente ao ano de

2018, de modo que fosse possível observar que, nesta alteração, os percentuais de atendimentos reduziriam. Portanto, os dados com alteração na base de cálculo foram os seguintes: no Brasil, o percentual sofreria uma alteração de 2,46% para menos, ou seja, a redução no percentual seria de 85,13% para 82,67%, se se partisse do número de alunos com perfil de atendimento, do ano de 2016. No Rio Grande do Sul, essa alteração seria de 13,53%, o que quer dizer que haveria alteração de 89,64% para 76,11%. No município de Pelotas-RS, essa diferença nos percentuais seria de 22,42%, isto é, os percentuais mudariam de 91,03% para 68,61%. Por fim, no município de Roque Gonzales-RS, os percentuais sofreriam uma alteração de 23,53%, ou seja, mudança nos percentuais de 93,88% para 70,35%.

Portanto, podemos ver que os percentuais apresentados nos relatórios de informação apresentaram aumento, o que quer dizer que a condicionalidade da educação está ampliando seu atendimento. Porém, ao realizarmos essa alteração na base de cálculo, fica evidente que, se utilizássemos os dados referentes aos outros anos, os percentuais apresentariam diminuição. Se a redução do número de alunos atendidos de 2016 para 2018 é perceptível nos relatórios, como podem os percentuais aumentar?

Tabela 11 Percentual comparativo em relação ao número total de atendidos no Brasil, Rio Grande do Sul, Pelotas e Roque Gonzales

	<b>Nº total de alunos atendidos</b>	<b>%</b>
<b>Brasil</b>	13.524.623	100
<b>Rio Grande do Sul</b>	374.999	2,77
<b>Pelotas</b>	8.345	0,06
<b>Roque Gonzales</b>	299	0,002

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos a Tabela 11, podemos ver que, em relação aos 13.524.623 alunos atendidos pela condicionalidade da educação, 2,77% são atendidos no

estado do Rio Grande do Sul. O município de Pelotas atende 0,06% e o município de Roque Gonzales atende 0,002% do total de alunos atendidos pela condicionalidade. Abaixo apresentamos a tabela 12, apresentando os percentuais das entrevistas realizadas, em relação ao número de alunos atendidos nos municípios de Pelotas e Roque Gonzales.

Tabela 12 Número de alunos entrevistados em relação ao número de alunos atendidos nos municípios

<b>Municípios</b>	<b>Nº de atendidos</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>%</b>
<b>Pelotas</b>	8.345	14	0,17
<b>Roque Gonzales</b>	299	12	4,01

Fonte: Elaborado pela autora

Como é possível ver na tabela 12, dos 8.345 alunos atendidos pela condicionalidade da educação no município de Pelotas, os filhos das beneficiárias que participaram desta pesquisa totalizam 14, o que equivale a um percentual de 0,17% em relação ao número total de alunos. Já no município de Roque Gonzales, o número de alunos atendidos é de 299, sendo que os filhos das beneficiárias que participaram desta pesquisa totalizam 12 alunos, o que equivale a um percentual de 4,01% do total de alunos atendidos.

Todos estes dados, sejam os coletados nas entrevistas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, sejam os dados apresentados nos Relatórios de Informação do Ministério de Desenvolvimento Social, corroboram, em certo sentido, com o que o Relatório sobre o Cenário de exclusão escolar no Brasil (UNICEF, 2017) apresenta. Segundo este relatório, organizado a partir dos dados do relatório da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), referentes ao ano de 2015, “no Brasil, 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola” (2017, p. 3). Esta exclusão escolar atinge: “meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais”

(UNICEF, 2017, p. 3). Segundo este relatório, o maior número de alunos fora da escola se concentra nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, porém, a Região Sul está em 3º lugar, apresentando 7,3% da população entre 4 e 17 anos fora da escola. Esse percentual contabiliza um total de 402.881 pessoas (UNICEF, 2017, p. 5). Ainda segundo este relatório, o maior percentual da população fora da escola concentra-se na zona rural, porém, em números absolutos, é na zona urbana que há a maior população excluída dos bancos escolares.

Outra informação encontrada neste relatório diz respeito à redução das taxas de exclusão escolar quando comparadas com anos anteriores, pois, segundo este relatório, “em 2005, 11% da população dessa faixa etária estava longe das salas de aula. De lá para cá, o percentual caiu para 6,5%, mas o desafio da universalização da educação básica ainda não está superado” (UNICEF, 2017, p. 3). Esta redução nos remete a importância que a condicionalidade da educação exerce em relação à manutenção do benefício do Programa Bolsa Família. Inclusive, pensando nos relatórios mensais apresentados pelo Ministério de Desenvolvimento Social, os percentuais por eles apresentados indicam a existência de um número de alunos que atendem ao perfil da condicionalidade, porém, não são atendidos pelo Programa. Quando pensamos que ainda há um percentual de 6,5% de crianças que provêm de famílias que vivem com renda de até meio salário mínimo, ou seja, com R\$ 394,00, considerando que, na época (2015), o salário mínimo era de R\$ 788,00. Esta redução nas taxas de exclusão não teria ocorrido, caso não houvesse uma política pública de distribuição de renda com condicionalidades. Além disso, pensando nestes 6,5% que ainda permanecem excluídos, bem como no número de alunos que atendem o perfil para obterem o benefício do Programa Bolsa Família, todos estes alunos deveriam ser contemplados e acompanhados, pois o único modo de combater esta exclusão escolar é através de um trabalho conjunto entre educação, assistência social e saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se refletir sobre as possibilidades das políticas sociais de distribuição de renda possam contribuir para o desenvolvimento de relações mais solidárias, ancoradas em uma perspectiva teórica do reconhecimento intersubjetivo de Axel Honneth. Nesse sentido, apresentou-se o desenvolvimento da teoria de Axel Honneth, os desdobramentos em relação à política social de distribuição de renda, Programa Bolsa Família, e as incursões no contexto social.

O esforço realizado por Honneth, no sentido de ampliar os horizontes de sua teoria, apresentaram-se a partir de duas de suas principais obras: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* e *O direito da liberdade*. Com *Luta por reconhecimento*, Honneth busca apresentar a reatualização da teoria crítica, a partir do que o autor denominou de *déficit* sociológico, buscando assim, com a teoria do reconhecimento, a ideia de luta por reconhecimento e o desenvolvimento de uma gramática dos conflitos sociais não apenas o desenvolvimento de uma nova teoria, mas também, uma reatualização da teoria crítica, apresentando como base de discussão o social, para assim superar este *déficit* sociológico. Dando seguimento ao desenvolvimento de sua teoria e, percebendo determinadas deficiências nas instituições e nos desenvolvimentos da liberdade individual dos sujeitos, Honneth apresenta mudanças em seu desenvolvimento teórico.

Deste modo, em *O direito da liberdade*, a compreensão dos deslocamentos ocorridos nas esferas de reconhecimento, e a reflexão sobre as possibilidades de alcançar a liberdade social, a partir das reflexões sobre as distintas concepções de liberdade, permite perceber que, ao remeter às falas das beneficiárias, a percepção de que uma parcela da sociedade percebe os beneficiários do Programa Bolsa Família, como “parasitas sociais”. Dito de outro modo, uma parcela da sociedade

explicita sua insolidariedade em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Em contrapartida, evidencia-se, entre as famílias beneficiárias, uma solidariedade em relação às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e que não recebem o benefício. Na verdade, ao receber o benefício mensal, que proporciona às famílias condições de acesso a gêneros alimentícios e pouco de dignidade, elas expressam o desejo de que as demais pessoas que vivem em situação de extrema pobreza também possam ter a possibilidade de melhorar suas condições de vida.

Do mesmo modo, percebeu-se que, mesmo realizando a pesquisa em contextos totalmente distintos - isto é, em localidades diferentes, com sujeitos que apresentam organização familiar e social diferenciados - os problemas relacionados à pobreza e às condições de vulnerabilidade social mantêm-se os mesmos, ou, então, apresentam ampla similitude. Outro aspecto de semelhança diz respeito aos produtos adquiridos nos dois contextos. Ainda que um dos contextos seja composto por uma esfera rural/agrária e o outro, apesar de composto por área rural, possui características urbanas, em ambas as realidades as famílias beneficiárias se preocupam majoritariamente com a alimentação, bem como com a aquisição de material escolar e vestuário para as crianças.

Esse viés alimentar e educacional desenvolve-se, em grande medida, em decorrência dos valores que estas famílias recebem. Considerando que o benefício básico é de R\$ 85,00, os benefícios concedidos às famílias não envolvem grandes quantias em dinheiro. Assim, evidencia-se que, ao viverem em situação de extrema pobreza, sendo privadas dos bens materiais básicos, estas famílias darão prioridade a compra de alimentos, para suprir as necessidades alimentares. Já o aspecto da aquisição de material escolar e vestuário para os filhos, em decorrência da condicionalidade da educação e, da própria crença de melhoria de vida a partir do acesso a educação, este também se torna um item de necessidade básica a ser adquirido com o valor do benefício recebido.

No início do desenvolvimento desta pesquisa, compreendia-se que o Programa Bolsa Família viabilizava autonomia às famílias beneficiárias. Com a realização da pesquisa empírica, evidencia-se na fala destas mulheres, que a autonomia gerada pelo benefício relaciona-se ao fato de que elas tornam-se responsáveis nas decisões do que fazer e comprar com este dinheiro. E nesse

sentido, prevalece a preocupação de suprir as necessidades básicas para a sobrevivência dos filhos.

Ainda nesta perspectiva, percebe-se uma fagulha de esperança nestas mulheres, direcionado aos filhos, pois, justamente por terem a possibilidade de estudar, vislumbram assim, na escola, o que também o próprio programa vislumbra ao condicionar o benefício à frequência na escola – a possibilidade de melhores condições de vida conquistadas através da educação. Ao frequentar a escola, estas mães veem em seus filhos, a possibilidade da quebra do ciclo intergeracional de pobreza, estas mães veem a possibilidade de seus filhos terem acesso a melhores condições de vida, pensado, principalmente, através da atuação em melhores postos de trabalho.

Outro viés que se tornou evidente com o desenvolvimento desta pesquisa, diz respeito à condicionalidade da educação. Foi possível observar que as crianças, filhas das beneficiárias do Programa Bolsa Família, em idade escolar, já superaram, em sua maioria, os níveis de escolaridade das mães e demais membros das famílias. Conforme apresentado nas análises desta pesquisa, o maior percentual do nível de escolaridade das mães é de 5ª série, enquanto mais da metade dos filhos já ultrapassaram esse ano escolar, alguns atingindo inclusive, o ensino superior.

Compreende-se que o Programa Bolsa Família, como política social de transferência de renda, tem seu principal foco voltado para o combate à fome e a pobreza. Através das condicionalidades da educação e da saúde, as famílias beneficiárias também tem acesso a alguns dos direitos fundamentais básicos, tais como educação e saúde. Além de, movimentar a economia em pequena escala, através da inserção destas famílias ao mercado de consumo, ocasionado pela, já mencionada, aquisição de gêneros alimentícios e material escolar.

Um ponto que se torna perceptível, é a diminuição da exclusão escolar de meninos e meninas com idade entre 4 e 17 anos no período compreendido entre o início de vigência do Programa Bolsa Família e o ano de 2017. Apesar de o relatório da ONU apresentar que o maior índice de exclusão ainda ocorre entre crianças e adolescentes que vivem no campo (zona rural e, muitas vezes, de difícil acesso) e nas periferias e, vivendo em condições de vulnerabilidade social, é possível afirmar que a condicionalidade da educação contribui com a permanência das crianças no contexto escolar. A preocupação que fica, diz respeito ao modo como essa permanência ocorre.

Outro aspecto que conduz a reflexão diz respeito à abordagem da teoria do reconhecimento nos cursos de formação de professores. Nesse sentido, pensando em um modo que possa vir a influenciar na melhor recepção dos alunos, filhos de beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como, de crianças que provêm das camadas miseráveis da população, vislumbra-se na aproximação entre a teoria do reconhecimento e a discussão das políticas públicas de distribuição de renda a possibilidade de contribuir para uma educação que esteja mais voltada para um ideal de justiça social, o que poderia, inclusive, desencadear um maior reconhecimento das camadas baixas.

Percebe-se na teoria do reconhecimento uma perspectiva que venha a auxiliar na compreensão dos aspectos individuais e sociais que influenciam no desenvolvimento do ser humano. Do mesmo modo que a abordagem, nas áreas de políticas educacionais, das políticas sociais de distribuição de renda, atrelada a condicionalidade da educação, há também, a necessidade de desenvolver trabalhos, no âmbito da formação de professores, voltado para o reconhecimento intersubjetivo destes indivíduos que são socialmente excluídos e, invisibilizados social e moralmente.

Apesar do esforço em utilizar a teoria de Axel Honneth para o desenvolvimento e fundamentação desta pesquisa, em determinados momentos é perceptível que sua teoria, quando pensada no contexto real brasileiro, deixa clara algumas limitações. Nesse sentido, a teoria do reconhecimento, quando pensada apenas no plano teórico, possibilita responder razoavelmente os problemas sociais que se apresentam no contexto brasileiro. Porém, quando pensada no plano do mundo real, a teoria apresenta suas deficiências. Deste modo, as percepções de Nancy Fraser a respeito da teoria do reconhecimento de Honneth também se tornam latentes quando pensada no contexto brasileiro. Em determinados aspectos é possível perceber que as demandas que as famílias que vivem em situação de pobreza vivem, ainda encontram-se, em muitos aspectos, relacionados com a primeira esfera de reconhecimento, ou seja, no amor. Apresentam suas nuances de relação com as demais categorias, mas, para atingir o reconhecimento é necessário que o indivíduo seja reconhecido em todas as esferas, fica evidente que, já na primeira categoria, o reconhecimento não ocorre de maneira satisfatória, sendo assim, muito mais difícil de ocorrer nas demais esferas. A teoria do reconhecimento parte de pressupostos que em nosso país são dados apenas parcialmente. Em

outras palavras, pressupõe-se que os cidadãos tenham ultrapassado um nível mínimo de qualidade de vida, o que não ocorre no contexto brasileiro, ficando claro, inclusive no decorrer desta pesquisa.

Outro aspecto que tornou-se evidente ao longo do desenvolvimento da pesquisa, diz respeito a motivação da luta. Honneth afirma que a experiência do desrespeito pode transformar-se em impulso para desencadear assim, um movimento de luta por reconhecimento. Evidenciou-se que, as entrevistadas, mesmo sofrendo com o desrespeito, o desprezo e, inclusive a má-fé institucional, acabavam resignando-se a condição. E esse resignar-se atrela-se a questões de não saber como poder reivindicar melhorias no programa, ou, além de não saber, em determinados momentos as beneficiárias manifestaram medo de perder o benefício que recebem, caso decidissem se manifestar a respeito de problemas percebidos.

O esforço empreendido nesta pesquisa evidencia a importância da imbricação entre educação e políticas sociais com condicionalidades. Muitos ainda são os questionamentos que ficam para o desenvolvimento de futuros trabalhos, dentre eles, destaca-se: A condicionalidade da educação, na tentativa de quebra do ciclo de pobreza, vem atingindo os objetivos de garantir acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola até concluírem o Ensino Médio? Quantos adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, que concluíram o Ensino Médio alcançaram o Ensino Superior? Nas falas das beneficiárias fica claro que nem todas as pessoas que vivem em situação de pobreza recebem o benefício, assim questiona-se: Porque não recebem? E com o benefício direcionando-se, majoritariamente, para possibilitar a sobrevivência destas pessoas, não seria mais adequado estabelecer uma renda mínima para todas as famílias brasileiras? Os questionamentos manifestam que a pesquisa e o estudo devem continuar.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 17, p. 81-112, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64839/0>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

ASSOUN, Paul-Laurent. **A escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.

ASSUMPÇÃO, Jorge Eusébio. A produção charqueadora e a mão-de-obra servil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.); CAMARGO, Fernando; GUTFRIED, Ieda; REICHEL, Heloisa. **Colônia**. Passo Fundo – RS: Méritos, v.1. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 2006.

BOLIVAR, Antonio. “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa en educación. In: **Revista Eletrônica de Investigación Educativa**, vol. 4, núm. 1, 2002. Disponível em: <<https://redie.uabc.mx/redie/article/view/49/91>>. Acesso em 21 de fev. de 2018.

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. In: **Política e Trabalho**, vol. 38, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/14312/9388>> Acesso em: 05 de out. de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL, **Lei nº 10.689**, de 13 de junho de 2003a. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003?L10.689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003?L10.689.htm)>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.779**, de 25 de novembro de 2003b. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm)> Acesso em 16 de jan. de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Lei nº. 10.836** de 9 de janeiro de 2004a. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Decreto nº. 5.209** de 17 de setembro de 2004b. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)> Acesso em 14 de jan. de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Decreto nº. 6.135** de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)> Acesso em: 19 de set. de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Decreto nº 7.492** de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)> Acesso em: 23 de set. de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Decreto nº. 7.758** de 15 de junho de 2012. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7758.htm)> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em: 19 de mar. de 2018.

CAMPELLO, Filipe. Do reconhecimento à liberdade social: Sobre “O direito da liberdade”, de Axel Honneth. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)**, v. 2, p. 186-197, 2014.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CAMPELLO, Tereza. Palestra proferida no Centro Internacional para Acadêmicos Woodrow Wilson. Washington-EUA Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IAeRxD5JI38>> Acesso em 18 de jan. De 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. Vol1.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. Vol2.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Multiculturalismo e fronteiras étnicas. In: PICCOLO, Helga I. L.; PADOIN, Maria M (dir.). **Império**. Passo Fundo – RS: Méritos, v.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 2006.

CORRÊA, Juciani S. As contribuições do Programa Bolsa Família: inclusão e permanência escolar. In: **Anais do IX ANPEd Sul**, 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado\\_e\\_Politica\\_Educacional/Trabalho/01\\_31\\_56\\_2238-6524-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_31_56_2238-6524-1-PB.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

COUTINHO, Priscila. A má-fé da justiça. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CYFER, Ingrid. Problema de reconhecimento: poder, vulnerabilidade e violência. In: MELO, Rurion (coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **Violência contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 5ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

FELICETTI, Adriana A.; TREVISOL, Joviles V. Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública de inclusão socioeducacional. In: **Anais do IX ANPEd Sul**, 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Sociologia\\_da\\_Educacao/Trabalho/06\\_53\\_58\\_2913-7360-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Sociologia_da_Educacao/Trabalho/06_53_58_2913-7360-1-PB.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

FIGUEROA PEDRAZA, Dixis; QUEIROZ, Daiane. Micronutrientes no crescimento e desenvolvimento infantil. In: **Rev. Bras. Cres. e Desenv. Hum.** 2011: 21(1): 156 – 171. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/download/20005/22091>> Acesso em 03 de ago. de 2016.

FORST, Rainer. **Justificación y crítica: perspectivas de una teoría crítica de la política.** Trad. Graciela Calderón. 1ª reimpressão, Buenos Aires, 2015.

FRASER, Nancy. **Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas de justiça numa era “pós-socialista”.** Cadernos de campo: São Paulo, nº 14/15, 2006a. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50109/54229>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

FRASER, Nancy, HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Um debate político-filosófico.** Madrid: Ediciones Morata S. L. 2006b.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FREITAS, Suellem R. Programa Bolsa Família e condicionalidade educação: primeiras aproximações. In: **Anais XI da ANPEd Sul**, 2016. Disponível em: <[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo4\\_SUELLEM-RAQUEL-DE-FREITAS.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_SUELLEM-RAQUEL-DE-FREITAS.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. Trabalho, amor e reconhecimento: o filósofo Axel Honneth completa 60 anos de idade. Uma viagem em pensamentos de Marx a Hegel para Frankfurt: ida e volta. In: **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 25, n. 49, p. 337 – 341, jan/jun, 2011.

HEGEL, Georg W. Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 5ª Ed. Petrópolis: RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

HERNÁNDEZ, Francesc; HERZOG; Benno. Axel Honneth: Estaciones hacia una Teoría Crítica del reconocimiento. In: HONNETH, Axel. **La sociedad del desprecio**. Tradução e Edição: Francesc Hernández e Benno Herzog. Trotta: Madrid, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003a.

HONNETH, Axel. Patologias da liberdade individual. **Novos Estudos**, n. 66, p. 87, 2003b. Disponível em: <[http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627\\_patologias\\_da\\_liberdade.pdf](http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_patologias_da_liberdade.pdf)> Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade de adorno. **Revista Política & Trabalho**, v. 24, 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6599>>. Acesso em 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. **Reificación**: un estudio en la teoría del reconocimiento. Buenos Aires: Editora Katz. 2007a.

HONNETH, Axel. **Sufrimento de indeterminação**: uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007b.

HONNETH, Axel. Uma Patologia Social da Razão: Sobre o Legado Intelectual da Teoria Crítica. In: **Teoria Crítica**. Fred Rush (org.). (trad. Beatriz Katinsky, Regina Andrés Rebollo): - Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008a.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento - tentativa de uma redefinição. Tradução de Emil Sobottka e Giovani Saavedra. In: **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008b.

HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. Tradução de Emil Sobottka e Giovani Saavedra. In: **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 68-79, jan./abr. 2008c.

HONNETH, Axel. **Crítica del poder**: Fases en la reflexión de una Teoría Crítica de la sociedade. Madrid: A. Machado Libros, 2009.

HONNETH, Axel. **Patologias de la Razon**. Buenos Aires: Editora Katz. 2009c.

HONNETH, Axel. A textura da justiça: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 3, p. 345-368, 2009d. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/6896>>. Acesso em 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. **Reconocimiento y menosprecio** - Sobre la fundamentacion normativa de una teoria social. Buenos Aires: Editora Katz. 2010a.

HONNETH, Axel. Reconhecimento entre estados: sobre a base moral das relações internacionais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 134-152, 2010b. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/7131>>. Acesso em 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Totta, 2011a.

HONNETH, Axel. Patologías de lo social: tradición y actualidad de la filosofía social. In: HONNETH, Axel. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Trotto, 2011b.

HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 3, p. 544-562, 2013a. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/16529>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, v. 15, n. 33, 2013b. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/42432/0>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. Abismos do reconhecimento: o legado sociofilosófico de Jean-Jacques Rousseau. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 3, 2013c. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16530>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder. Tradução de Ricardo Crissiuma. In: **Revista Fevereiro**. julho de 2014a. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=09>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento ao início do século 21. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 154-176, 2014b. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewArticle/16941>>. Acesso em: 11 de ago. de 2016.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa município de Pelotas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431440>> Acesso em: 16 de set. de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa município de Roque Gonzales**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431630>> Acesso em: 16 de set. de 2016..

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 (reimpressão).

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MADUREIRA, Miriam (M. S. de) . Liberdade, mercado e Crítica na obra recente de Axel Honneth. Justiça e Direito. In: CARVALHO, M.; MEIRA, M.; WEBER, T. (orgs.) **Justiça e direito**. 1ª Ed. São Paulo: ANPOF, 2015 (Coleção XVI Encontro ANPOF).

MACPHERSON, Crawford B. **A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke**. Trad. Nelson Dantas – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACPHERSON, Crawford B. **La teoría política del individualismo posesivo: de Hobbes a Locke**. Madrid: Editorial Trotta, 2005.

MATTOS, Gil Passos de. **Mapa de localização do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios de Pelotas e Roque Gonzales**, 2018.

MATTOS, Gil Passos de. **Mapa de localização do município de Pelotas-RS, com destaque para o distrito da Z-3 e da Colônia de Pescadores da Z-3**, 2018.

MATTOS, Gil Passos de. **Mapa de localização do município de Roque Gonzales-RS, com destaque para a localidade de Esquina Emanuel**, 2018.

MATTOS, Patrícia de Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablume, 2006.

MEAD, G. **Espíritu, persona y sociedad**. Barcelona: Paidós, 1973.

NISENSEN, Pablo (Dir.). **Informe sobre la inequidad**. Produção: Pablo Nisenson. Argentina, 2011. Disponível em: <<http://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/espanhol-informe-sobre-la-inequidad/>> Acesso em: 11 de ago. de 2016.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. De Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

NOBRE, Marcos. Reconstrução em dois níveis: um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth. In: MELO, Rurion (coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luciana F. Educação e políticas sociais no Brasil. In: **Anais do X ANPEd Sul**, 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/2096-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2096-0.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas Brasil. **ONU: 16 fatos sobre desigualdade entre homens e mulheres**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-16-fatos-sobre-desigualdades-entre-homens-e-mulheres/>> Acesso em 17 de jan. de 2018.

PAULY, Evaldo L.; ORTH, Miguel A. A contradição moral entre educar e encarcerar: a PEC nº 20, o Programa Bolsa Família e a escola. In: **Anais 31ª Reunião Anual ANPEd**, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-4016-int.pdf>> Acesso em: 17 de set. de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://server.pelotas.com.br/bancodedados/>> Acesso em: 19 de mar. de 2018.

PINZANI, Alessandro. Solidariedade e autonomia individual. In: **doispontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 2, p. 157-173, outubro, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/24090/16120>> Acesso em: 02 de jan. de 2018.

PINZANI, Alessandro. O valor da liberdade na sociedade contemporânea: das Recht der Freiheit. In: **Novos estudos** – CEBRAP, nº.94, São Paulo, Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n94/n94a14.pdf>> Acesso em: 20 de mar. de 2017.

PINZANI, Alessandro. Alcances e limites de um CCT Program: quão justificadas são as críticas ao Bolsa Família? In: **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 19; nº 2, jul-dez, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v19i2p149-163>> Acesso em 11 de ago. de 2016.

PIRES, André. Algumas reflexões sobre as condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa Família. In: **Anais 35ª Reunião Anual ANPEd**, 2012. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1348\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1348_int.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

PIZZI, Jovino. **Ética do discurso**: a racionalidade ético-comunicativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

PIZZI, Jovino. Honneth frente ao definhamento da Teoria Crítica “originária” e a proposta de resgate da filosofia prática. In: **Revista Reflexões**. Fortaleza – CE: Ano 1, nº 1 – jul a dez, 2012.

PIZZI, Jovino. Post-dictaduras en América Latina: capitalismo, políticas distributivas e interculturalidad. In: **Revista TEFROS**, Vol. 16, Nº 1, enero-junio: 127-147, 2018.

RAMOS, Angelo Felipe. **A fascinante história de Roque Gonzales**. Santo Ângelo: Bork, 2001.

RAULET, Gérard. **La filosofia alemana después de 1945**. Tradução de Jília Climent. Valência: Universitat de Valência, 2009.

REGO, Walquíria Leão, PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. **Módulo I: Pobreza e Cidadania**. Curso de Especialização Educação, pobreza e desigualdade social. (Material didático – Módulo EaD), 2014b.

REPA, Luiz. Reconhecimento da diferença na teoria crítica. In: TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M.; ROSSATTO, N. D. (Orgs.). **Diferença, cultura e educação**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2010.

SAAVEDRA Giovani A., SOBOTTKA, Emil A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth.. In: **Civitas**, Porto Alegre, v.8, nº1, p. 9-18, jan/abr, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74211531002>> Acesso em 11 de ago. de 2016.

SAAVEDRA Giovani A., SOBOTTKA, Emil A. Discursos filosóficos do reconhecimento. In: **Civitas**, Porto Alegre, v.9, nº3, p. 386-401, set/dez, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74213095004>> Acesso em 11 de ago. de 2016.

SAGI. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> Acesso em 11 de ago. de 2016.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Brasil**, 2016. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)> Acesso em 16 de set. de 2016.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Rio Grande do Sul**, 2016. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)> Acesso em: 16 de set. de 2016.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Pelotas**, 2016. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>  
Acesso em: 16 de set. de 2016.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Roque Gonzales**, 2016. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>  
Acesso em: 16 de set. de 2016.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Brasil**, 2018. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)>  
Acesso em 24 de jan. de 2018.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>  
Acesso em: 24 de jan. de 2018.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Pelotas**, 2018. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>  
Acesso em: 24 de jan. de 2018.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais – Roque Gonzales**, 2018. Disponível em:  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>  
Acesso em: 24 de jan. de 2018.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. As Missões jesuítico-guaranis. In: PICCOLO, Helga I. L.; PADOIN, Maria M (dir.). **Império**. Passo Fundo – RS: Méritos, v.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 2006.

SANTOS, Pedro Marques. **Município de Roque Gonzales**. S/L. 1989.

SCHAFER, Maria C. Relações periféricas na escola: incumbências e sucumbências do Programa Bolsa Família. In: **Anais da 36ª Reunião Anual da ANPED**, 2013. Disponível em:<[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt13\\_trabalhos\\_pdfs/gt13\\_3254\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt13_trabalhos_pdfs/gt13_3254_texto.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. In: **Lua Nova**, nº 28-29, São Paulo, 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100016&script=sci\\_arttext&tlng=pt#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100016&script=sci_arttext&tlng=pt#nt)> Acesso em: 29 de jun. de 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Felipe Gonçalves. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Ed. Papirus, 2008.

SILVA, Emanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ROSA, Mario. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985.

TIRAPEGUI, Julio. **Nutrição**: fundamentos e aspectos atuais. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.

UFPEL. Universidade Federal de Pelotas. **Manual para apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <[http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual\\_Normas\\_UFPel\\_trabalhos\\_acad%C3%AAmicos.pdf](http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual_Normas_UFPel_trabalhos_acad%C3%AAmicos.pdf)> Acesso em: 10 de mar. de 2018.

UNICEF. Fundação das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Unicef para as crianças, 2017. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_36288.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_36288.html)> Acesso em: 02 de fev. de 2018.

VAZ, Joana D'Arc. O Programa Bolsa Família na produção acadêmica 2003 – 2010. In: **Anais do IX ANPEd Sul**, 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado\\_e\\_Politica\\_Educacional/Trabalho/01\\_28\\_36\\_1945-6517-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_28_36_1945-6517-1-PB.pdf)> Acesso em: 17 de set. de 2016.

VAZ, Joana D'Arc. A educação no combate a pobreza no Brasil: o cinismo instituído. In: **Anais X ANPEd Sul**, 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1367-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1367-0.pdf)> Acesso em 17 de set. de 2016.

WERLE. Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. Introdução: Teoria crítica, teorias da justiça e a “reatualização” de Hegel. In: HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

WERLE. Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. Reconhecimento e justiça na teoria crítica da sociedade de Axel Honneth. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Ed. Papirus, 2008.

WERLE, Denilson. A estrutura básica como objeto da justiça: liberdades básicas e as bases sociais do autorrespeito. In: **Cadernos de Filosofia Alemã**. Vol. 19; nº 1, p. 63-83; jan-jun., 2014.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Trad. Jose O. de A. Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres: A revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. Ática: São Paulo-SP, 2003.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICCOLO, Helga I. L.; PADOIN, Maria M (dir.). **Império**. Passo Fundo – RS: Méritos, v.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 2006.

ZIMMERMANN. Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos Direitos Humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. In: SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos. N. 4, ano 3, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/08.pdf>> Acesso em: 09 de set. de 2016.

## **APÊNDICES**

## Apêndice I - Roteiro para a Entrevista Semiestruturada

Nome:

Idade:

1 – Número de membros e como é composta a família?

2 – Nível de escolaridade dos membros?

3 - A habitação é: ( ) própria ( ) alugada ( ) Outro - \_\_\_\_\_

Se a casa é própria ela possui registro? ( ) Sim ( ) Não

4 - Qual a ocupação dos membros adultos?

5 - Quanto tempo recebe o benefício?

( ) menos de 1 ano – 1 ano ( ) entre 1 e 5 anos ( ) mais de 5 anos

6 – Realizaram reformas na casa?

( ) sim ( ) não ( ) pretende realizar

7 - Quem administra o dinheiro do Programa Bolsa Família?

( ) mãe ( ) pai ( ) filho/ filha ( ) outros

8 - Cite dois produtos adquiridos com o dinheiro do Programa Bolsa Família?

9 – Como você acha que a sociedade vê o Programa Bolsa Família?

10 - Na escola, seus filhos têm alguma dificuldade para aprender? No caso de resposta positiva, a escola oferece alguma ajuda, algum psicólogo, reforço escolar ou algum outro tipo de auxílio?

11 – O que você acha do valor do benefício do programa Bolsa Família? Acha que é um valor justo?

## Apêndice II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “Reconhecimento intersubjetivo e políticas sociais de distribuição de renda: o Programa Bolsa Família” desenvolvida pela pesquisadora Carline Schröder Arend. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Jovino Pizzi, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (55) 9606-4201 ou e-mail carlinearend@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é delinear as possíveis contribuições das políticas distributivas para uma formação de uma sociedade mais solidária e uma educação ancorada em bases voltadas para a justiça social.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista aberta a ser realizada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados serão feitos apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Pelotas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

### Apêndice III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “Reconhecimento intersubjetivo e políticas sociais de distribuição de renda: o Programa Bolsa Família” desenvolvida pela pesquisadora Carline Schröder Arend. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Jovino Pizzi, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (55) 9606-4201 ou e-mail carlinearend@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é delinear as possíveis contribuições das políticas distributivas para uma formação de uma sociedade mais solidária e uma educação ancorada em bases voltadas para a justiça social.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista aberta a ser realizada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados serão feitos apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Roque Gonzales, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_